

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

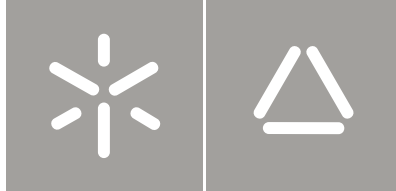
Fernanda Eugénia Puga de Magalhães

Arquitectura doméstica em *Bracara Augusta*

Fernanda Eugénia Puga de Magalhães Arquitectura doméstica em *Bracara Augusta*

UMinho | 2010

Outubro de 2010



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Fernanda Eugénia Puga de Magalhães

Arquitectura doméstica em *Bracara Augusta*

Tese de Mestrado
Arqueologia

Trabalho efectuado sob a orientação da
Professora Doutora Maria Manuela dos Reis Martins

DECLARAÇÃO

Nome: Fernanda Eugénia Puga de Magalhães

Endereço electrónico: fernanda.epmagalhaes@gmail.com

Telefone: 936766584

Número do Bilhete de Identidade: 11671983

Título da Tese de Mestrado:

A arquitectura doméstica em *Bracara Augusta*

Orientadora:

Professora Doutora Maria Manuela dos Reis Martins

Ano de conclusão: 2010

Ramo do Conhecimento do Mestrado:

Arqueologia

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA TESE.

Universidade do Minho, ____ / ____ /2010

Assinatura: _____

Agradecimentos

No decorrer desta caminhada foram várias as pessoas que, de uma forma ou de outra, partilharam este percurso, a elas expresso o meu tributo de reconhecimento e gratidão pela sua contribuição.

Nesse sentido, nestas singelas palavras gostaria de agradecer a partilha de conhecimentos, a oportunidade de evoluir cientificamente, a confiança, a dedicação, o companheirismo e a amizade.

O primeiro agradecimento é dirigido à orientadora científica deste trabalho, à Professora Manuela Martins, que em mim soube estimular o interesse pela arquitectura romana. A minha gratidão advém não só da sua orientação no planeamento deste trabalho, como nas correcções, sugestões, conselhos e confiança mas também pelo meu crescimento e amadurecimento científico.

Ao Professor José Meireles agradeço, os sábios conselhos, o encorajamento e, acima de tudo, a confiança que sempre depositou em mim.

À Professora Maria do Carmo Ribeiro, gostaria de agradecer, o incentivo e a disponibilidade que sempre me presenteou.

Uma palavra de reconhecimento para todos os funcionários e colegas da Unidade de Arqueologia, sobretudo para a Eng.^a Natália Botica, pelo apoio que sempre prestou e pelas facilidades que concedeu. Ao Dr. Paulo Bernardes pelo interesse que demonstrou pelo nosso trabalho. À Clara Rodrigues pelos conselhos e grandes dicas aplicadas na elaboração dos modelos 3D. Ao Dr. José Manuel pela partilha de conhecimentos. À D. Guilhermina pela simpatia e eficiência com que acedeu aos pedidos de ajuda. Ao Maurício Guerreiro agradeço a disponibilidade em ajudar.

Expresso a minha gratidão, também, à Dra. Isabel Silva, directora do Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, pelas facilidades que concedeu para aceder a toda a informação, bem como a todos os funcionários, ao Manuel Santos, á Felismina Vilas Boas, á Isabel Marques e à Maria Alves da Silva. Em especial, um agradecimento muito sentido, à Clara Lobo, pela sua constante disponibilidade, amabilidade, apoio e ajuda.

Ao Dr. Armandino Cunha, do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, agradeço a disponibilidade para aceder à informação da Escola Velha da Sé.

Ao David Mendes, também é devida uma palavra de reconhecimento pela disponibilidade que demonstrou em ajudar e partilhar informação.

Ao reitor do Seminário Conciliar de S. Paulo agradeço as facilidades concedidas no acesso às ruínas do Claustro do Seminário de Santiago.

O meu agradecimento estende-se, também, a todos os meus amigos, cujo apoio foi constante e indispensável, à Alexandra Esteves pela amizade, palavras de incentivo no momento certo e pela preocupação que sempre demonstrou por este trabalho; à Cristina Braga pela força, apoio e ajuda constante, companheirismo que já vem dos tempos da licenciatura; ao Jorge Ribeiro pela partilha de conhecimentos e troca de ideias, disponibilidade e ajuda imprescindível; ao José Nuno e à Henriqueta Cepeda pelas palavras de encorajamento.

E por fim, mas não em último lugar, expresso um agradecimento muito profundo a toda a minha família, aos meus padrinhos, tios e primos que foram sempre uma presença constante. As últimas palavras são para as minhas irmãs Filipa, Teresa, Luísa fonte inesgotável de apoio e para os meus pais, que sempre me apoiaram, agradeço a compreensão, as palavras de incentivo para continuar, bem como todos os ensinamentos que me souberam transmitir.

*À memória do meu Tio Zé,
Que não teve tempo de assistir à finalização
deste capítulo da minha vida.*

Resumo

A arquitectura doméstica em *Bracara Augusta*

O objectivo deste trabalho foi estudar a arquitectura doméstica de *Bracara Augusta*, tendo por base um conjunto de sete zonas arqueológicas, identificadas e escavadas no âmbito do “Projecto de Bracara Augusta”.

Ao longo das últimas três décadas foi reunido um significativo acervo de dados arqueológicos que, apesar de desiguais quanto ao volume e qualidade de informação, possibilitam a reconstituição da evolução urbanística de *Bracara Augusta* e a caracterização de alguns dos seus edifícios e quarteirões.

A nossa abordagem limitou-se à análise de um único tipo de casa, a *domus*, uma vez que o registo arqueológico não forneceu, até ao momento, qualquer outro tipo de estrutura habitacional urbana.

Procurámos contextualizar este tipo de casa romana, analisar as suas diferentes partes orgânicas e evidenciar as suas especificidades formais, construtivas e funcionais, uma vez que a arquitectura urbana privada constitui o resultado da adaptação dos modelos itálicos aos distintos constrangimentos regionais, designadamente, de carácter geográfico, económico e cultural.

A nossa amostragem permitiu-nos reconhecer que as *domus* de *Bracara Augusta* assumiram três variantes principais, representadas pelas casas de átrio e peristilo, casas de peristilo e casas de pátio porticado, cujas fundações datam do século I, verificando-se a sua utilização ininterrupta, com remodelações, por vezes significativas, até uma fase tardia.

Abstract

The domestic architecture of *Bracara Augusta*

The purpose of this work was to study the domestic architecture of *Bracara Augusta*, based on a set of seven archaeological areas, identified and excavated under the “Projecto *Bracara Augusta*”.

Throughout the last three decades has collected a significant heap of archaeological data that, although the different volume and quality of information, make possible the reconstitution of the urban evolution of *Bracara Augusta* and the characterization of some of its buildings and blocks.

Our approach was limited to an analysis of house type, the *domus*, since the archaeological record to date, has not provided any other type of urban residential structure.

We seek for to contextualize this type of Roman house, examining their different organic parts and highlight their specific formal, constructive and functional specifics characteristics, since the private urban architecture is the result of adapting to the italic models to the different regional constraints, namely, geographical, economic and cultural aspects.

Our approach allowed us to recognize that the *domus* of *Bracara Augusta* assumed three main variants, represented by the *atrium* and *peristylum* houses, the peristyle houses, the portico courtyard houses, whose foundations date from the first century, verifying their use uninterrupted, with improvements, sometimes significant, until a late stage.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	vii
Abstract	viii
Índice	ix
Listas de figuras	xiii
Lista de apêndices	xiv
Abreviaturas	xvi
Introdução	3
Parte I – Introdução ao estudo da arquitectura doméstica em <i>Bracara Augusta</i>	
1 A casa romana enquanto objecto de estudo	9
2 Breve historiografia de <i>Bracara Augusta</i>	16
2.1 Fundação e organização de <i>Bracara Augusta</i>	16
2.2 Arquitectura privada de <i>Bracara Augusta</i>	21
3 Objectivos	23
4 Fontes para o estudo da arquitectura doméstica	25
4.1 Fontes arqueológicas	25
4.2 Fontes literárias	27
5 Metodologia de análise	29
5.1 Interpretação dos dados do campo / registo	29
5.2 Criação de uma ficha de análise	31
Parte II – Análise das unidades habitacionais de <i>Bracara Augusta</i>	
1 ZA das Carvalheiras	35
1.1 Os dados da escavação	35
1.1.1 <i>Datas dos trabalhos arqueológicos</i>	35
1.1.2 <i>Responsáveis</i>	36
1.1.3 <i>Tipo de intervenção</i>	36
1.1.4 <i>Estado de conservação</i>	36
1.1.5 <i>As ruínas identificadas</i>	37
1.2 Os dados cronológicos e as fases de construção	37
1.3 Descrição arquitectónica e funcional	40
1.3.1 <i>Materiais e técnicas construtivas</i>	40
1.3.2 <i>Espaços e funcionalidades</i>	41
1.3.3 <i>Elementos exteriores ao núcleo da habitação</i>	44
1.3.4 <i>Estruturas relacionadas com a água</i>	45
1.3.5 <i>Elementos decorativos</i>	47
2 ZA da Escola Velha da Sé	49

2.1 Os dados da escavação	49
2.1.1 <i>Datas dos trabalhos arqueológicos</i>	49
2.1.2 <i>Responsáveis</i>	49
2.1.3 <i>Tipo de intervenção</i>	49
2.1.4 <i>Estado de conservação</i>	50
2.1.5 <i>As ruínas identificadas</i>	50
2.2 Os dados cronológicos e as fases de construção	50
2.3 Descrição arquitectónica e funcional	52
2.3.1 <i>Materiais e técnicas construtivas</i>	52
2.3.2 <i>Espaços e funcionalidades</i>	52
2.3.3 <i>Elementos exteriores ao núcleo da habitação</i>	55
2.3.4 <i>Estruturas relacionadas com a água</i>	56
2.3.5 <i>Elementos decorativos</i>	56
3 ZA da Frei Caetano Brandão nºs 183-185/Santo António das Travessas nºs 20-26	58
3.1 Os dados da escavação	58
3.1.1 <i>Datas dos trabalhos arqueológicos</i>	58
3.1.2 <i>Responsáveis</i>	59
3.1.3 <i>Tipo de intervenção</i>	59
3.1.4 <i>Estado de conservação</i>	59
3.1.5 <i>As ruínas identificadas</i>	59
3.2 Os dados cronológicos e as fases de construção	60
3.3 Descrição arquitectónica e funcional	61
3.3.1 <i>Materiais e técnicas construtivas</i>	61
3.3.2 <i>Espaços e funcionalidades</i>	62
3.3.3 <i>Elementos exteriores ao núcleo da habitação</i>	64
3.3.4 <i>Estruturas relacionadas com a água</i>	64
3.3.5 <i>Elementos decorativos</i>	64
4 ZA da Casa Grande de Santo António das Travessas (Ex-Albergue Distrital)	67
4.1 Os dados da escavação	67
4.1.1 <i>Datas dos trabalhos arqueológicos</i>	67
4.1.2 <i>Responsáveis</i>	68
4.1.3 <i>Tipo de intervenção</i>	68
4.1.4 <i>Estado de conservação</i>	68
4.1.5 <i>As ruínas identificadas</i>	69
4.2 Os dados cronológicos e as fases de construção	69
4.3 Descrição arquitectónica e funcional	71
4.3.1 <i>Materiais e técnicas construtivas</i>	71
4.3.2 <i>Espaços e funcionalidades</i>	71
4.3.3 <i>Elementos exteriores ao núcleo da habitação</i>	73
4.3.4 <i>Estruturas relacionadas com a água</i>	75
4.3.5 <i>Elementos decorativos</i>	76
5 ZA do Cardoso da Saudade (Antiga Fábrica)	78
5.1 Os dados da escavação	78
5.1.1 <i>Datas dos trabalhos arqueológicos</i>	78
5.1.2 <i>Responsáveis</i>	78

5.1.3 <i>Tipo de intervenção</i>	79
5.1.4 <i>Estado de conservação</i>	79
5.1.5 <i>As ruínas identificadas</i>	79
5.2 Os dados cronológicos e as fases de construção	80
5.3 Descrição arquitectónica e funcional	81
5.3.1 <i>Materiais e técnicas construtivas</i>	81
5.3.2 <i>Espaços e funcionalidades</i>	82
5.3.3 <i>Elementos exteriores ao núcleo da habitação</i>	83
5.3.4 <i>Estruturas relacionadas com a água</i>	84
5.3.5 <i>Elementos decorativos</i>	84
6 ZA do Claustro do Seminário de Santiago	85
6.1 Os dados da escavação	85
6.1.1 <i>Datas dos trabalhos arqueológicos</i>	85
6.1.2 <i>Responsáveis</i>	86
6.1.3 <i>Tipo de intervenção</i>	86
6.1.4 <i>Estado de conservação</i>	86
6.1.5 <i>As ruínas identificadas</i>	86
6.2 Os dados cronológicos e as fases de construção	87
6.3 Descrição arquitectónica e funcional	88
6.3.1 <i>Materiais e técnicas construtivas</i>	88
6.3.2 <i>Espaços e funcionalidade</i>	88
6.3.3 <i>Elementos decorativos</i>	90
7 ZA da Rua Gualdim Pais nºs 28-38	91
7.1 Os dados da escavação	92
7.1.1 <i>Datas dos trabalhos arqueológicos</i>	92
7.1.2 <i>Responsáveis</i>	92
7.1.3 <i>Tipo de intervenção</i>	92
7.1.4 <i>Estado de conservação</i>	92
7.1.5 <i>As ruínas identificadas</i>	92
7.2 Os dados cronológicos e as fases de construção	93
7.3 Descrição arquitectónica e funcional	94
7.3.1 <i>Materiais e técnicas construtivas</i>	94
7.3.2 <i>Espaços e funcionalidades</i>	94
7.3.3 <i>Estruturas relacionadas com a água</i>	95
7.3.4 <i>Elementos decorativos</i>	95
 Parte III – A arquitectura doméstica de <i>Bracara Augusta</i>	
1 Os espaços das <i>domus</i>	99
1.1 As áreas de entrada	100
1.1.1 <i>O vestibulum</i>	100
1.1.2 <i>O fauces</i>	101
1.2 As áreas de circulação	102
1.2.1 <i>O atrium</i>	102
1.2.1 <i>O peristylum</i>	104
1.3 As áreas residenciais de representação	106

1.3.1 <i>O</i> tablinum	106
1.3.2 <i>O</i> triclinium	107
1.3.3 <i>As</i> exedrae	109
1.3.4 <i>Os</i> balnea	110
1.4 As áreas reservadas: os <i>cubicula</i>	112
1.5 As áreas de serviços	114
1.5.1 <i>A</i> culina	114
1.5.2 <i>A</i> latrina	114
2 A tipologia das <i>domus</i>	115
 Considerações Finais	119
Bibliografia	123
Apêndices	

Lista de Figuras

Figura 1 – Mapa da Península Ibérica com a localização de <i>Bracara Augusta</i>	16
Figura 2 – Proposta da malha urbana para <i>Bracara Augusta</i> (NO/SE)	19
Figura 3 – Perspectiva geral das ruínas de Herculano	26
Figura 4 – Malha urbana com a localização da ZA das Carvalheiras	35
Figura 5 – Malha urbana com a localização da ZA da Escola Velha da Sé	49
Figura 6 – Malha urbana com a localização da ZA Frei Caetano Brandão e Rua Santo António das Travessas	58
Figura 7 – Malha urbana com a localização da ZA da Casa Grande de Santo António das Travessas (ex. Albergue Distrital)	67
Figura 8 – Malha urbana com a localização da ZA do Cardoso da Saudade (antiga fábrica)	78
Figura 9 – Malha urbana com a localização da ZA do Claustro do Seminário de Santiago	85
Figura 10 – Malha urbana com a localização da ZA Gualdim Pais	91

Lista de Apêndices

- Apêndice 1 – Malha urbana com localização das zonas arqueológicas
- Apêndice 2 – Malha urbana sobreposta pelo edificado e localização das zonas arqueológicas
- Apêndice 3 – Malha urbana da cidade romana e localização das zonas arqueológicas
- Apêndice 4 – Planta geral das ruínas da *insula* das Carvalheiras
- Apêndice 5 – Plantas interpretadas das Carvalheiras Fase I e Fase II
- Apêndice 6 – Modelos de restituições da *insula* das Carvalheiras Fase I
- Apêndice 7 – Modelos de restituições da *insula* das Carvalheiras Fase II
- Apêndice 8 – Perspectivas gerais e de pormenor das ruínas das Carvalheiras
- Apêndice 9 – Espólio proveniente das escavações realizadas no arqueossítio das Carvalheiras
- Apêndice 10 – Planta geral das ruínas da *domus* da Escola Velha da Sé
- Apêndice 11 – Plantas interpretadas da Escola Velha da Sé Fase I e Fase II
- Apêndice 12 – Modelos de restituições arquitectónicas da *domus* da Escola Velha da Sé Fase II
- Apêndice 13 – Perspectivas gerais e de pormenor das ruínas e do espólio da Escola Velha da Sé
- Apêndice 14 – Planta geral das ruínas da *domus* da rua Frei Caetano Brandão e Santo António das Travessas
- Apêndice 15 – Plantas interpretadas da rua Frei Caetano Brandão e Santo António das Travessas Fase I e Fase II
- Apêndice 16 – Plantas interpretadas da zona arqueológica Frei Caetano Brandão e Santo António das Travessas Fase III
- Apêndice 17 – Modelos de restituições da *domus* da rua Frei Caetano Brandão e Santo António das Travessas Fase II
- Apêndice 18 – Modelos de restituições da *domus* da rua Frei Caetano Brandão e Santo António das Travessas Fase III
- Apêndice 19 – Perspectivas gerais e de pormenor das ruínas e do espólio da rua Frei Caetano Brandão e Santo António das Travessas
- Apêndice 20 – Planta geral das ruínas da zona arqueológica Casa Grande de Santo António das Travessas Ex. Albergue Distrital

Apêndice 21 – Plantas interpretadas da zona arqueológica do Ex. Albergue Distrital Fase I e Fase II

Apêndice 22 – Plantas interpretadas da zona arqueológica do Ex. Albergue Distrital Fase III

Apêndice 23 – Modelos de restituições da *domus* da Casa Grande de Santo António das Travessas
Ex. Albergue Distrital

Apêndice 24 – Perspectivas gerais e de pormenor das ruínas e do espólio da Casa Grande do Santo
António das Travessas Ex. Albergue Distrital

Apêndice 25 – Planta geral das ruínas da zona arqueológica do Cardoso da Saudade (antiga fábrica)

Apêndice 26 – Plantas interpretadas da zona arqueológica do Cardoso da Saudade Fase I e Fase II

Apêndice 27 – Modelos de restituições da *domus* do Cardoso da Saudade Fase I

Apêndice 28 – Modelos de restituições da *domus* do Cardoso da Saudade Fase II

Apêndice 29 – Perspectivas gerais e de pormenor das ruínas e do espólio do Cardoso da Saudade

Apêndice 30 – Planta geral das ruínas da zona arqueológica do Claustro do Seminário Santiago

Apêndice 31 – Plantas interpretadas da zona arqueológica do Claustro do Seminário de Santiago
Fase I e Fase II

Apêndice 32 – Modelos de restituições da *domus* do Claustro do Seminário de Santiago Fase I

Apêndice 33 – Modelos de restituições da *domus* do Claustro do Seminário de Santiago Fase II

Apêndice 34 – Perspectivas gerais e de pormenor das ruínas e do espólio do Claustro do Seminário
de Santiago

Apêndice 35 – Planta geral das ruínas da zona arqueológica Gualdim Pais

Apêndice 36 – Plantas interpretadas da zona arqueológica do Gualdim Pais Fase II

Apêndice 37 – Modelos de restituições da *domus* da zona arqueológica Gualdim Pais

Apêndice 38 – Perspectivas gerais e de pormenor das ruínas e do espólio da zona arqueológica
Gualdim Pais

Abreviaturas

Drag.	Dragendorff
EA	Elemento Arquitectónico
GACMB	Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga
MRADDS	Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa
N.Inv.	Número de inventário
UAUM	Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho
UE	Unidade estratigráfica
ZA	Zona Arqueológica

Introdução

O objecto do presente estudo é a arquitectura doméstica de *Bracara Augusta*, tendo por base um conjunto seleccionado de sítios arqueológicos escavados ao longo dos últimos trinta e quatro anos, no âmbito da arqueologia urbana da cidade de Braga.

No entanto, a nossa abordagem da arquitectura doméstica estará limitada à análise de um único tipo de casa, a *domus*, uma vez que as escavações realizadas até ao momento não permitiram detectar outro tipo de habitações urbanas. Neste sentido, procuraremos contextualizar este tipo de casa romana, tendo em atenção a sua envolvência social e económica mas, também, o seu significado urbano e a complexa relação existente entre o espaço público e privado nas cidades romanas.

Assim, pretendemos abordar as características físicas e orgânicas de diferentes *domus* detectadas em Braga, com base nas evidências arqueológicas fornecidas pelas escavações realizadas no âmbito do “Projecto de *Bracara Augusta*”, cuja valorização nos permitirá comparar os modelos adoptados nesta cidade com outros já estudados noutros contextos urbanos do Império. Procuraremos, deste modo, reflectir sobre as particularidades oferecidas pelas *domus* de Braga, relativamente a outras áreas geográficas, numa tentativa de compreender melhor o processo de assimilação do modelo de casa itálica por parte das populações que se instalaram na cidade.

Com efeito, sendo certo que o modelo de casa itálica, que se difundiu por diferentes regiões do Império, corresponde a um protótipo, que resultou de uma evolução ocorrida no período republicano, influenciado pelas concepções e padrões que se foram consolidando na organização dos espaços residenciais, quase sempre presentes nas *domus*, importa, todavia, ter em conta que estas não obedecem a esquemas rígidos, adaptando-se naturalmente às condições geográficas e

topográficas de cada região, às tradições construtivas existentes, bem como à organização dos diferentes parcelários urbanos. Destas circunstâncias resulta, naturalmente, a heterogeneidade morfológica das habitações entre cidades diferentes, muito embora, elas contemplem um conjunto de espaços recorrentes que se relacionam com concepções de bem-estar, mas, também, com as diferentes funcionalidades que as *domus* tinham que cumprir, enquanto lugares de residência das elites urbanas.

Neste contexto, interessa-nos compreender a *domus* como espaço habitacional e social, onde se desenrola boa parte da vida quotidiana de uma família romana, pois esta abordagem pode-nos ajudar a entender também os seus habitantes, uma vez que a *domus* romana funciona como um complexo cenário onde actuam os seus moradores, com todas as suas actividades, comportamentos, trejeitos e atitudes, mas, também, onde se emula a competição social e económica dos seus proprietários.

Procurámos, assim, analisar a casa romana, quer no que respeita às suas partes orgânicas, quer às actividades que nela se desenrolavam, desde a entrada, ao local de recepção, ao jardim e à cozinha, à mesa, à cama, mas, também à higiene, tendo sempre em atenção que a casa funciona como um complexo âmbito de produção e consumo.

O estudo da arquitectura privada constitui-se hoje como um importante contributo para o conhecimento do mundo social e cultural romano, uma vez que a habitação conjuga dinâmicas inerentes à vivência individual e familiar mas, também, social, económica e comportamental.

Por outro lado, quando analisamos a informação referente aos vestígios de conjuntos habitacionais não podemos esquecer que estes se caracterizam pela diversidade de soluções formais, construtivas e funcionais, uma vez que as casas urbanas são fruto de modelos que se adaptam a diferentes constrangimentos, desde logo de natureza urbana, havendo múltiplos factores que determinam a sua construção, tanto de carácter geográfico, militar, económico e cultural.

Existem diferentes tipos de *domus* que foram sendo difundidos nas várias cidades do Império, muito embora todos eles ofereçam aspectos comuns que se adaptam às diferentes realidades urbanas do vasto território romano, demonstrando diferentes graus de assimilação das orientações estilísticas vigentes em Roma e nos territórios mais romanizados.

Neste contexto, a edilícia doméstica constitui um instrumento fundamental para o conhecimento de diversos aspectos da vida quotidiana e dos graus de adaptação aos costumes romanos por parte das populações integradas no Império, representando uma via importante para o estudo do processo de romanização.

No entanto, mau grado as potencialidades do tema, ele foi durante muito tempo relegado para segundo plano, pois as tendências da historiografia romana tradicional sobrevalorizaram sempre a análise das construções públicas.

A nossa investigação surge como uma variação a esta postura, já que se pretende estudar uma pequena amostra da arquitectura privada de *Bracara Augusta*, constituída por sete arqueossítios que forneceram evidências de *domus*.

Este trabalho apresenta-se estruturado em três partes ao longo das quais procuraremos situar a problemática e o âmbito de estudo do nosso trabalho, descrever os resultados da análise e proceder a uma valorização dos mesmos no contexto mais geral dos conhecimentos disponíveis sobre a arquitectura doméstica urbana romana.

Assim, na primeira parte procuraremos esboçar a evolução das investigações sobre a casa romana (p.1), para nos centrarmos, depois, no contexto urbano da nossa análise, a cidade de *Bracara Augusta* (p.2), expondo-se, de seguida os objectivos deste trabalho (p. 3), seguindo-se uma abordagem às fontes usadas para o estudo da habitação romana (p.4) e a metodologia de análise utilizada (p. 5).

Na segunda parte analisaremos em pormenor os vestígios das unidades habitacionais identificadas em *Bracara Augusta*, presentes nos sete arqueossítios seleccionados, que serão descritos de acordo com um conjunto de critérios que integram uma ficha descritiva elaborada para a análise de cada sítio.

Finalmente, na terceira parte daremos conta das principais recorrências registadas no âmbito dos diversos espaços analisados no conjunto das unidades habitacionais seleccionadas (p.1). Assim, procuraremos valorizar diferentes áreas das casas, designadamente, as de entrada (p.1.1), as de circulação (p.1.2), as de residência e representação (p.1.3), as privadas (p.1.4) e as de serviços (p.1.5). Seguidamente procuraremos tipificar a construção doméstica presente em *Bracara Augusta* (p.2).

Terminaremos este trabalho enunciando as principais conclusões que resultam da análise realizada, onde reflectiremos sobre as especificidades e recorrências da edilícia romana privada de *Bracara Augusta*.

Parte I

Introdução ao estudo da arquitectura doméstica em *Bracara Augusta*

1 A casa romana enquanto objecto de estudo

Decorria o século XVIII, quando foram descobertas as ruínas de Pompeia e Herculano. Tratava-se de uma descoberta extraordinária, pois a erupção do Vesúvio soterrou sob as suas cinzas e lava duas cidades que apenas eram conhecidas pelas fontes escritas.

Esta descoberta forneceu dados excepcionais para se perceber melhor a evolução do urbanismo e da arquitectura romana até ao período Flávio e para compreender a vida diária dos romanos. Em Pompeia foi posto a descoberto um grande número de *domus*, muitas delas de grandes senhores de Roma, que passavam grandes temporadas naquela região da Campânia, pertencendo outras às elites da cidade, ou a abastados comerciantes e artesãos.

Esta descoberta, de uma enorme transcendência, permitiu conhecer com mais detalhe as casas urbanas romanas, bem como a sua evolução morfológica, entre a época republicana e o período Flávio, uma vez que as mesmas não haviam estado sujeitas a qualquer tipo de saques nem destruições.

A partir do século XVIII, reis, papas, artistas e arquitectos passam a interessar-se pelas descobertas de Pompeia e Herculano e pelas suas habitações, desenhando-as, pintando-as, ou estudando-as.

Os primeiros trabalhos científicos sobre este tema pertencem a autores como Nissen (1877), J. Overbeck (1884) e A. Mau (1908, 1913), nos quais apenas se abordava a casa de átrio, com a perspectiva de reconstruir o que se considerou ser o modelo típico de habitação romana, tendo por base as descrições de Vitróvio (Uribe Agudo, 2008: 16).

Assim, a *domus* pompeiana constitui-se como o principal objecto de estudo da arquitectura privada romana, pois esta representava supostamente a casa urbana tipicamente romana, passando a representar o modelo orientador para os estudos das diferentes *domus* identificadas nas várias

cidades do Império. Na circunstância estava-se perante construções residenciais com um espaço interior central, o átrio, em redor do qual se organizavam as diferentes áreas funcionais das habitações.

A obra de G. Patroni fixou-se no modelo teórico da antiga casa romana, onde se abordava a casa de átrio, seguindo sempre no seu estudo os textos de Vitrúvio. A partir deste trabalho elaboraram-se muitos outros estudos, devidos a autores como V. Sipnazzola, W. Graham, R. Etiénne, D.S. Robertson (Patroni, 1941; Sipnazzola, 1953; Graham, 1963; Etiénne, 1967; Robertson 1969 *apud* Cortés Vicente, 2009: 20).

Todavia, até 1972, nenhuma *domus* tinha sido publicada como um conjunto. Na verdade, em nenhum estudo tinha sido analisada a casa pompeiana do ponto de vista económico, social e cultural. Por outro lado, a documentação disponível, muitas vezes incompleta ou obsoleta, e até com falta de rigor, impediu a formalização de um conhecimento da vida privada romana, percepcionado a partir da casa.

A falta de meios económicos para a realização das escavações arqueológicas, bem como a diferença de tratamento que era dada à arquitectura privada em relação à arquitectura monumental, condicionaram a evolução do estudo das habitações que ficaram muitas vezes ao abandono, sujeitas às condições climáticas e consequente degradação, não conseguindo cativar a atenção das autoridades, uma vez que não possuíam a monumentalidade dos edifícios públicos, designadamente dos teatros e templos.

Em 1973, A. Maiuri publicou os resultados das escavações da Casa do Cirurgião, de Pompeia, tendo comprovado a existência de duas fases construtivas, sendo então reconhecido que na primeira fase, a casa não possuía *impluvium* (Uribe Agudo, 2008: 18). Este facto, veio aumentar as dúvidas existentes sobre a origem do *impluvium* e do *compluvium*, na casa de átrio.

No mesmo período, B. Tamm (1973) publicou um artigo que mudou a visão estática da casa de átrio. Segundo Tamm, a casa standardizada de Pompeia, reconstruída por Patroni (1941), datava do século IV a.C., momento em que não era ainda possível falar de casa romana. Por outro lado, para a autora também era errado dizer que o modelo standardizado da casa pompeiana podia ser datado do século II a.C., pois Pompeia nesse período era um povoado samnita, onde não viviam

romanos, apesar de o seu governo estar dependente de Roma. Segundo Tamm, só se poderia falar com propriedade do protótipo de casa romana em Pompeia a partir do ano 80.a.C.

Por outro lado para a referida autora, os ideais patenteados por Vitrúvio na sua obra não podiam ser expressivos da residência romana, uma vez que ele nunca havia descrito a habitação romana, definiu apenas as regras para a sua construção. Concluindo, a grande variedade de modelos construtivos não permite falar de casa romana mas sim de casas romanas (Tamm, 1973:54 *apud* Uribe Agudo, 2008: 23).

Em 1975, A. G. McKay, na obra *Houses, Villas and Palaces in the Roman World* compilou os dados existentes, onde aborda todas as formas de arquitectura doméstica romana, conhecidas até à data, com exemplos de todo o Império, constituindo-se como um clássico sobre a temática. Todavia, este autor demonstrou discordâncias relativamente aos pressupostos defendidos por B. Tamm, relativos a Vitrúvio, considerando que as ideias propostas, sobre a construção das casas, definiam um modelo de planta ideal (McKay, 1975 *apud* Uribe Agudo, 2008: 25).

Em meados dos anos setenta os estudos sobre a residência romana urbana começam a fragmentá-la em partes, de modo a tornar possível a análise dos seus diferentes espaços, surgindo, por exemplo, trabalhos sobre os jardins ou o reportório pictórico das habitações. Ao mesmo tempo começam a surgir publicações sobre os espaços menos requintados da área habitacional, como o artigo de Salza (1978 – 1980) que se debruça sobre cozinhas e áreas servis.

Em 1978, Evans, recuperando a linha de pensamento de Tamm, defende que em Pompeia não existiu uma casa de átrio típica, mas antes uma variedade de formas da mesma. Um ano depois, Hoffmann, em 1979, efectuou um amplo trabalho de revisão da informação relativa à evolução da arquitectura doméstica em Pompeia, concluindo que a mesma foi rica em variedade e aberta a transformações, adaptando-se sempre que necessário às exigências do desenvolvimento urbanístico da cidade.

Nos anos oitenta surgirão novos dados fornecidos pelas escavações da Casa di Ganimede, estudada por H. Eschebach (1982), que lhe permitiram defender que as primeiras casas de átrio de Pompeia não possuíam *impluvium* e *compluvium* (Eschebach, 1982 *apud* Cortés Vicente, 2009:22).

A partir desta altura foi introduzido na bibliografia da especialidade o conceito de átrio *testudinatum*, ou seja, espaço com uma posição central, completamente coberto, que não era uma fonte de luz, respondendo apenas a uma exigência funcional de distribuição de acessos.

Nos anos oitenta a investigação vai seguir uma nova linha de pensamento, influenciada por outras ciências, designadamente pela Antropologia. A casa abandona o seu papel de simples espaço edificado para se converter num documento da história social (Uribe Agudo, 2008: 27). Diversos autores, como Boersma (1985), Hoepfner e Schwander (1986) e Thébert (1987), apresentaram novos trabalhos baseados em renovados modelos de estudo que tinham por objectivo abarcar a maior quantidade de informação possível sobre os habitantes dos espaços residenciais.

Em 1983, Ling iniciou um projecto para a criação de uma base de dados informática com o objectivo de recolher toda a informação proveniente das escavações que decorreram em Pompeia.

Os novos conceitos introduzidos com o contributo das novas linhas de conhecimento aplicadas ao estudo da arquitectura privada culminaram nos trabalhos de Andrew Wallace-Hadrill e Paul Zanker. O primeiro autor conjugou na sua pesquisa os textos antigos com os vestígios arqueológicos, pois considerava que só assim era exequível compreender a personalidade dos donos das casas. Por sua vez, P Zanker advoga que existe uma relação entre o âmbito público da cidade e a vida privada dos seus moradores. Para P. Zanker a casa é a imagem do *status* que o senhor da residência quer transmitir aos seus visitantes. Assim, os dois autores convergem na ideia de que a vida privada romana e as suas formas arquitectónicas são um reflexo fiel da vida pública.

Outro autor que segue esta linha de raciocínio é Coarelli, que considerou que as casas das classes dirigentes eram um prolongamento dos ideais expressos na arquitectura pública (Coarelli, 1970-1971, 1983, 1989 *apud* Uribe Agudo, 2008: 30).

Cabe igualmente salientar a obra de Scobie, *Slums, sanitation and mortality in the roman world*, pois este autor combinou de forma extraordinária as fontes escritas com os vestígios arqueológicos para demonstrar o quanto foram higiénicas ou anti-higiénicas as cidades do Império Romano, descrevendo ao mesmo tempo as moradias mais desfavorecidas.

Na década de noventa do século XX realizaram-se diversos trabalhos que tiveram por base os novos vestígios arqueológicos entretanto descobertos, que colocaram em causa alguns dos conhecimentos anteriores relativos à evolução e origem da casa romana. Entre outros merecem

destaque os estudos de A. Carandini que apresentou os resultados das novas escavações realizadas no Palatino, onde foram individualizadas casas aristocráticas datadas do século VI a.C.

Em 1990 foi publicada a obra “*La casa dei roman!*” de Emidio De Albentis, que veio a tornar-se na publicação mais completa sobre a evolução da edilícia privada romana, demonstrando que o desenvolvimento de diferentes formas de arquitectura doméstica se encontra intimamente relacionado com os contextos socioeconómicos e ideológicos da sociedade romana.

Importante foi também o contributo de Gazda, em 1991, com a obra *Roman art in the private sphere: New perspectives on the architecture and décor of the domus, villa and insula*, onde efectuou um estudo da arte romana dentro dos espaços privados, considerando-a como um documento social e defendendo que a arte privada teve propósitos e significados precisos, constituindo o resultado negociado entre a satisfação dos patronos e dos artistas.

Em 1997, A. Wallace-Hadrill e R. Laurence publicaram o artigo *Rethinking the Roman atrium house* no *Journal of Roman Archaeology*, onde se debatia a relação entre espaço privado e espaço público, que acabaria por conduzir à elaboração de várias publicações sobre a casa romana. Estes autores elaboraram um novo conceito para a arquitectura doméstica, defendendo que a mesma devia ser abordada com os contributos da arqueologia, da epigrafia, da antropologia e da sociologia, indispensáveis para desmistificar o ultrapassado conceito de uma casa romana canónica, supostamente defendida por Vitruvius.

Cabe igualmente referir que durante este período foram publicadas diversas tipologias de casas para Pompeia e Herculano, propostas nos trabalhos de A. Wallace-Hadrill (1991^a, 1994), R. Mar (1995) e R. De Kind (1998).

Posteriormente, surgiram os trabalhos de Allison que abriram uma nova perspectiva no estudo da arquitectura doméstica, pois a autora advoga a análise da habitação romana através dos materiais e da decoração, pretendendo compreender a divisão interna do espaço através da funcionalidade da decoração dos compartimentos e da dispersão do mobiliário (Allison 1993, 1997, 2001, 2004 *apud* Uribe Agudo, 2008: 33). Evidentemente, que este tipo de pesquisa só é possível em arqueosítios que proporcionem muito material, como acontece em Pompeia, Herculano ou La Caridade de Caminreal (Teruel), na Casa de Likine.

Salientamos também, o artigo *Axial peristyle houses in the Western Empire*, de K.E. Meyer em 1999 que se debruçou sobre a casa de peristilo, o qual implicou um ponto de viragem nas investigações dedicadas à habitação urbana, passando a surgir trabalhos sobre a casa de átrio e peristilo, bem como estudos das *domus* fora de Roma, de que é exemplo o importante estudo de síntese, de P. Gros (2001), referente à arquitectura privada.

Posteriormente, J.J. Dobbins e P. W. Fors (2007) elaboraram uma recolha de vários artigos com o objectivo de criar um manual sobre o estudo das casas de Pompeia e Herculano.

Fora do âmbito itálico são reduzidos os trabalhos que abordam a habitação urbana, sendo contudo de destacar as pesquisas de R. Etienne em 1960, sobre Volubilis, de R. Rebuffat, em 1969, para o Norte de África e de C. H. Goudineau para a Gália, em 1979.

Para a Hispânia devem ser destacados os trabalhos de A. Balil, *Casa y urbanismo en la España antigua* de 1972 e 1973, foi o primeiro investigador a debruçar-se a fundo sobre a problemática da casa romana para esta zona do Império. Seguidamente, M. Beltrán Lloris procederá ao estudo da “Casa de los Delfines”, de Celsa, que representa a primeira monografia hispânica sobre uma *domus* romana. No entanto, o trabalho de maior vulto publicado por M. Beltrán Lloris está representado pelo estudo de síntese, que realiza, em 1990, no qual são compilados os diversos vestígios de arquitectura doméstica das diferentes cidades da Hispânia, onde são analisadas as técnicas, os materiais, as decorações, a dispersão dos materiais e a funcionalidade dos espaços.

Outro trabalho pioneiro foi o desenvolvido por Fernández Vega (1993) sobre a arquitectura pública e privada de *Iuliobriga*, onde aborda a concepção de espaço urbano e a sua articulação com a área privada. Anos depois, o mesmo autor publica a obra *La casa romana*, onde apresenta o espaço doméstico segundo a perspectiva dos próprios romanos, recorrendo às fontes históricas e arqueológicas, desenvolvendo um estudo da arquitectura privada que é também um precioso trabalho relativo à vida quotidiana no espaço doméstico (Fernández Vega 1999).

Mais recentemente, em 2001 foi publicado por E. Ruiz um trabalho monográfico sobre a Casa da Fortuna de *Cartago Nova*, que analisa a estrutura do conjunto arquitectónico, o seu modelo tipológico e o seu programa decorativo.

Salientamos, também os trabalhos académicos de P. Urine Agudo (2008) sobre *“La edilicia doméstica urbana en el nordeste de la Península Ibérica”* e a tese de Cortés Vicente (2009) sobre *“Arquitectura doméstica urbana da Catalunha, na época tardo republicana e alto imperial”*.

A nível nacional cabe destacar a existência de numerosos estudos parcelares, faltando porém obras de síntese. De facto, com excepção do manual de Jorge Alarcão, datado de 1985, escasseiam os trabalhos incidentes sobre a temática da habitação romana, cuja abordagem se encontra numa fase embrionária, pois grande parte das estações romanas escavadas no nosso país ainda aguarda publicação monográfica.

Devemos aqui salientar o contributo dado para a valorização desta temática pela publicação das escavações de Conimbriga (Alarcão e Etienne, 1977) e de Tongobriga (Dias, 1995).

As escavações de Conimbriga vieram demonstrar os fenómenos de adaptabilidade das casas ao espaço, possuindo grande parte das casas desta cidade plantas trapezoidais.

Neste contexto, a Casa dos Repuxos pode ser considerada paradigmática, onde o eixo principal era composto por um vestíbulo, alinhado com um grande peristilo central e com um triclinio. No lado sul desenvolvia-se um conjunto de compartimentos em redor de um peristilo suplementar, de menores dimensões. Os elementos caracterizadores deste núcleo residencial são os repuxos do peristilo e os mosaicos.

A maioria das casas de Conimbriga são de grandes dimensões, como acontece com a Casa de Cantaber, apesar de também existirem exemplares mais modestos como a Casa dos Esqueletos. Apresentam um peristilo central, centrado com triclinio, havendo habitações que têm termas e outras que aproveitaram partes de construções já existentes.

Por outro lado, em Tongobriga observamos um modelo de casas diferente, sendo na sua generalidade de planta rectangular, com a especificidade de ter sido aproveitado o afloramento granítico para implantar as construções. Os núcleos habitacionais são constituídos por várias salas ligadas por passagens interiores articuladas funcionalmente entre si. Todas as salas tinham pavimentos em terra batida e comunicavam entre si, possuindo portas com soleiras em granito (Dias, 1995).

As moradias mais elaboradas de Tongobriga foram construídas a partir de finais do século I e nos inícios século II. A definição e estruturação dos espaços residenciais naquilo que podemos entender como quarteirões urbanos está datada da fase IV de Tongobriga, ou seja, do século II.

O panorama das investigações que encontrámos quando iniciámos a realização do nosso trabalho oferece-se como assaz diversificado consoante os países, muito embora se constitua como um campo de investigação ainda pouco explorado na Península Ibérica, onde escasseiam os estudos monográficos e faltam obras de síntese sobre a edilícia doméstica.

2 Breve historiografia de *Bracara Augusta*

2.1 Fundação e organização de *Bracara Augusta*

No fim das guerras cantábricas, o Imperador Augusto fundou *Bracara Augusta*, uma das três cidades estabelecidas no Noroeste Peninsular, inseridas num programa imperial de reorganização administrativa da Península Ibérica, facto que originou a criação de estruturas sociais e políticas passíveis de consolidar a presença romana na região e facilitar a integração das populações indígenas (Martins, 2004: 150).



Figura 1 – Mapa da Península Ibérica com a localização de *Bracara Augusta* (Martins, M. e Fontes, L. 2010:112)

A data exacta da consagração da nova urbs é ainda desconhecida, apesar da abundância de epígrafes de carácter honorífico e monumental, datadas da época de Augusto, identificadas no perímetro da cidade de Braga (Morais, 1998: 13). No entanto, a maioria dos autores sugere o ano 16 a.C. como a data mais provável da criação das três cidades do Noroeste Peninsular, que coincide com a segunda estadia de Augusto na Hispânia (Rodríguez Colmenero 1996a *apud* Martins e Fontes, 2010:112).

Também, o estatuto jurídico da cidade levanta algumas questões pois, para uns a cidade seria inicialmente um *oppidum* peregrino que teria beneficiado de uma promoção municipal na época Flávia, aquando da atribuição do *ius latii* à Hispânia, enquanto outros investigadores admitem que a cidade pode ter sido dotada de direito latino logo desde a sua fundação (Le Roux, 1994 *apud* Martins, 2004: 152).

Enquanto o estatuto jurídico e a data da fundação de *Bracara Augusta* continuam envoltas em controversa, o mesmo não se verifica com o papel desempenhado pelas elites indígenas, oriundas dos castros da região, no povoamento da cidade, pois foram estas personagens que ocuparam os principais cargos da nova *civitas*, sendo fundamentais no processo de criação de uma aristocracia urbana (Martins, 2009:171).

As fontes epigráficas e o registo arqueológico comprovam que, entre finais do século I a.C. e as primeiras décadas do século I d.C., *Bracara Augusta* conheceu um processo de povoamento sistemático (Martins, 2004: 152). Esse povoamento é deduzido da presença de materiais cerâmicos importados (Morais, 1997-98:71) e de moedas (Zabaleta Estevez, 2000:396) e fomentado pelo desenvolvimento das vias que ligaram a nova urbs às restantes cidades do Noroeste Peninsular, como atestam os miliários datados de Augusto.

Por outro lado, a datação imputada ao pedestal de estátua, em honra de Augusto, dedicada pelos *bracaraugustani*, no aniversário de *Paulus Fabius Maximus*, datado entre os anos 4 e 2 a.C., poderá aproximar-nos do momento do arranque do programa urbanístico de *Bracara Augusta* (Ribeiro, 2008: 221).

Inicialmente, devem ter sido estabelecidos os espaços públicos e privados da cidade, seguidamente foram edificadas as primeiras infra-estruturas urbanas, indispensáveis ao

funcionamento da cidade, tais como estruturas de abastecimento de água, saneamento e eixos viários, ao mesmo tempo alguns quarteirões residenciais começaram a ser ocupados, de forma a alojar uma população que estava em crescimento.

Lamentavelmente, apesar das inúmeras escavações realizadas na cidade, desde 1976, no âmbito do Projecto de Bracara Augusta, os elementos construtivos disponíveis para caracterizar a cidade na época fundacional são escassos o que dificulta uma abordagem ao urbanismo da cidade nesse período, apesar da abundância de materiais arqueológicos e epigráficos a ele reportados.

Relacionando-se com a fundação da cidade encontramos o edifício pré-termal do Alto da Cidade, datado da época de Augusto ou Tibério, uma habitação, cujos vestígios se conservam na cave do edifício de serviços do Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, limitados a um mosaico e a alguns muros e a construção de uma grande cloaca identificada nas proximidades do local onde se presume situar o *forum*. Este, tendo por base a referência do Mapa de Braunio, datado do século XVI, que assinala este espaço nas proximidades da capela de S. Sebastião, deveria corresponder ao actual Largo Paulo Orósio (Martins, 2009: 178).

Apesar da escassez de dados para o período fundacional, é possível concluir que *Bracara Augusta* nasceu como cidade planificada, tendo conhecido desde a sua fundação um projecto urbano estruturado, tal como aconteceu nas cidades criadas *ex novo*, beneficiando de condições topográficas vantajosas e da inexistência de estruturas urbanas anteriores, o que facilitou a implementação de um plano urbano ortogonal (Martins, 2008:168, Ribeiro, 2008: 222).

Com base nos vestígios arqueológicos disponíveis constata-se que a cidade possuía eixos orientados NO/SE e SO/NE, sendo as *insulae* identificadas quadradas, com 150 pés de lado, com áreas construídas de 1 *actus* (120 pés), modulação observável na área arqueológica das Carvalheiras (Martins, 2004: 154). As ruas da cidade mediam entre os 10 e 12 pés, tendo sido identificadas, até à data, uma única via com 25 pés de largura, a qual permitia o acesso ao *forum*.

Entre as características do urbanismo de *Bracara Augusta* destacam-se os pórticos, anexos às ruas que normalmente ladeiam as casas, funcionando como passeios, que permitiam, também, aumentar os espaços destinados ao comércio que se desenvolvia nas lojas implantadas na parte baixa das casas (Martins, 2004: 155).

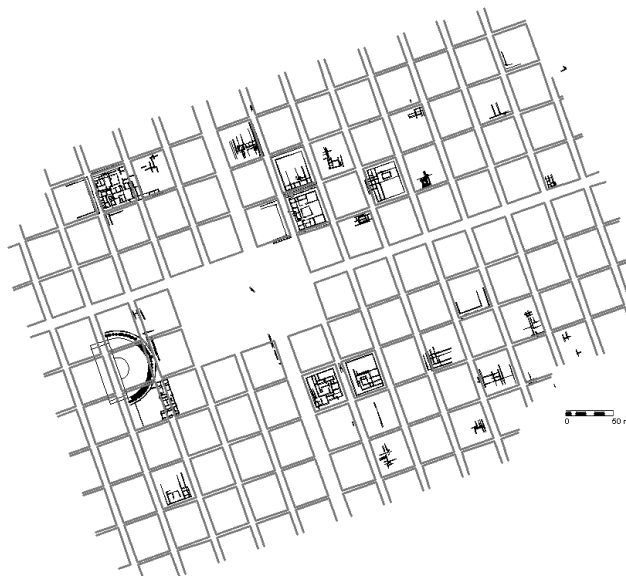


Figura 2 – Proposta da malha urbana para *Bracara Augusta* (NO/SE)¹

Entre o último quartel do século I e os inícios do século II operou-se um programa de obras e de monumentalização da cidade que se encontra bem testemunhado por relevantes vestígios de edifícios de carácter público, entre os quais se pode referir as termas (Martins, 2005) e o teatro do Alto da Cividade (Martins *et al.* 2006), o edifício sob a Sé Catedral (Fontes *et al.*, 1997-98) e o anfiteatro (Morais, 2001). Datam igualmente deste período algumas casas, como acontece com a das Carvalheiras (Martins, 1997-98), sendo certo que muitas outras devem ter sido edificadas neste período em que a cidade terá atingido a sua máxima extensão (Martins, 2009:184). Este período regista o crescimento demográfico de *Bracara Augusta* e o aumento do poder de compra da sua população, bem evidenciado por um elevado ritmo das importações, comprovadas pelos materiais provenientes das intervenções arqueológicas (Morais, 1998: 13).

No período seguinte, entre finais do século II e meados do século III, a cidade conheceu alguma estagnação em termos de actividade construtiva, fruto da recessão característica desse período, muito embora se registre uma importante remodelação nas termas do Alto da Cividade (Martins, 2005:37).

¹ Proposta de restituição segundo M. C.Ribeiro (2008:247)

Todavia, *Bracara Augusta* voltou a registar um importante programa de renovação urbana, entre os finais do século III e os inícios do século IV, período em que a cidade assumiu uma maior importância no contexto das cidades do Noroeste peninsular, com a sua elevação a capital da nova província da Galécia, criada por Diocleciano (Tranoy, 1981 *apud* Martins, 2009:186). Neste período foram efectuadas importantes remodelações em edifícios públicos e privados, tendo sido construída uma poderosa muralha, muito bem documentas pelos vestígios arqueológicos de diferentes escavações (Lemos *et al.* 2003:122).

A arqueologia testemunha as diversas transformações ou adaptações operadas, tanto nas construções públicas como privadas, o que evidencia que *Bracara Augusta* viveu um momento de grande dinamismo construtivo, entre finais do século III e inícios do IV (Martins e Fontes, 2010:116). Os dados arqueológicos levam-nos a concluir que a cidade possuía uma grande importância política, económica e cultural durante todo o século IV, atestada pela presença de uma grande quantidade de cerâmicas importadas, mas também pela intensa actividade artesanal, o que demonstra uma actividade económica bastante expressiva da cidade no Baixo-império.

A cidade baixo-imperial caracteriza-se por uma dinâmica construtiva que levou ao estreitamento dos eixos viários e ao desaparecimento de alguns deles, desafectados à circulação, que foram sendo conquistados pelas habitações. Por outro lado, as remodelações das casas registam alguma perda de ortogonalidade, deixando de respeitar a orientação característica da cidade alto-imperial (Martins e Fontes, 2010:116). Esta tendência persiste nos edificadados do século V, período em que a cidade se torna a capital do Reino Suevo que se instala na região de Braga, nos inícios daquele século.

Sem dúvida que *Bracara Augusta* foi uma cidade que desfrutava de espaços e edifícios públicos semelhantes aos de qualquer outra cidade da Hispânia, tais como um *forum*, um teatro, um anfiteatro e de vários edifícios termas, imagem que se coaduna com a sua capitalidade, primeiro como capital de convento jurídico, depois como capital de província, a partir dos inícios do século IV e, finalmente, como capital do Reino Suevo já no século V. As novas funções da cidade a partir do século IV, designadamente a sua promoção a sede de bispado, acrescentaram-lhe novos edifícios públicos, designadamente uma basílica paleocristã que se pensa estar situada sob a actual Sé Catedral (Fontes *et al.* 1997-98: 145).

Para além dos edifícios públicos, a cidade possuía os seus quarteirões residenciais onde foram construídas *domus* de prestígio, que testemunhavam a riqueza da população urbana, bem documentada nas suas remodelações tardias, que se caracterizaram, generalizadamente, pela introdução de *balnea* e por pavimentações com mosaicos (Martins e Ribeiro, 2010:27).

2.2 A arquitectura privada de *Bracara Augusta*

As referências à arquitectura doméstica de *Bracara Augusta* remontam ao século XIX e foram sendo confirmadas pela arqueologia, com a descoberta de vestígios de habitações luxuosas, com mosaicos e hipocaustos (Martins e Delgado, 1989/90:26).

Desde os anos 60 que foram sendo realizadas escavações que possibilitaram identificar várias unidades habitacionais, com cronologias que se situam entre os Flávios e o Baixo-império. No entanto, a grande maioria dos vestígios de casas foi exumada nas largas dezenas de escavações realizadas a partir de 1976 no âmbito do projecto de *Bracara Augusta*, da responsabilidade da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Os exemplares de arquitectura privada individualizados até ao momento permitem reconhecer algumas características dominantes, como a reprodução do modelo de casa itálica de *atrium* e *peristylum*, a presença significativa de banhos privados e a profusão de pórticos em redor das habitações, possibilitando o acesso às *tabernae* (Martins e Fontes, 2010:116).

No entanto, apesar dos inúmeros vestígios associados a núcleos residenciais, raramente eles nos oferecem o conjunto das construções, encontrando-se muito fragmentados. Na verdade, até hoje, apenas foi possível escavar na íntegra a totalidade de uma habitação, a casa das Carvalheiras, que representa, por isso, o exemplar mais representativo da arquitectura doméstica de *Bracara Augusta* (Martins, 1997-98: 25). Trata-se de uma habitação que ocupava a totalidade de um quarteirão, sendo limitada por quatro ruas, podendo ser entendida como protótipo da habitação urbana da cidade.

Este conjunto habitacional localizava-se no sector noroeste da cidade romana, nas proximidades da zona monumental da cidade definida pelo *forum*.

O núcleo residencial das Carvalheiras desenvolvia-se em duas plataformas, como solução para os problemas apresentados pela topografia do terreno. Assim, na plataforma mais elevada situavam-se o átrio e os compartimentos envolventes, enquanto na zona mais baixa localizava-se o núcleo do peristilo que formalizava uma ampla área aberta em torno da qual se desenvolviam vários espaços da casa.

Estamos perante um modelo clássico de casa de átrio e peristilo, rodeada por pórticos, que permitiam o acesso a lojas, tendo sido construída no último quartel do século I (Martins, 2000: 64).

Na primeira metade do século II a *domus* sofreu a sua primeira remodelação a qual afectou toda a sua parte noroeste. O que originou esta reforma foi a construção de um balneário, integrado na estrutura do núcleo habitacional. Este espaço ocupou uma área útil de 190 m², sendo constituído por quatro salas que cumpriam o circuito de banhos recomendado, com duas pequenas zonas de apoio. Do referido balneário, resistiram as áreas aquecidas e os solos em *opus signinum* do frigidário e de um apoditério (Martins, 2004: 168). Muito embora este balneário tenha sido inicialmente interpretado como um balneário privado da casa (*balneum*), a verdade é que a sua dimensão, bem como a sua acessibilidade a partir da rua, sugerem que o mesmo possa ter tido uma vocação pública, constituindo, por isso um *balnea*, que seria explorado pelo dono da casa (Martins e Ribeiro, 2010: 25).

Todo o conjunto habitacional foi profundamente remodelado nos finais do século III e inícios do século IV. Esta reforma perturbou essencialmente os pórticos, as ruas que viram diminuir o seu espaço e a área em redor do peristilo que poderá ter sido convertida em lojas, o que provocou o fechamento desses compartimentos com pesadas portadas, atestadas pela presença de poderosas soleiras em granito, que revelam rasgos para os encaixes de portas de madeira. Nesta fase, apenas a parte sul da casa terá continuado a cumprir as suas funções de residência, facto que justificará o seu avanço sobre os pórticos e sobre a rua nascente. Nos finais do século IV a habitação foi novamente objecto de uma remodelação que se caracteriza pelo encerramento de algumas ruas, fechadas por muros e a desafecção de alguns compartimentos (Martins, 2000: 64).

Este núcleo habitacional deverá ter-se mantido ocupado até finais aos séculos V/VI, atendendo a que alguns compartimentos entulhados nesta fase atestam a presença de cerâmicas cinzentas de cronologia tardo-antiga (Amaral, 2007:15).

No período baixo-imperial a arquitectura doméstica de *Bracara Augusta* sofreu significativas remodelações, que determinaram a alteração da estrutura das habitações, tal como aconteceu na Casa das Carvalheiras.

A maioria das unidades residenciais foi favorecida com a introdução de balneários privados, passando a ocupar anteriores espaços públicos, como pórticos, que são fechados e integrados na estrutura das casas, permitindo aumentar a área útil das habitações (Martins e Fontes, 2010:118).

As reformas verificadas nos núcleos habitacionais e o enriquecimento de muitas delas, que se valorizaram com balneários ou com utilização de mosaicos e de estuques, são elementos reveladores da persistência em *Bracara Augusta* de um grupo social abastado que deveria associar-se às novas funções administrativas desencadeadas pelas novas responsabilidades políticas e religiosas da cidade (Martins, 2008: 189).

3 Objectivos

Com a realização deste trabalho pretendemos caracterizar a arquitectura doméstica romana de *Bracara Augusta*, tendo por base a análise pormenorizada da informação proveniente das diferentes escavações efectuadas na cidade de Braga, desde 1976, as quais proporcionaram um conjunto expressivo de vestígios relacionados com a habitação urbana.

Trata-se de uma temática pouco explorada até ao momento no contexto do urbanismo de *Bracara Augusta*, tendo em linha de conta os estudos já efectuados que se relacionam com o tema. De facto, pese embora o esforço que foi feito ao longo dos anos para estudar os núcleos escavados, no âmbito da arqueologia preventiva, existe uma lacuna significativa no estudo da arquitectura privada, uma vez que esta nunca foi abordada numa perspectiva monográfica.

Reconhece-se, todavia, neste âmbito, o trabalho pioneiro de Rui Silva (2000) que procedeu à análise das duas primeiras fases da casa das Carvalheiras, a única integralmente escavada até ao momento em Braga, facto que permitiu a caracterização da sua morfologia e volumetria.

Considerando o estado dos conhecimentos sobre a temática foi nossa intenção produzir um estudo da arquitectura residencial, com incidência nos aspectos morfológicos e funcionais dos

espaços das habitações, de forma a valorizar a arquitectura privada da cidade e a contrastá-la com os dados conhecidos para outras cidades da Hispânia romana.

Para o efeito, procurámos centrar a nossa atenção na evolução do conceito da casa romana, uma vez que esta vai mudando ao longo do tempo, nas características e funcionalidade dos diferentes espaços que a integram e na diversidade morfológica das habitações de *Bracara Augusta*, pretendendo-se, por esta via, elaborar uma proposta de caracterização tipológica da arquitectura privada da cidade.

É incontestável que o estudo da arquitectura doméstica romana constitui um meio importante para se conhecer os diversos aspectos da vida quotidiana de uma cidade e para avaliar o grau de adopção, por parte das comunidades das diferentes regiões do Império, dos padrões e modas difundidos a partir de Itália ou de outras regiões mais romanizadas. Para o efeito importa compreender os diferentes espaços das casas, pois essa informação permite-nos caracterizar o grau de integração dos seus proprietários, o modo como os mesmos adoptaram os modelos difundidos, mas também o seu grau de riqueza e nível de aculturação.

Quando analisamos uma casa romana não podemos deixar de pensar que ela se caracterizava por uma grande diversidade de soluções formais, construtivas e funcionais. Por isso, tentaremos estabelecer propostas interpretativas para os diferentes contextos habitacionais conhecidos em *Bracara Augusta*, procurando-se categorizar as casas urbanas identificadas e, ao mesmo tempo, definir a sua evolução ao longo do tempo.

É igualmente importante caracterizar a distribuição espacial e funcional das habitações, tendo em atenção que a sua localização no espaço urbano poderá ter influenciado as suas características, quer em termos de dimensão, quer de sofisticação. Por essa razão tentaremos correlacionar a informação produzida com os estudos já efectuados sobre o urbanismo de *Bracara Augusta*, com aquela que será obtida na análise dos núcleos habitacionais que serão objecto deste trabalho.

Uma vez terminada a elaboração da base documental que servirá de apoio à valorização da arquitectura doméstica da cidade, procuraremos proceder a uma comparação com os dados disponíveis sobre a habitação urbana conhecida noutras cidades do Noroeste Peninsular.

4 Fontes para o estudo da arquitectura doméstica

As fontes disponíveis para o estudo da habitação urbana são variadas, podendo ser agrupadas em fontes arqueológicas, literárias e iconográficas. No entanto, face à vastidão de informações hoje acumuladas sobre o tema merecem natural destaque as fontes arqueológicas, resultantes de numerosas escavações realizadas em várias províncias romanas, muito embora os estudos dedicados à casa romana possam ser considerados como relativamente recentes.

Não cabe no âmbito desta tese proceder a uma valorização crítica dos dados propiciados pelas escavações, devido à sua vastidão e heterogeneidade. Neste sentido, decidimos valorizar no âmbito das fontes arqueológicas apenas os contributos fornecidos pelas cidades de Pompeia e Herculano.

No que respeita às fontes literárias é também vasto o seu contributo para caracterizar a casa romana. Mas, também neste âmbito, julgamos não caber no espaço de uma tese de mestrado uma valorização exaustiva das referências dos autores clássicos. Também aqui resolvemos proceder a uma escolha que recaiu sobre a obra de Vitruvius, fonte que reputamos como fundamental, sempre que se aborde a arquitectura antiga.

Não iremos debruçar-nos sobre as fontes iconográficas, particularmente ricas no caso das pinturas murais, ou nos altos-relevos de vários monumentos, funerários ou comemorativos, pela sua vastidão e, também, porque entendemos que a sua valorização ultrapassava largamente o âmbito e o tempo útil deste trabalho.

4.1 Fontes arqueológicas

A descoberta das ruínas de Pompeia e Herculano é considerada de excepcional importância, uma vez que proporcionou dados únicos para compreender o quotidiano da vida urbana romana.

Sem dúvida que estas duas cidades renasceram no século XVIII, através de escavações sistemáticas e cuidadosas conduzidas por Giuseppe Fiorelli, readquirindo uma importância perdida, transformando-se numa referência para qualquer estudo sobre o mundo romano, uma vez que muitas das suas construções chegaram até nós praticamente intactas.

A erupção do Vesúvio, em 79, soterrou sob as suas cinzas e lava duas cidades que se transformaram numa fonte de informação inesgotável para o estudo dos edifícios públicos e privados romanos, bem como para compreensão das técnicas construtivas inerentes e para o estudo da funcionalidade dos espaços.



Figura 3 – Perspectiva geral das ruínas de Herculano (Foto Cristina Braga)

Tendo em conta que o objecto de estudo deste trabalho é a arquitectura doméstica romana, torna-se imprescindível o uso de referências aos dois arqueossítios supramencionados.

Em Pompeia existe um número considerável de exemplares de *domus*, colocadas a descoberto, o que permite conhecer mais detalhadamente as casas urbanas romanas, com a particularidade de algumas delas não terem estado sujeitas a qualquer tipo de saque ou destruição. No entanto, algumas das casas conservadas apresentam danos provocados pela força da erupção, muito embora as escavações tenham permitido encontrar os rebocos pintados de andares superiores que desabaram sobre as salas que se situavam no piso inferior (Beard, 2010:33).

Assim, neste arqueossítio singular, que abarca a totalidade dos equipamentos que compunham uma cidade romana, podemos observar a estrutura de uma *urbs*, o esquema da *domus* pompeiana, as técnicas construtivas, bem como os programas decorativos, evidenciados pelas paredes pintadas, ou pelos sofisticados pavimentos de mosaicos, quase integralmente conservados.

Pompeia contribuiu de forma decisiva para a história da construção romana ao dar a conhecer um excepcional tesouro: a casa. De facto, é nesse local que encontramos uma rica e preciosíssima antologia da *domus*, isto é, da casa unifamiliar, que aí existiu desde o século IV a.C. até ao século I (Carpiceci, 2004: 8).

A *domus* pompeiana é considerada como o objecto primordial para o estudo da arquitectura privada romana, tanto pelo seu estado de conservação como pelo seu valor representativo, pois esta caracteriza a casa urbana tipicamente romana, tendo-se constituído como elemento orientador para as análises das diversas *domus* reconhecidas nas várias cidades do Império.

Quando usamos os exemplos de Pompeia ou Herculano temos sempre que ter em atenção que se trata de modelos de *domus*, muitas vezes sumptuosas, pertencentes na sua maioria a grandes senhores de Roma, que iam passar largas temporadas para aquela região da Campânia. De facto, são raras nestas cidades as habitações mais modestas, ou porque desapareceram devido aos materiais mais perecíveis que as deviam caracterizar, ou porque não foram ainda escavadas.

A excepcionalidade das ruínas de Pompeia e Herculano reporta-nos sempre para uma outra realidade, ou seja, temos uma sensação de proximidade que torna o cenário das suas ruas tão memorável (Beard, 2010:75).

4.2 Fontes literárias

Uma abordagem sobre a arquitectura romana torna imprescindível o recurso às fontes literárias romanas, pois tal como referem autores como Wallace-Hadrill qualquer trabalho que pretenda focar esta matéria terá que conjugar os dados da arqueologia, da arquitectura e da literatura clássica (Silva, 2000: 26)

A análise detalhada das fontes literárias da antiguidade fornece dados directos e indirectos para o estudo do povoamento, da organização das cidades e construção romana. Normalmente, os textos que abordam a construção romana são pouco abundantes e correspondem no essencial a tratados teóricos, tal como acontece com a obra de Vitrúvio, que se tornou numa referência clássica para a arquitectura romana.

A obra *De Architectura* funcionou como um tratado de arquitectura, onde o seu autor ambicionava criar um manual de orientações objectivas no campo da urbanística, da arquitectura e da arte de bem construir, com base nos seguintes princípios: *utilitas*, *venustas* e *firmitas* (utilidade, beleza e solidez).

O objectivo de Vitruvius era criar um manual de arquitectura, que prestigiasse a disciplina e que servisse de guia ao poder romano para desenvolver a cidade. Na verdade, ambicionou desenvolver uma doutrina global sobre o tema, muito embora os seus objectivos tenham sido limitados pela sua própria formação de engenheiro militar e pelo carácter limitado da sua experiência prática na arte da construção de numerosos edifícios. De facto, na maior parte dos casos recorreu a fontes literárias para redigir o seu trabalho, tendo-se inspirado em autores helenísticos, procurando uniformizar os seus diferentes contributos.

A originalidade da obra vitruviana reside pois em ter ordenado pela primeira vez, de forma coerente e sistemática, um conjunto de aspectos da actividade arquitectónica (Mar, 1994: 42), relativo ao modo de construir.

Vitruvius aliou à habilidade de bem construir as suas próprias convicções, expostas de forma exhaustiva em dez livros, oferecendo-nos um legado vastíssimo de conhecimentos. No que se refere à construção doméstica esse legado compreende desde o princípio subjacente à prática da arquitectura, ao registo de medidas dos espaços adequadas à sua respectiva função, documentando ainda detalhes que passam pela disposição dos compartimentos, tendo em vista a classe social do proprietário (Silva, 2000: 27).

É necessário ter presente que não se pode assumir os postulados vitruvianos, expostos no seu Livro VI, como modelos expressivos da casa romana, uma vez que este autor nunca descreveu a casa romana, mas antes outorgou regras para a sua construção (Uribe Agudo, 2008: 22).

Muito embora a obra de Vitruvius seja considerada um instrumento imprescindível para compreender e estudar a arquitectura clássica, convém ressaltar-se o facto de ela estar mais próxima da dinâmica relacionada com o poder político, do que com soluções construtivas objectivas e funcionais de uma arquitectura modesta (Silva, 2000: 28). Neste sentido, os autores que basearam os seus trabalhos e análises na obra de Vitruvius apenas podem obter a partir dela um modelo típico, que pode funcionar como instrumento de trabalho, mas que tem que ser confrontado

com a realidade da casa romana, diversa na sua natureza, conforme surge demonstrado nas escavações arqueológicas de diferentes cidades romanas (Silva, 2000: 28).

O Tratado de Architectura foi escrito com o intuito de funcionar como um manual orientador, uma vez que o próprio autor afirma, no seu Livro V, que o arquitecto deveria agir em conformidade com a unidade da obra, com aquilo que ele chama de *symmetria*, ou seja, as proporções que estabelecem uma lógica entre as partes e o todo. No entanto, a natureza do local, a dimensão da obra, ou os meios financeiros disponíveis, exigiam dos arquitectos romanos um conjunto de soluções que tinham que funcionar, sem que o manual vitruviano tenha sido seguido (Maciel, 2006:17).

Mesmo não sendo aplicados os cânones vitruvianos os edifícios deveriam todos obedecer a uma ponderação de vários factores, conjugando a subtileza construtiva (perfeição do construtor ou artifice), a magnificência (de acordo com os custos e com a capacidade económica do proprietário) e a disposição (o modelo deve ser admirado devido às suas proporções resultante dos sistemas e medidas utilizados) (Maciel, 2006: 241).

5 Metodologia de análise

5.1 Interpretação dos dados do campo / registo

A finalidade deste trabalho é estudar os vestígios arqueológicos de um conjunto de áreas de interesse arqueológico da cidade de Braga, escavadas ao longo dos últimos trinta e cinco anos, que se articulam com unidades habitacionais. De entre as diferentes zonas arqueológicas disponíveis seleccionámos um conjunto de sete, por serem aquelas que ofereciam possibilidades de garantir uma interpretação mais fiável, mas também por se encontrarem todas numa área central da cidade romana (Apêndice 1; 2; 3).

Escolhida a amostragem das zonas arqueológicas a analisar, procurámos compreender a evolução histórica e cronológica de cada edifício, ao mesmo tempo que os mesmos foram analisados em termos de projecto arquitectónico, com a necessária caracterização dos respectivos espaços funcionais. Cada conjunto habitacional foi ainda valorizado do ponto de vista das suas

técnicas construtivas, dos materiais, do sistema de abastecimento e drenagem de água, tendo igualmente sido analisados os elementos da decoração arquitectónica sobreviventes, designadamente ao nível dos pavimentos, mosaicos e pinturas.

A realização deste estudo só foi passível através da análise dos registos fornecidos pelas escavações arqueológicas realizadas em Braga no âmbito do Projecto de Salvamento de *Bracara Augusta*. Na sua concretização usaram-se os cadernos de campo e os elementos inseridos no SIABRA (Sistema de Informação Arqueológica de *Bracara Augusta*), quer no que respeita à base de dados, quer à mapoteca. Sempre que possível recorreu-se também ao estudo dos vestígios conservados *in situ*. Como fonte de informação foram ainda utilizados os dados já publicados sobre as diferentes zonas arqueológicas analisadas neste trabalho, bem como os relatórios das escavações, muitos dos quais ainda inéditos, em depósito na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Assim, foi levada a cabo uma pesquisa exaustiva de toda a documentação das diferentes zonas arqueológicas de forma a definir as várias fases de ocupação de cada sítio. Esta definição foi estabelecida com base na conjugação de toda a documentação gráfica disponível, desde planos, plantas, alçados, cortes e fotografias, correlacionada com os dados cronológicos existentes sobre os materiais recolhidos, designadamente, cerâmicas, vidros e moedas.

Após este trabalho procedeu-se à elaboração de plantas interpretativas dos espaços em vários períodos de ocupação.

O nosso trabalho viu-se confrontado com várias limitações que decorrem, quer da natureza das ruínas, quer do facto da maior parte das mesmas terem sido exumadas num contexto de arqueologia urbana preventiva. De facto, não podemos deixar de valorizar os factores que se relacionam com o estado de conservação das ruínas, o qual por vezes é impeditivo de compreendermos adequadamente a orgânica dos espaços.

Neste contexto, cabe destacar o elevado grau de deterioração em que se encontram muitas das estruturas descobertas, que registam por vezes estados acentuados de desgaste e elevada fragmentação das estruturas, frequentemente saqueadas até à rocha. Por outro lado, importa não esquecer que todos os sítios arqueológicos analisados oferecem uma complexa sobreposição de estruturas de diferentes períodos, o que tornou difícil a caracterização exacta dos espaços nas suas

sucessivas fases de utilização. Finalmente, importa não esquecer que as estruturas arqueológicas sedimentadas sob as cidades actuais raramente são escavadas de forma a abarcar a totalidade dos edifícios, sendo igualmente certo que muitos dos seus materiais de construção e elementos arquitectónicos foram reutilizados e reciclados ao longo dos tempos.

5.2 Criação de uma ficha de análise

A primeira tarefa deste trabalho relacionou-se com a interpretação do registo arqueológico existente nas zonas arqueológicas seleccionadas, de forma a produzir um estudo analítico de cada unidade habitacional identificada.

Para a análise dos diferentes contextos residenciais foi indispensável a elaboração de uma ficha de estudo, cujos campos definidos tiveram por base os que já foram usados por A. Balil (1973), P. Uribe Agudo (2008) e A. Cortés Vicente (2009).

Assim, a ficha descritiva contemplou vários aspectos.

O primeiro relaciona-se com a identificação da zona arqueológica, com o seu nome e localização, a qual está de acordo com os acrónimos estabelecidos para as intervenções arqueológicas de Braga.

De seguida foram descritos os dados relacionados com a escavação, tendo sido valorizadas as datas das diferentes campanhas de trabalhos arqueológicos, os responsáveis, o tipo de intervenção, o estado geral de conservação dos vestígios e o tipo de ruínas identificadas.

Segue-se uma valorização dos dados cronológicos tendo por base a análise da sequência estratigráfica do sítio e a análise dos materiais datantes que permitem estabelecer uma sequência de fases de ocupação, desde o momento de construção da habitação, até ao seu abandono, passando naturalmente pelas remodelações quando tenham tido lugar.

De seguida procede-se à descrição arquitectónica e funcional do espaço que contempla a caracterização dos materiais e técnicas construtivas dos muros e dos pavimentos, bem como a identificação dos espaços funcionais da casa e dos elementos construtivos associados à casa, mas exteriores ao ambiente doméstico. Analisam-se de seguida as estruturas de abastecimento de água,

bem como as que se associam à sua drenagem, incluindo-se aqui as relacionadas com o escoamento de águas sujas e pluviais.

Finalmente, são analisados os elementos decorativos da casa que se conservaram no registo arqueológico, designadamente ao nível de pinturas murais e pavimentos. Neste apartado serão igualmente valorizados os elementos arquitectónicos, procedendo-se à sua caracterização, mas também à tentativa de os integrar nas diferentes partes das casas.

As planimetrias usadas e produzidas no âmbito desta dissertação bem como as imagens ilustrativas de aspectos construtivos, relativas a cada uma das unidades habitacionais estudadas serão apresentadas em apêndice, no fim do texto.

As fichas descritivas incluíram ainda, em fase de preenchimento, um campo destinado à bibliografia e a observações.

As fichas foram elaboradas em formato Word, mas o tratamento de imagens e a criação de plantas foi efectuado recorrendo ao auxílio dos seguintes programas informáticos: AutoCad 2007, Adobe Photoshop CS2, Corel Draw X3 e Google SketchUp 7.

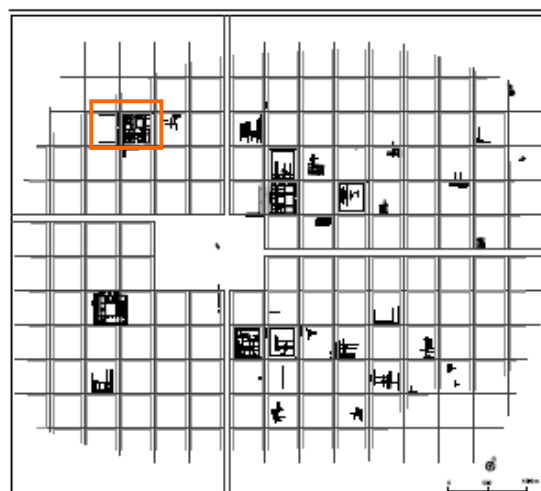
Na base da análise e interpretação das estruturas estiveram as plantas das escavações, a partir das quais foi possível estabelecer plantas interpretadas dos edifícios de acordo com as suas fases evolutivas. Sempre que foi possível procurou-se elaborar modelos 3D das plantas interpretadas.

Parte II

Análise das unidades habitacionais de *Bracara Augusta*

1 ZA das Carvalheiras

Figura 4 – Malha urbana com a localização da ZA das Carvalheiras¹



1.1 Os dados da escavação

1.1.1 *Datas dos trabalhos arqueológicos*

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos na área arqueológica das Carvalheiras iniciaram-se no ano de 1983, tendo sido dados por concluídos em 2002, após vários anos de interrupção das escavações, que resultaram do abandono do projecto de construção previsto para o local, da sua classificação e finalmente das dificuldades em encontrar os necessários financiamentos para concluir as escavações. Estas decorreram ao longo de quatro fases distintas. A 1ª fase incluiu três campanhas de trabalhos que decorreram, a primeira, entre Fevereiro e Maio de 1983, a segunda, entre Fevereiro e Outubro de 1984 e, a terceira, entre Março e Agosto de 1985 (Delgado e Lemos,

¹ Proposta de restituição da malha urbana segundo M.C. Ribeiro (2008:247)

1985:160). A 2ª fase da intervenção, que se destinou a alargar a área aberta entre 1983 e 1985, contemplou igualmente três campanhas de escavação, entre Julho de 1991 e Dezembro 1992, entre Janeiro e Dezembro 1994 e em Janeiro de 1995 (Martins, 1997/98:12). Com um intervalo de cinco anos, os trabalhos de escavação foram retomados no ano de 2000, visando conclusão das escavações, tendo-se realizado então a 3ª fase de intervenção, numa única campanha que decorreu entre Fevereiro e Setembro de 2000. A 4ª fase de escavação decorreu entre Fevereiro e Agosto de 2002 e teve em vista a escavação da área situada a nascente do núcleo central das ruínas, num terreno em que se previa vir a ser construído um prédio, recebendo esta área a designação de Carvalheiras leste.

1.1.2 Responsáveis

A intervenção arqueológica foi realizada sob responsabilidade da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Na 1ª fase foram responsáveis pela intervenção a Dra. Manuela Delgado e o Dr. Francisco Sande Lemos. Todas as outras fases de trabalhos arqueológicos foram dirigidas pela Dra. Maria Manuela Martins.

1.1.3 Tipo de intervenção

A primeira fase de escavação entre 1983-1985 teve um carácter de acção preventiva, com vista a emitir um parecer quanto à viabilidade da construção no local de um complexo pedagógico e desportivo (Delgado *et al.* 1984:103). Após a avaliação dos resultados, este projecto foi abandonado, tendo as ruínas sido classificadas como Imóvel de Interesse Público. Todos os trabalhos realizados no âmbito das campanhas seguintes tiveram em vista objectivos de investigação no âmbito do urbanismo e da arquitectura de *Bracara Augusta*. A área escavada cobre cerca de 1367 m².

1.1.4 Estado de conservação

Globalmente as ruínas encontravam-se em bom estado de conservação, sendo de salientar, em particular a parte nordeste da *domus*, onde os muros se encontram muito bem conservados, ao contrário da parte sul, onde é mais perceptível o arrasamento das construções que se encontravam praticamente à superfície.

1.1.5 Ruínas identificadas

As ruínas exumadas permitiram identificar uma unidade residencial, ladeada por quatro ruas, ocupando a totalidade de um quarteirão da cidade romana de *Bracara Augusta* (Martins, 1997/98:24) (Apêndice 4). Por outro lado, no limite das referidas ruas detectaram-se muros que pertenceriam a outras habitações e a *insulae* diferentes, situadas a oeste, sul e este (Apêndice 8.1; 8.3). Esta unidade habitacional tinha a particularidade de ter sido implantada em duas plataformas distintas, como solução para vencer o declive natural do terreno, criando assim dois núcleos de organização do espaço (Apêndice 8.5). Os vestígios detectados correspondem a uma *domus* de átrio e peristilo, com varias *tabernae* viradas para os pórticos sul e oeste. Esta construção revelou-se um excelente exemplar da arquitectura privada e uma extraordinária parcela do urbanismo de *Bracara Augusta*, sendo a única casa totalmente escavada até hoje, na cidade (Martins, 2000: 2). O conjunto arqueológico das Carvalheiras permitiu individualizar um módulo construtivo urbano da cidade romana, definido por ruas perpendiculares, que posteriormente foi confirmado noutras zonas da cidade, como no sítio arqueológico do Ex-Albergue Distrital (Martins, 1997/98: 26).

1.2 Os dados cronológicos e as fases de construção

Nesta zona arqueológica foram identificadas cinco fases construtivas que se associam à construção da *domus* e a subsequentes remodelações da mesma.

Erguida no período Flávio (Martins, 1997/98: 28), a casa corresponde no seu primeiro projecto a uma casa de átrio e peristilo, denotando uma excelente qualidade construtiva, visível na própria adaptação do edifício às condicionantes do terreno que se apresenta em declive. Para vencer este constrangimento foi implantada uma parede interna (M48) que permite vencer o desnível do terreno, com cerca de 3m de altura, criando duas plataformas distintas da habitação, que se desenham a norte e sul do referido muro. Assim, na zona mais alta (parte sul) localizava-se o átrio e os compartimentos envolventes, que definiam uma área mais pública da casa. Por sua vez, na parte mais baixa (norte) situava-se o peristilo e zonas adjacentes, podendo ser considerada como um espaço mais privado da *domus*. Desta primeira fase conservaram-se diversos muros divisórios que

possibilitam a identificação de vários compartimentos, principalmente na área do átrio. Por outro lado, a zona noroeste da casa, foi aquela que sofreu mais alterações com a remodelação do século II, mantendo-se apenas alguns muros relativos a esta fase (Martins, 1997/98: 28). Os materiais cerâmicos relacionados com a 1ª fase estão associados a enchimentos de valas de fundação de muros, pavimentos de terra batida, enchimentos de nivelamento sobre a rocha, bem como com preparações para pavimentos. Nestes níveis destaca-se a predominância de ânforas e de *terra sigillata* hispânica. Relativamente aos contentores anfóricos destacam-se as ânforas béticas, Haltern 70, havendo também fragmentos do tipo Dressel 2-4, de produção itálica e bética, fragmentos de Tipo Ródio oriundos do Egeu e fragmentos do tipo Dressel 7-11 com origem na Tarraconense (Apêndice 9.8). Na *terra sigillata* predominam as formas decoradas Drag. 29 e 37 e as formas lisas Drag. 27 e 15/17, datáveis de meados a finais do século I (Morais, 2004: 132 e 133).

A primeira remodelação do espaço da habitação ocorreu na primeira metade do século II, afectando todo o lado oeste da casa. Esta segunda fase construtiva da unidade residencial prende-se com a implantação de um balneário, que ocupou a zona noroeste da *domus* (Martins, 2000: 7; Martins e Ribeiro 2010). A construção do balneário implicou uma reestruturação da fachada oeste, levando à desafecção de parte do pórtico oeste e consequentemente de algumas lojas. Por outro lado, a estruturação deste novo equipamento da casa afectou também os compartimentos que se localizavam a oeste do peristilo (Martins, 1997/98: 28). A testemunhar esta reforma estão as moedas presentes quer no pavimento em *opus signinum* (UE846) do *frigidarium*, quer no pavimento em terra batida de um compartimento em redor do peristilo (UE888). O primeiro exemplar está datado de 98 a 117 (N.º Inventário 1995/0235), enquanto o segundo numisma tem uma cronologia de 103 a 111 (N.º Inventário 1993/0758) (Amaral, 2007: 72). Tudo leva a crer que este balneário integrado na casa se destinasse ao uso público, atendendo ao facto de possuir uma entrada a partir da fachada oeste. Estaremos, assim perante um *balnea*, ou seja, umas termas públicas sem palestra, construídas num quarteirão residencial (Martins e Ribeiro, 2010:25).

A terceira fase desta habitação tem uma cronologia compreendida entre os finais do século III e os inícios do século IV, altura em que o espaço foi novamente transformada, não sendo ainda completamente claras algumas das alterações ocorridas neste período (Amaral, 2007: 15). Como elementos caracterizadores deste período temos a reestruturação da zona envolvente ao peristilo,

principalmente a sul e a este, existindo espaços que foram sendo compartimentados e fechados com grandes portadas (Martins, 1997/98: 34). Neste mesmo período também a fachada oeste da unidade habitacional sofreu alterações substanciais, passando a casa a ocupar a totalidade do pórtico oeste que ainda subsistia. Algumas salas do balneário também sofreram reparações como a que foi efectuada no pavimento da piscina norte do *frigidarium*, equivalente à UE969, a qual proporcionou duas moedas datadas de 266 e 270 (N.º Inventário 1992/1736 e 1992/1735) (Amaral, 2007:64). Também a fundação do muro UE357 ficou testemunha com a presença no enchimento da vala de fundação (UE124), de uma moeda datada 270 (N.º Inventário 1992/1460) (Amaral, 2007:72). As remodelações operadas nesta fase parecem desafectar da habitação toda a área norte, eventualmente transformada em área pública. Assim a casa terá perdido a qualidade que possuía no seu primeiro projecto, ganhando novos espaços à custa da integração das áreas porticadas.

A remodelação seguinte da habitação data já do século IV. Esta quarta fase relaciona-se com a desafecção gradual de alguns espaços, como acontece com um compartimento a sul do peristilo, no qual foram depositados fustes, o que indica que este espaço ficou inutilizado. Atribuídas a este período existem diversas reparações ocorridas na zona oeste da *domus*, destacando-se o enchimento (UE857) da vala de fundação do muro UE415, que forneceu uma moeda datável posterior a 316 (N.º Inventário 1992/1696) (Amaral, 2007:68).

A última fase pode ser datada entre os finais do século IV e o século V, devendo o abandono do quarteirão ter ocorrido no século VI (Martins, 1997/98: 35). Segundo Luís Amaral, os numismas do século IV registam grandes concentrações principalmente na rua oeste, em compartimentos que sofreram remodelações no século IV e V e em derrubes significativos (Amaral, 2007:73). Neste período, temos moedas do século III associadas por exemplo a vidros do século IV/V, o que demonstra a desafecção de algumas zonas e o entulhamento de outras. Posteriormente, os terrenos onde se situam as ruínas não sofreram ocupação continuada, porque ficaram fora da cidade medieval, o que contribui para a preservação deste conjunto.

1.3 Descrição arquitectónica e funcional

1.3.1 Materiais e técnicas construtivas

Muros

Uma das características dominantes desta unidade habitacional é a boa qualidade técnica das estruturas. A maioria dos muros foi implantada na rocha, sendo compostos por elementos de granito, com um aparelho predominantemente de tipo *opus vittatum*, constituído por blocos de talhe quadrangular e sub-rectangular, colocados em fiadas horizontais, sendo os interstícios preenchidos por uma argamassa de saibro e pedra miúda. Por sua vez, as sapatas eram compostas por cascalho grosso e argamassa. Os muros principais apresentam espessuras que oscilam entre os 0,45m e 0,48m. Enquanto as paredes interiores divisórias dos compartimentos possuem cerca 1,5 pés (0,45m) de largura, os grandes muros exteriores tendo em conta que teriam que ser mais robustos apresentam larguras que variam entre os 0,51m e 0,56m, aproximando-se de espessuras de cerca de 2 pés (Martins, 2000:11).

Pavimentos

Dos pavimentos correspondentes aos espaços da casa nada se conservou, tal como refere Manuela Martins (2000:12). Mas a partir dos elementos observáveis noutros sítios arqueológicos de *Bracara Augusta*, podemos supor que esta habitação deveria ter pavimentos revestidos a material laterício e de mosaicos. Na área do balneário foram identificados os pavimentos do frigidário (UE846) e do apoditério (UE645), constituídos por espessos solos de *opus signinum*, bem preservados (Martins, 1997/98: 36). No frigidário foram individualizadas também duas pequenas banheiras, uma no topo norte da sala, de forma quadrangular, com vestígios do revestimento em *opus signinum* (UE454), outra implantada na parede este, formando um *alveus*, configurando-se numa *exedra*, também revestida a *opus signinum* (UE434) (Apêndice 8.6). As salas quentes do balneário encontravam-se muito arrasadas (Apêndice 8.7), mas ainda se conservaram alguns elementos rectangulares, em material laterício e as respectivas marcas de assentamento que formava a *area* dos hipocaustos do caldário e do tepidário (UEs 442, 429, 427), o que nos permite

perceber que este pavimento era constituído por tijolos tipo *lydion*, que mediam em média 0,40m por 0,30m.

Coberturas

O sistema de cobertura das salas aquecidas foi recuperado através do material laterício presente nos níveis de demolição do balneário, onde foram individualizadas diversos tijolos *pedalis* com entalhes, do tipo classificado como B por F. Pérez Losada (Martins, 1997/98: 36). A presença deste tipo de tijoleiras chanfradas sugere que estas salas tinham um sistema de cobertura em abóbada.

1.3.2 Espaços e funcionalidades

A unidade habitacional na primeira fase dispunha-se em redor de duas zonas abertas que funcionavam como áreas distribuidoras dos espaços da casa (Apêndice 5). Tendo em conta esta estrutura é presumível que existissem pelo menos duas entradas de acesso ao interior da *domus*. Uma das entradas localizava-se na fachada sul, sendo o acesso feito através de um corredor (*fauces*) (área 1), que conduzia as pessoas ao interior da habitação através do pórtico sul. Este pequeno corredor tinha 5.20m (18 pés) de comprimento por 1.50m (5 pés) de largura, dando acesso a um espaço aberto com 49 m² de área útil, o *atrium*, equivalente à área 2. Como elementos caracterizadores deste espaço temos os vestígios de um pequeno tanque, o *impluvium*. Apesar do seu elevado estado de degradação é possível calcular que este deveria ter uma área estimada de 11 m² (Martins, 2000:14). A norte do átrio, no seu eixo central, localiza-se o possível *tablinum*, compartimento 3, cumprindo desta forma o desenho dos compartimentos uma simetria axial. O *tablinum* ocupava uma área útil de aproximadamente 24,60 m² (Martins, 2000:15). No lado nascente do referido espaço aberto destacava-se uma ampla sala de recepção, presumivelmente uma *exedra* (compartimento 4), com uma área útil de 33 m², que poderia ter funcionado como uma sala de apoio às actividades que decorriam no átrio (Martins, 2000:15). Através desta grande sala tínhamos acesso a um pequeno espaço interior, o compartimento 5, com aproximadamente 16 m², que permitia aceder a um vão de escadas interior, que fazia a ligação com a área do peristilo. Este situava-se na plataforma mais baixa do terreno, ocupando a maior área da habitação, cerca de 241

m², sendo constituído por um deambulatório de circulação porticado, em torno de uma área ajardinada, presumivelmente decorada com um tanque (Silva, 2000:80), na qual foi detectado um poço que abastecia a casa (Apêndice 6). Em redor deste pórtico interior, localizavam-se uma série de compartimentos, sendo toda a área acessível a partir de uma entrada que permitia o acesso à rua norte. No lado este do peristilo desenhava-se presumivelmente uma grande sala de jantar, função determinada pelas suas dimensões (62 m².) e localização, que deveria ter funcionado como *triclinium* (compartimento 10). A sul desta grande sala, ficava o compartimento 11, um espaço de apoio a esta grande sala triclinar (Apêndice 8.9). Junto desta pequena divisão situava-se a cozinha da unidade habitacional, o compartimento 12, que ocupava uma área de aproximadamente 26,30 m². No lado este do peristilo, contíguo à zona da cozinha deveria ter funcionado uma latrina, com cerca de 7,20 m², correspondendo ao compartimento 13. No lado sul do peristilo, localizava-se uma outra sala de recepção, com uma área útil de 47,30 m², correspondente ao compartimento 9. Por outro lado, enquanto para o lado este e sul é possível conjecturar a funcionalidade dos espaços o mesmo não se verifica para o lado oeste, porque muitas estruturas dessa zona da casa foram arrasadas ou entulhadas quando foi construído o balneário, não sendo por isso possível adiantar a função dos diferentes compartimentos.

Em relação à primeira fase da habitação, resta descrever os espaços que se localizavam de frente para as fachadas oeste e sul, sendo todos eles destinados ao domínio público, tendo funcionado como lojas (*tabernae*). Na fachada sul, foram individualizadas cinco lojas (compartimentos 20, 19, 18, 17 e 16), destacando a particularidade da *taberna* 20, ter uma entrada que permitia o acesso ao interior da unidade residencial, o que pode indicar que esta loja podia ser explorada pelo dono da *domus*. Convém salientar também o compartimento 17, que regista vestígios de um balcão e de uma canalização que drenava para o pórtico, podendo ter funcionado como *termopolium* (Martins, 2000:18). Na fachada oeste foram identificadas pelo menos quatro lojas, correspondentes aos compartimentos 20, 21, 22, 23 e provavelmente também aos compartimentos 24a, 24b, 24c. O espaço destinado exclusivamente ao uso público era constituído pelos pórticos que ladeavam a unidade habitacional (áreas 25, 25 a, 25 b, 25 c).

A segunda fase de ocupação do espaço habitacional está representada pela continuidade em funcionamento de algumas áreas e compartimentos anteriores. Neste período a parte sul da

habitação, ou seja, o núcleo do átrio não sofreu alterações na sua estrutura, ao contrário do quadrante noroeste que foi fortemente remodelado (Apêndice 5). A área do peristilo no século II foi também amplamente reestruturada, principalmente na zona oeste (Apêndice 7). As lojas correspondentes aos espaços 23, 24 a, 24 b, 24 c, foram sacrificadas com a construção do balneário, o mesmo acontecendo com uma parte do pórtico que foi encurtado, para permitir o acesso ao interior da zona de banhos. Logo a partir do pórtico tínhamos acesso ao compartimento 29 que deveria corresponder ao apoditério, com uma área útil de 37,90 m². A outra grande sala do balneário, que ocupava 79,30 m² de área útil, estava representada pelo frigidário (compartimento 30), sala fria constituída por um pequeno *alveus*, que inutilizou o corredor do peristilo no seu lado oeste, e por uma piscina fria rectangular, localizada no topo norte da sala. No lado oeste desta sala fria localizava-se o tepidário, com uma área de 19,30 m² (compartimento 31). A norte do tepidário ficava o compartimento 35 que devia estar destinado a armazenar a lenha para alimentar a fornalha que aquecia o hipocausto. Já a oeste da sala tépida localizava-se o caldário (compartimento 32), com uma área útil de 27,20 m². A norte desta sala quente deveria ficar uma pequena banheira de água quente (compartimento 33). Por último, o compartimento 34 deveria constituir um espaço destinado aos serviços de apoio ao balneário. Outro compartimento que foi reestruturado na reforma do século II foi a sala a sul do peristilo, que foi subdividido, em dois compartimentos (26 e 27), espaços que podem ter passado a funcionar como *cubicula*, pois com a desafecção da área oeste, que devia estar destinada a essas funções, era necessário criar esses espaços noutra zona da habitação (Apêndice 8.8).

Na terceira fase destacamos o crescimento como área pública da zona norte da unidade habitacional, enquanto a parte sul foi crescendo no sentido longitudinal, integrando a rua este e parte do edificado da *insula* localizada a nascente daquele eixo viário. Como evidências da funcionalidade pública da zona norte temos os vestígios de soleiras e ombreiras nos compartimentos 26, 27, 10 e 11, constatando-se uma necessidade crescente em fechar estes espaços com grandes portadas, normalmente aplicadas em lojas. Estes novos dados permitem-nos associar estes elementos a uma mudança de função dos espaços que envolviam o peristilo.

Aparentemente toda a área do peristilo foi transformada neste período, tendo sido reestruturado o próprio espaço aberto do peristilo para fazer face às novas funcionalidades

assumidas por esta antiga área da habitação, havendo compartimentos que foram fechados ou inutilizados e outros readaptados. Toda a zona norte do quarteirão se terá tornado pública, uma vez que a zona de banhos deveria ser explorada pelo dono da habitação para usufruto público. A defesa de um carácter público para este balneário advém das suas dimensões, com uma área útil de 214 m², ocupando um quadrante da habitação, bem como pela estrutura do equipamento, tendo em conta que possui uma entrada independente do interior da casa, com acesso directo a partir da rua oeste. Outra das transformações ao projecto inicial situa-se na fachada oeste que foi amplamente alterada, salientando-se a ocupação da anterior área do pórtico oeste, agora compartimentada para criar novos espaços. Assim, junto das lojas 20, 21 e 22 foram criadas novas lojas que fecharam totalmente o pórtico, tendo os compartimentos 21 e 22 passado a servir como zonas de apoio às novas *tabernae*.

É perceptível que a partir do século IV a habitação sofreu grandes alterações, descaracterizando algumas das suas áreas, como o núcleo do peristilo, mas lamentavelmente essas reformas não se encontram ainda bem estudadas, sendo difícil definir a funcionalidade dos novos espaços.

1.3.3 Elementos exteriores ao núcleo da habitação

Neste conjunto foi possível identificar diversos elementos que nos possibilitam concluir que na primeira fase esta unidade habitacional era ladeada por pórticos exteriores nas fachadas sul, oeste e norte, enquanto a fachada este só tinha pórtico em metade da sua extensão.

Quando se operou a primeira remodelação na *domus* esta afectou a área ocupada pelos pórticos, levando a uma redução da extensão dos pórticos oeste e norte em cerca de metade do seu comprimento inicial, mantendo-se a estrutura do pórtico sul e este inalterada.

Com a reforma que ocorreu entre os finais do século III e os inícios do século IV a área dos pórticos foi completamente reestruturada. O pórtico oeste foi fechado, sendo o seu espaço ocupado por lojas, alterando-se a própria estrutura da fachada da casa. O mesmo se verificou no pórtico este, pois esta remodelação levou ao desaparecimento do pórtico e da rua este, uma vez que esse espaço passou a fazer parte da área útil da habitação, que cresce para nascente chegando a ligar-se com a casa que se localizava na a este da rua. O pórtico sul também foi sendo fechado, principalmente no

seu limite sudeste, facto que se associa ao crescimento longitudinal da unidade residencial no sentido O/E. Por outro lado, o pórtico norte manteve-se numa pequena extensão, de forma a possibilitar o acesso através da rua á zona norte do quarteirão, transformada agora em área pública.

Os elementos dos pórticos melhor preservados são os silhares que suportavam as colunas. Tratam-se de blocos de granito, de talhe maioritariamente quadrangular, medindo 0,45m por 0,45m (UEs 268, 285, 288, 289, 290, 291, 330, 399, 412, 438, 483, 486, 489, 1153).

Os pórticos exteriores obedeciam a uma métrica rigorosa, tendo sido utilizado um módulo de 10 pés (3 m), tanto na largura do corredor como na altura da colunata, bem como no distanciamento entre eixos de colunas (Martins, 2000:11).

1.3.4 Estruturas relacionadas com a água

Ao longo das várias fases de ocupação desta unidade habitacional funcionaram diversas canalizações, sendo umas destinadas ao abastecimento de água e outras ao sistema drenagem da mesma.

Associadas ao fornecimento de água à casa temos as canalizações correspondentes às UEs 360, 405, 406, 410, 450. A canalização UE450 estava destinada a conduzir a água do poço que existe no interior da habitação ao *alveus* do balneário. Trata-se de uma estrutura constituída por elementos de material laterício em forma de U, com cerca de 0.60m de comprimento, por 0.20m de largura. A cobertura é composta por tijoleiras dispostas horizontalmente, com dimensões variáveis, entre os 0.20m e 0.40m de largura e os 0.20m e 0.30m de comprimento.

As estruturas equivalentes às UEs 405, 406 e 410 deveriam estar associadas ao abastecimento de água ao balneário, sendo as UEs 405 e 410 elaboradas segundo o mesmo sistema construtivo, recorrendo-se a um leito em material laterício, com paredes formadas por fiadas de pedras sobrepostas, não se tendo conservado a coberturas, que podiam, contudo, ser também em material laterício.

A estrutura correspondente à UE405 tinha a particularidade de se articular com um tubo de chumbo de abastecimento de água (*fistula*) (N.º Inventário 2000/0269) que media aproximadamente 1,58m, possuindo uma secção de 0,14m (Apêndice 9.7). A localização do tubo e

da canalização, bem como a secção da *fistula*, sugerem que se destinavam ao abastecimento de água ao balneário, a qual deveria partir de uma estrutura que passava junto da fachada este da casa (Martins e Ribeiro, 2010:16).

As outras duas estruturas de abastecimento (UEs 360 e 406) foram elaboradas em material laterício, em forma de U, com aproximadamente 0,40m de comprimento por 0,15m de largura, salientando-se o facto de a UE360 ainda conservar elementos de material laterício pertencentes à cobertura, com cerca de 0.50m de comprimento por 0.20m de largura.

Associadas ao sistema de drenagem da habitação temos as estruturas equivalentes às UEs 355, 370, 371, 392, 475, 477 e 1093. A canalização UE355 localizava-se na zona sudeste da habitação e provavelmente drenava em direcção à rua sul, podendo servir para escoar as águas de uma *taberna*. Era composta por um leito de material laterício, com cerca de 0.40m de comprimento e 0.30m de largura, na qual assentam fiadas de pedras que serviam de base à cobertura, composta por blocos de pedra de dimensão variada, entre os 0.50m de comprimento e cerca de 0.40m de largura. Na zona oeste da casa foram individualizadas duas canalizações (UEs392 e 1093), constituídas por elementos de laterício em forma de U para formar o leito e tijolos rectangulares para a cobertura. As referidas drenagens deveriam estar relacionadas com o escoamento das águas do tanque existente possivelmente no centro do peristilo. São estruturas associadas às fases iniciais da habitação, pois a canalização UE1093 foi inutilizada pela estrutura UE370. Nesta mesma zona foi identificada a UE371, provavelmente destinada à drenagem da água originária do *impluvium*, situado no átrio da casa. Trata-se de uma canalização em material laterício em forma de U, com elementos que mediam cerca de 0.70m de comprimento e 0.24m de largura, não tendo subsistido nenhum elemento da cobertura. A canalização UE475 foi construída com um lastro em material laterício, sobre o qual assentavam fiadas de pedra, não se tendo conservado elementos da cobertura. É provavelmente que a canalização tivesse sido construída para solucionar o problema de escoamento de águas, resultantes da reestruturação da zona do peristilo e da construção do balneário. Através do traçado do seu alinhamento é possível depreender que se articularia com a UE477. Tendo por base os negativos na rocha é possível afirmar que estas duas canalizações poderiam correr para norte, escoando as águas para a rua. Da UE477 só se conservou uma saída de água, que provavelmente serviria para drenar a água da piscina.

1.3.5 Elementos decorativos

Pavimentos

Tendo em conta que estamos perante uma *domus* totalmente preservada, lamentavelmente o que menos se conservou foram os pavimentos da habitação. De facto, a maioria dos pavimentos individualizados está associada à zona do balneário, onde se individualizaram pavimentos em *opus signinum*, presentes no frigidário (UE846) e no apoditério (UE645), sendo de salientar que na sala fria foram detectadas duas banheiras, que também tinham o seu revestimento em *opus signinum*. Por outro lado, nas salas quentes conservaram-se os elementos que compunham as *areae* dos hipocaustos (UEs 442, 429, 427), compostas por tijolos tipo *lydion*, que mediam em média 0,40m por 0,30m.

Foram ainda identificados dois fragmentos de mosaico que se encontram associados às fases tardias da unidade residencial. Um dos vestígios é composto por tesselas de calcário, brancas e pretas, assentes numa preparação em *opus signinum* grosseiro (N.º Inventário 1994.0648). O outro indício de mosaico estava assente em material laterício, possivelmente um anterior pavimento, pois este elemento decorativo estava associado a uma sala de um pequeno balneário privado que foi implantado na zona sudeste da habitação, quando esta cresceu no sentido longitudinal. Trata-se de um fragmento com tesselas bicromáticas, de cor branca e preta (N.º Inventário 2002.0298).

Elementos Arquitectónicos

No conjunto geral, foram individualizados três capitéis, duas bases de coluna, catorze fustes, quatro dos quais completos, um lintel e um elemento de janela.

Nos capitéis destacamos o que corresponde ao n.º de inventário 1991.0382, pertencente à ordem toscana, Tipo 3 Behemerid, datável do século I/II (Ribeiro, 2010). Tendo em conta as suas características e a sondagem onde foi identificado, este elemento arquitectónico deveria estar associado ao pórtico sul da habitação.

O capitel com o n.º de inventário 1991.0267 também poderá ser considerado um capitel toscano, que provavelmente estaria relacionado com o pórtico norte da habitação, devido à proximidade desse espaço com a sondagem onde foi individualizado (Ribeiro, 2010). O outro exemplar corresponde a um capitel coríntio (n.º de inventário 1991.0366), datável dos séculos III /

IV. Pelas suas características deverá estar relacionado com um espaço aberto que foi criado na zona do peristilo (Ribeiro, 2010) (Apêndice 9.1).

No conjunto dos fustes salientamos os exemplares completos (2001.0208, 2001.0207) com alturas que variam entre 1.86m e 1.97m, o que leva a admitir que podiam estar associados ao capitel coríntio ou a uma primeira fase do peristilo (Apêndice 9.6). Por outro lado, os outros dois elementos inteiros apresentavam alturas de aproximadamente 0.94m, devendo pertencer à colunata do peristilo, tendo em conta as características apresentadas por estes elementos, que são formados com tambores. Foram ainda identificados outros elementos fragmentados que também deveriam pertencer à colunata do referido espaço.

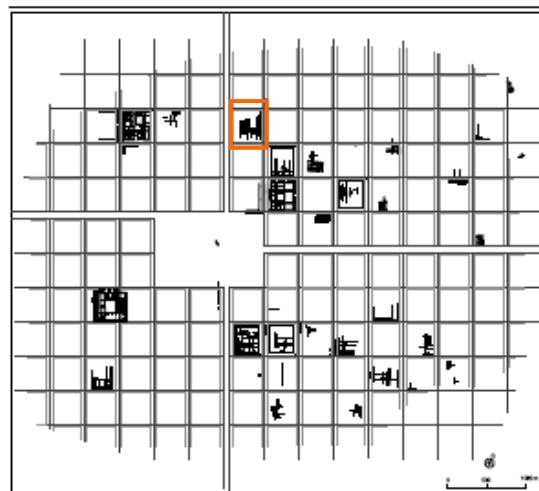
Em relação às bases de coluna, foram caracterizadas duas bases em toro (N.º Inventário 1993.0233, UE929), encontradas nas proximidades da área do peristilo. A peça correspondente ao n.º de inventário 1993.0233, hipoteticamente relacionava-se com os fustes tronco-cónicos, acima mencionados, rematando a coluna com um capitel toscano (Apêndice 9.14).

Ainda se individualizou um lintel em granito, que media 1.93m de comprimento e 0.25m de espessura, decorado numa das faces com losangos (N.º Inventário 2000.0211) (Apêndice 9.4). Deveria fazer parte de uma das entradas dos compartimentos situados em redor do peristilo, tendo em conta a sua localização e as dimensões apresentadas, é provável que compusesse o vão da entrada do *triclinium*.

Destacamos, ainda, a identificação de um elemento de janela, em granito, com 0.72m de comprimento, 0.37m de espessura e 0.54m de largura (Apêndice 9.2). A presença deste fragmento permite-nos reconhecer que esta habitação possuía janelas, apesar de ser pouco comum o seu uso nas casas romanas. No entanto, pela sua tipologia é de supor que a mesma se situasse numa parte alta da casa, servindo para arejamento da mesma, pois possuiria um gradeamento de ferros.

2 ZA da Escola Velha da Sé

Figura 5 – Malha urbana com a localização da ZA da Escola Velha da Sé²



2.1 Os dados da escavação

2.1.1 *Datas dos trabalhos arqueológicos*

Os trabalhos arqueológicos decorreram ao longo de cinco fases entre 1998 e 2003: 1ª Fase: 17/11/98 a 16/12/98; 2ª Fase: 14/07/99 a 05/08/99; 3ª Fase: 29/07/99 a 26/10/01; 4ª Fase: 02/05/00 a 07/06/00; 5ª Fase: 27/08/01 a 10/07/03

2.1.2 *Responsáveis*

A intervenção arqueológica foi realizada pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, tendo sido dirigida pelo Dr. Armandino Cunha, a quem agradecemos todas as facilidades concedidas no acesso à informação.

2.1.3 *Tipo de intervenção*

As escavações realizadas consistiram em “Trabalhos de acção preventiva”, no âmbito da minimização de impactos, devido à proposta de remodelação do edifício da antiga “Escola Velha da

² Proposta de restituição da malha urbana segundo M.C. Ribeiro (2008:247)

Sé”, que implicava a alteração do seu subsolo. A área intervencionada ocupa uma superfície total de 720 m² (Apêndice 10).

2.1.4 Estado de conservação

Globalmente as ruínas encontravam-se em razoável estado de conservação. No entanto, a sucessiva utilização do espaço determinou numerosos arrasamentos e abundantes saques de muros, que dificultam a caracterização das fases mais antigas da utilização da *domus*.

2.1.5 Ruínas identificadas

Foi reconhecida a parte sul de uma habitação romana, onde se destacam os vestígios de um hipocausto e de pavimentos revestidos com material laterício e mosaicos. Observam-se ainda restos de um pórtico que deveria acompanhar uma rua que passava a este da habitação (Ribeiro, 2008:22).

2.2 Os dados cronológicos e as fases de construção

Foram individualizadas três fases construtivas para esta habitação, tendo por base a estratigrafia e os materiais arqueológicos analisados.

A primeira fase pode ser datada do século I e está representada por vários muros que definem compartimentos que se relacionam com a parte privada do edifício, designadamente alguns *cubicula*, vestígios de um espaço que poderá ser interpretado como possível *peristylum*, bem como elementos exteriores à casa associados ao pórtico que corria do lado este da casa.

Os materiais estratigrafados para datar esta fase da *domus* são muito escassos, salientando-se os fragmentos de ânfora, de tipo Haltern 70.

O segundo período representado parece corresponder a uma remodelação significativa da habitação, que pode ser datada entre os finais do século III e os inícios do século IV. Entre os materiais associados a esta reforma destacamos uma moeda (N.º Inventário 1999/1741) de *Galileus au.*, datada de 253-268, presente no enchimento da vala de fundação dos muros correspondentes às UEs 038 e 105 e os fragmentos de vidro, identificados na sapata do muro

identificado com a UE023, os quais correspondem a um copo de p/f e base facetada datado entre os séculos III e IV (Cruz, 2009: 161).

A remodelação da *domus* que define uma segunda fase de ocupação caracterizou-se pela construção de um balneário, na área sudoeste do edifício, onde se conservaram vestígios de salas tépidas (*tepidaria*), de um *caldarium* e de salas frias (*frigidaria*). A edificação do complexo de banhos sacrificou a zona da casa anteriormente ocupada por um possível *peristylum*.

Relacionado com esta reforma está um pavimento em mosaico que recobria um extenso corredor e que permitia aceder à nova área da habitação, possibilitando a articulação do espaço de banhos com outros compartimentos da casa.

A anterior área do pórtico este foi também afectada com esta remodelação, tendo sido fechado de forma a criar mais espaço que se integrou na habitação, surgindo assim dois novos compartimentos neste sector da casa.

Uma terceira fase de ocupação encontra-se associada a alguns muros que representam subdivisões de alguns compartimentos, como acontece com a UE01, bem como a alguns pavimentos ou reparação de outros. Estas pequenas remodelações sugerem alterações nos compartimentos a nascente e na zona do balneário.

Esta reforma poderá datar da 2ª metade do século IV. Para esta cronologia apontam vários materiais, designadamente, uma moeda de *Constantius I* (N.º Inventário 1999/1699), datável de 336 – 342 e uma outra (N.º de inventário 1999/1737), com uma cronologia de 350 – 361, encontradas no enchimento da vala de fundação do muro referenciado com a UE01.

Outro dado cronológico a ter em linha de conta está representado pelos fragmentos de vidro identificados no enchimento da vala de saque do muro numerado com a UE114, que correspondem a uma taça campanulada baixa, com fios brancos aplicados, datada entre a 2ª metade do século V e meados do século V (Cruz, 2009). Estes materiais evidenciam que nesse período a zona do balneário já tinha sofrido alterações e que poderia estar já mesmo desactivada.

Esta habitação deve-se ter mantido em funcionamento até aos séculos VI/VII, embora com outras alterações, impossíveis de valorizar do quadro das evidências registadas na área intervencionada, sabendo-se apenas que deixou de ser utilizada em definitivo quando foi construída a muralha visigótica, pois parte do seu troço ocupou a área oeste da habitação.

2.3 Descrição arquitectónica e funcional

2.3.1 Materiais e técnicas construtivas

Muros

A grande maioria dos muros identificados nas escavações e que constituíam parte desta unidade habitacional foi sendo saqueado ao longo dos tempos, facto que impede a sua caracterização pormenorizada. Dos exemplares que chegaram até aos nossos dias, a maioria encontra-se ao nível do alicerce ou conserva alturas que não excedem 1m, com larguras que oscilam entre 0.40 m e 0.50 m. Os muros que constituem esta habitação apresentam maioritariamente um aparelho tipo *opus vittatum*, existindo alguns cujas características os aproximam do *opus incertum*.

Pavimentos

Nos corredores que permitiam aceder à área de banhos, construída nos finais do século III /inícios do século IV, foi individualizado um mosaico que conjugava o *opus tessellatum* (aplicado nos rebordos) e o *opus vermiculatum* (usado nas zonas centrais) (UEs 044, 193). Os vestígios identificados levam-nos a conjecturar que estamos perante um mosaico com motivos geométricos, com tesselas de cor branca e preta, rematado por um friso de tesselas brancas. Nas salas 20 (*exedra*) e 25 (*frigidarium*) também foram detectados fragmentos de mosaicos com tesselas de várias cores (UEs 163 e 293). Por sua vez, em dois compartimentos, que pensamos representarem *cubicula*, identificaram-se pavimentos com revestimento em material laterício (UE's 11, 275). Este mesmo tipo de pavimento foi detectado em duas salas quentes da zona de banhos, correspondendo à *area* do *tepidarium* e do *caldarium* (UE's 171, 185). Na primeira sala (compartimento 22) usaram *tegulae* invertidas, enquanto no *caldarium* utilizaram tijolos de tipo *lydion*. Na zona do pórtico foi particularizado um pavimento em *opus signinum* (UE65).

2.3.2 Espaços e funcionalidades

A informação que dispomos para a 1ª fase da casa é muito diminuta, mas permite-nos identificar vestígios do que pensamos ser um *peristylum* (área 8) com diversos compartimentos

organizados em seu redor, bem como uma área exterior ao espaço da *domus*, ou seja, parte do pórtico este que ladeava a habitação (Apêndice 11). Associamos ao hipotético *peristylum* os vestígios de um pequeno tanque constituído pelos muros referenciados pelas UEs130 e 166, o qual deveria estar articulado com a canalização apresentada pela UE251 e ainda um bloco que poderia ter servido para apoiar a base de um elemento da colunata que formava o pórtico envolvente desta área aberta da casa. Este espaço aberto da casa deveria ocupar aproximadamente 114 m². Relacionando-se com toda esta área existem vestígios dos muros que deveriam delimitar os compartimentos que ladeavam a referida zona. Distinguimos como limite sul o muro correspondente à UE240, tendo sido identificado a oeste o muro UE260 e, a norte, o muro referenciado com a UE066. Provavelmente a sul deveria localizar-se, uma sala de jantar com cerca de 10,30 m², o *triclinium* (compartimento 12), centrado com o *peristylum*, compartimento que estaria ladeado por dois espaços (compartimento 11 e 13) que pensamos poderem representar pequenos corredores laterais que possibilitavam a passagem entre o peristilo e um corredor que dava acesso ao exterior da casa. No lado este do peristilo poderia localizar-se uma *exedra* (compartimento 7), pois trata-se de uma grande área, com aproximadamente 22,60 m², que deveria estar orientada para o peristilo, como é normal neste tipo de espaços.

Na parte este da habitação existia um corredor que permitia aceder ao interior da casa, depois de se passar a porta principal, o qual prolongava o espaço entre a porta e o peristilo. Trata-se, muito possivelmente, de um *fauces* (área 1). A norte deste localizam-se três possíveis *cubicula* (compartimentos 2, 3, 4), sendo a sua funcionalidade deduzida pelas pequenas dimensões dos compartimentos que oscilam entre 17 m² e os 10,70 m². Já a sul do corredor, situa-se o que cogitamos ser um *tablinum* (compartimento 6), com aproximadamente 41 m², a nascente do qual existiria uma provável *taberna* (compartimento 5), com acesso ao pórtico este e ao interior da habitação.

Tendo em conta que os dados disponíveis são muito diminutos, os restantes compartimentos têm funcionalidade incerta, não sendo possível compreender a sua eventual utilização.

A segunda fase da *domus* caracteriza-se pela construção de um balneário que sacrificou a ala oeste da habitação, bem como toda a zona do *peristylum* (Apêndice 11). Assim, nesta nova

zona da habitação identifica-se um possível *apodyterium* (compartimento 21), o qual correspondia a um pequeno vestiário, com cerca de 3,80 m². O circuito de banhos iniciava-se numa sala tépida, *tepidarium* (compartimento 22), com 14,60 m², seguindo-se para um *frigidarium*, com cerca de 20 m² (compartimento 25), sendo possível passar para outro *tepidarium*, com 33 m² (compartimento 24) e, finalmente para um *caldarium*, com cerca de 22,70 m² (compartimento 23). O circuito de banhos deveria terminar no compartimento 22, já referido. Este circuito foi estabelecido tendo por base as ruínas individualizadas, apresentando os compartimentos 22, 23 e 24 vestígios dos elementos que caracterizam os hipocaustos, designadamente elementos da *area*, das *pilae* e da boca de um *praefurnium*. Em relação, à sala fria foram diferenciadas durante a escavação algumas tesselas que poderiam compor o mosaico que formalizava o pavimento da referida sala. Supomos que junto do *tepidarium* e do *caldarium* (compartimentos 24 e 23), estaria localizado o *praefurnium* que fornecia o calor para aquecer estas salas, muito embora não tenha sido possível identificar qualquer indício do mencionado espaço, uma vez que esta zona foi arrasada para a construção da muralha visigoda.

A sul deste balneário situa-se uma grande sala, com aproximadamente 58,50 m², possivelmente uma *exedra* (compartimento 20), cujo pavimento seria constituído por um mosaico em tesselas, muito embora os elementos encontrados sejam demasiado diminutos para se recriar os motivos do mosaico (Apêndice 12). A oeste desta grande sala poderiam localizar-se três pequenos *cubicula* (compartimentos 30 a, 30b, 30c). O acesso à *exedra*, ao balneário e aos *cubicula* era feito por um corredor que estava pavimentado com um mosaico que conjugava o *opus tessellatum* com o *opus vermiculatum*.

Na zona nascente da habitação mantêm-se os três *cubicula* (compartimentos 18 a, 18b, 18c), mas agora com dimensões mais reduzidas. A sul dos *cubicula* existe um grande espaço aberto que tinha no seu interior uma grande canalização (UE088 e 121), com uma planta rectangular, o que pode evidenciar que circundava um espaço, cuja cota é superior à da canalização. Esta área da habitação poderia corresponder a um *peristylum* (compartimento 19), devido às suas dimensões e à presença de água, sendo contudo impossível avançar mais na interpretação da zona, que não foi integralmente escavada, desconhecendo-se mesmo as suas exactas dimensões. Por isso, não dispomos de meios que nos permitam traçar a funcionalidade deste espaço, ou compreender a

utilização da referida canalização. Provavelmente, seria por esse espaço que se faria o acesso ao interior da casa através de um grande *vestibulum* (compartimento 28) que foi criado na área anteriormente ocupada pelo pórtico, uma vez que este foi fechado aquando da remodelação da habitação operada nos finais do século III/inícios do IV.

A terceira fase, datada de meados do século IV, está apenas associada a alguns novos muros, designadamente ao referenciado pela UE001, os quais podem corresponder apenas a pequenas subdivisões de espaços e não a uma nova remodelação da casa, como aconteceu na segunda fase. Nesta fase, provavelmente pretendiam apenas aumentar a área habitacional da casa, subdividindo os espaços já existentes, não sendo a ideia principal alterar profundamente a estrutura da habitação.

2.3.3 Elementos exteriores ao núcleo da habitação

As escavações permitiram distinguir uma parte do pórtico este da unidade residencial, conservando-se *in situ* quatro pilares (UEs 20, 60, 85, 270), que sustentariam a colunata. Este pórtico tinha uma largura total de aproximadamente 7½ pés (2,30 m), sendo o espaço entre pilares de cerca de 5½ pés (1.60 m). Os pilares detectados apresentam uma forma quadrangular, diferente por exemplo dos identificados na *domus* do Albergue Distrital, o que originou por questões construtivas a aplicação de uma métrica desigual da aplicada no núcleo residencial supramencionado (Freitas, 2003:168).

Este pórtico foi construído recorrendo a uma solução arquitectónica baseada numa galeria suportada por uma colunata, devendo a ordem usada na coluna ser muito provavelmente a toscana. A altura plausível deste espaço seria de 9 pés (2,70 m). A ordem da colunata foi traçada em função dos capitéis toscanos, uma vez que foi encontrada uma dessas peças nas proximidades do pórtico este, da habitação.

Na reforma operada na casa nos finais do século III inícios do IV este espaço foi fechado para se criar um *vestibulum*, que permitia o acesso ao interior da casa.

2.3.4 Estruturas relacionadas com a água

Todas as estruturas relacionadas com água estão associadas à drenagem da mesma, não tendo sido identificada nenhuma que sugira o abastecimento de água a este sector escavado da casa.

Na primeira fase foi distinguida uma canalização em tijoleira (UE251), que deveria escoar para a zona exterior da casa as águas originárias de um eventual tanque situado no peristilo. Trata-se de uma estrutura em que o leito era constituído por elementos rectangulares de material laterício, com 0,60m de comprimento por 0,40m de largura, com paredes formadas por fiadas de pedra, com um aparelho irregular.

Uma outra canalização (UE26), que corria junto ao pórtico, destinava-se certamente a drenar as águas da casa para a cloaca. Era composta por elementos de material laterício, rectangulares, de forma em U, com 0.52m de comprimento, por 0.30m de largura, da qual se conservaram apenas cinco elementos.

Na segunda fase individualizou-se uma outra canalização (UE121), com um lastro em material laterício, com elementos que mediam 0,40m de comprimento por 0.22m de largura, sendo as paredes compostas por fiadas sobrepostas de elementos de granito. Esta estrutura estava associada a um espaço aberto da casa, situando-se a uma cota inferior ao pavimento de circulação.

2.3.5 Elementos decorativos

Pavimentos

Foram identificados pavimentos revestidos a material laterício, de forma rectangular, em quatro compartimentos da habitação, relacionados com a segunda fase da construção. Das referidas divisões, duas equivalem a dois possíveis *cubicula*. Nestes espaços os elementos identificados são rectangulares, medindo 0,60m por 0,40m. As outras duas zonas da casa com este tipo de pavimentação correspondem a dois hipocaustos da área de banhos, que definem, respectivamente um *caldarium* e um *tepidarium*, sendo a *area* do compartimento 23 constituída por *tegulae* invertidas, com 0,56m de comprimento por 0,42 de largura, enquanto no compartimento 22 usaram tijolos tipo *lydion*, medindo os elementos 0,42m de comprimento, por 0,30m de largura.

Sobre as *areae* destas salas assentavam os *pilae*, que também foram executados em material laterício, de forma quadrangular, medindo 0,18m por 0,18m, correspondendo a *lateres bessalis* (Apêndice 13. 8).

Na área do pórtico foi caracterizado um pavimento em *opus signinum* correspondente à UE065, o qual está associado à segunda fase de ocupação da casa, sendo posterior à reforma dos finais do século III / inícios do IV.

Da mesma fase datam os vestígios de mosaicos em *opus tessellatum* e *opus vermiculatum* (UEs 44, 193) detectados no corredor de acesso à zona de banhos. Este pavimento era decorado com motivos geométricos, com tesselas bicromáticas, de cor branca e preta, possuindo um remate constituído por um friso de tesselas brancas, de forma quadrangular, medindo 0.01m (Apêndice 13.5; 13.5a, 5b, 5c).

No compartimento 25 que poderá equivaler a um *frigidarium* do balneário foram identificados fragmentos de mosaico com tesselas de várias cores (UE293), não sendo possível determinar o motivo. O mesmo tipo de fragmentos de mosaico foi localizado na sala 20, que define uma possível *exedra*, correspondendo a partes incaracterísticas de um mosaico com tesselas de várias cores (UE163). Devido ao estado fragmentado dos mosaicos destes dois compartimentos é impossível aferir as suas características estilísticas, bem como as suas dimensões.

Decoração mural

Na parte nascente do corredor foram detectados vestígios de argamassas de revestimento de muros, que sugerem que o mesmo deveria ter possuído pinturas.

Elementos arquitectónicos

Durante as escavações foram individualizados dois capitéis e um elemento de fuste, talhados em material granítico. Os capitéis são toscanos, podendo ser datados pelas suas características dos séculos I e II. Cada elemento mede 0.29m de altura, por 0.27m largura, tendo 0.28m de diâmetro (Nº Inventário 2001.1779, CMB026) (Ribeiro, 2010). Atendendo às suas dimensões, estes capitéis poderiam estar associados à colunata do pórtico que se situava a este da casa e que bordejava a rua. Tendo em conta o diâmetro dos capitéis admite-se que a colunata

deveria ter uma altura provável de 2,70 m (8 ¼ pés). O fuste encontrado corresponde a um elemento fragmentado, com 0.33m de diâmetro e 0.50m de altura (CMB028) (Ribeiro, 2010). A sua exacta função é difícil de determinar, podendo associar-se com uma possível entrada de um compartimento da habitação, ou com a colunata de um espaço aberto, designadamente com o possível *peristylum* que julgamos ter existido na 1ª fase da *domus*.

3 ZA Frei Caetano Brandão nºs 183-185/ Rua Santo António das Travessas, nºs 20 -26

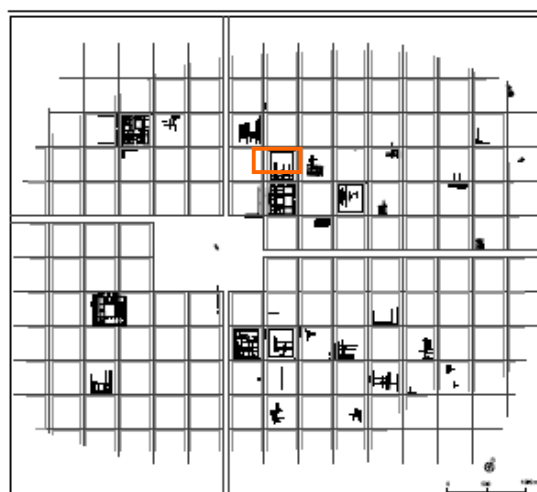


Figura 6 – Malha urbana com a localização da ZA Frei Caetano Brandão e Rua Santo António das Travessas³

3.1 Os dados da escavação

3.1.1 *Datas dos trabalhos arqueológicos*

Os dois sítios arqueológicos foram objecto de campanhas de escavação distintas, ocorridas entre os anos de 1998 e 2002. Assim, no edifício nº183-185 Rua Frei Caetano Brandão os trabalhos repartiram-se por duas campanhas, realizadas respectivamente entre 26/03/1998 e 12/05/ 1998 e entre 14/02/2001 a 25/05/2001. Por sua vez, o edifício nº20 -26 Rua Santo António das Travessas foi intervencionado em duas fases, uma no ano de 2001 (02/05/2001 a 14/09/2001) e outra em 2002 (28/01/2002 a 07/06/2002).

³ Proposta de restituição da malha urbana segundo M.C. Ribeiro (2008:247)

3.1.2 Responsáveis

As diferentes campanhas de escavação foram dirigidas pelo Doutor Francisco Sande Lemos e pelo Dr. José Manuel Freitas Leite da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e pelo Dr. Armandino Cunha do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga.

3.1.3 Tipo de intervenção

As escavações realizadas consistiram em “Trabalhos de acção preventiva”, no âmbito da minimização de impactos, devido à proposta de remodelação dos dois edifícios, um deles propriedade privada (Frei Caetano Brandão n.ºs 183-185) e outro, propriedade da Câmara Municipal de Braga (Rua Santo António das Travessas, n.ºs 20 -26) (Leite, *et al.* 2008:2).

A área intervencionada ocupa uma superfície total de 360 m², repartida pelo edifício da Rua Frei Caetano Brandão (147.90 m²) e pela casa da Rua Santo António das Travessas (212.10m²) (Apêndice 14).

3.1.4 Estado de conservação

Globalmente as ruínas encontravam-se em muito bom estado de conservação, sobretudo quando comparadas com as que habitualmente se encontram noutros sectores da cidade.

3.1.5 Ruínas identificadas

As ruínas identificadas ocupam o terço sul de uma *insula* da cidade romana. Os vestígios recuperados incluem elementos de uma *domus*, com a particularidade de se ter conservado nas suas paredes restos de pintura e ainda, parte do pórtico nascente que ladeava o eixo viário registado na zona do Ex Albergue Distrital (cardo máximo), bem como elementos de uma canalização, orientada O/E, sob o *decumanus*, que drenava para a grande cloaca que corria sob o cardo máximo (Ribeiro, 2008:25). Foram ainda identificadas outras estruturas que correspondem a um edifício público, cuja construção implicou o arrasamento da *domus*.

3.2 Os dados cronológicos e as fases de construção

Foram individualizadas quatro fases construtivas associadas ao edifício habitacional. A primeira fase poderá ser datada com grande probabilidade da época de Augusto ou de Tibério (Leite *et al.* 2008:21). Os elementos detectados reportáveis a esta fase relacionam-se com as estruturas que delimitam a *insula*, como cunhais, pórticos e pilares. Desta fase poderá datar também a canalização que drenava para a cloaca, bem como os pilares de um provável peristilo.

A cronologia sugerida para esta fase apoia-se nos materiais presentes nas valas de fundação dos muros, bastante parcos, ou inexistentes, o que constitui por regra um sinal de antiguidade das fundações.

A segunda fase construtiva reporta-se ao 2º e 3º quartel do século I, ou seja, a um período entre Cláudio / Nero a Vespasiano (41 a 79 d.C.) (Leite *et al.* 2008:22). A este período pertencerão diversos muros delimitadores de vários compartimentos que se posicionam na área sul do edifício. Assim, no enchimento (UE625) da vala de fundação do muro 8 (UE624) foram identificados fragmentos de cerâmica *sigillata* itálica de forma indeterminada, enquanto os níveis correspondentes à UE538, que encostavam aos muros 5 (UE505) e 23 (UE516) também forneceram fragmentos de cerâmica *sigillata* gálica, da forma Drag.18/31 datáveis de meados do século I e fragmentos de *sigillata* hispânica da forma Drag.15/17, (N. Inv. 2001/0964), com uma cronologia 45-70/80 (Morais, 2004:100).

Já a terceira fase pode ser datada da 2ª metade do século I, ainda que possa situar-se, com mais precisão no último quartel daquele século, tendo em conta os materiais presentes no enchimento correspondente à UE593, onde foram identificados fragmentos de cerâmica *sigillata* hispânica, como a forma Hermet 13 e Drag.27 e Drag.37 (Leite *et al.* 2008:23).

Este período construtivo caracteriza-se por uma série de remodelações nas estruturas da fase anterior, tendo sido fechadas anteriores aberturas, como aconteceu com o muro 5 A (UE537), que veio encerrar uma passagem que existia no muro 5 (UE504), a qual ligava o exterior ao interior da *domus*. O mesmo processo aconteceu com o muro 23 A (UE539) que cimentou também a abertura do muro 23 (UE516).

Finalmente, a quarta reforma registada poderá ser balizada cronologicamente entre meados e finais do século II d.C. e assinala a destruição da *domus* para aí ser construído um edifício público, facto constatado pelos saques dos muros M5 (UE883) e M23 (UE539), ou pela inutilização de outros muros, como o M8 (UE624) e o M9 (UE630) (Leite *et al* 2008:24).

3.3 Descrição arquitectónica e funcional

3.3.1 Materiais e técnicas construtivas

Muros

Os muros aqui identificados foram erguidos recorrendo maioritariamente a um aparelho tipo *opus vittatum*. Destaca-se, em particular o muro M2, correspondente à UE825 (Frei Caetano Brandão), que se apresentava em muito bom estado, tendo conservado quinze fiadas de pedra do seu paramento, com cerca de 2.50m de altura, numa extensão de aproximadamente 7m, possuindo uma largura de 0.60m. Trata-se de um muro de grandes dimensões, implantado directamente na alterite granítica, orientado NO/SE, tendo preservado as duas faces, que apresentam algumas pedras de travamento.

Entre os muros detectados na parte escavada em Santo António das Travessas salientamos o muro M8, equivalente à UE624 que, tal como o anterior, também foi implantado na alterite granítica, encontrando-se orientado N/S, tendo preservado as duas faces. Conservou-se em cerca de 4m de extensão, possuindo uma largura de 0.45m e uma altura máxima de 2.20 m. Apresenta um aparelho de tipo *opus vittatum*, com a particularidade de ainda conservar vestígios de reboco, possuindo o seu alçado este indícios de pintura.

Pavimentos

Nesta habitação foram distinguidos pavimentos diferenciados. Um deles, feito com *tegulae* (UE686), estava localizado numa das grandes salas que se situavam a sul do peristilo. Um outro, em *opus signinum* (UE617), foi assinalado num corredor situado a sul do peristilo, correspondendo provavelmente a uma *ala*. Destacamos ainda o piso em terra batida correspondente à UE594, o qual se situava em redor da área do peristilo, encontrando-se à cota média de 190.96m.

2.3.2 Espaços e funcionalidades

A maioria da informação que dispomos para a primeira fase construtiva desta *domus* diz respeito a elementos exteriores ao núcleo da habitação, ou seja, reporta-se a estruturas que se articulam com o domínio público, como acontece com parte da cloaca máxima, com os cunhais que definiam o pórtico e o canto sudoeste da *insula* onde se localiza a habitação (Apêndice 15). Assim, para este período construtivo, destacamos um troço da cloaca máxima (UE933), a qual também assinala o traçado do *cardus maximus*, o cunhal (UE884) e o pilar (UE936), marcando estes elementos, o alinhamento do pórtico oeste do edifício. Já o cunhal identificado com a UE872 e o muro correspondente à UE825, definiam a fachada oeste desta unidade habitacional, permitindo ainda o referido cunhal, traçar o limite da fachada sul. Foi ainda individualizada uma canalização (UE885), a qual corria junto da fachada sul sob o *decumanus*. Nesta fase, temos associado ao núcleo da habitação um conjunto de pilares (UEs 927, 789, 572) que poderiam sustentar a colunata de um espaço aberto e um pavimento em terra batida (UE594), localizado em redor do referido espaço.

A segunda fase encontra-se assinalada por diversas estruturas que formalizam diversos compartimentos em redor de uma área aberta, com aproximadamente 163,60 m², provavelmente um *peristylum*, na zona sul do núcleo habitacional (Apêndice 15). Como vestígios do possível *peristylum* temos dois dos pilares (UEs 572, 789) que suportavam a colunata desta zona aberta (área 5). No lado nascente deste espaço, pensamos que se localizaria uma grande sala de recepção, presumivelmente uma *exedra* (compartimento 6). A interpretação que damos a este espaço resulta quer da sua localização, em redor do peristilo, quer das suas grandes dimensões 28 pés de comprimento por 21 pés de largura, possuindo uma planta de tipo rectangular, com uma área de 56,30 m². Esta sala tem um carácter de complementaridade relativamente ao possível triclinio da habitação, seguindo o mesmo modelo que é observado na Casa de Hércules, em Celsa (Beltrán LLoris, 1991b:157). A sul da mencionada *exedra*, localiza-se um pequeno corredor com 2.20m de largura e 7m de comprimento, que deverá corresponder a uma *ala* (área 7). Situando-se a sul da referida *ala*, deveria situar-se uma sala de jantar, ou seja, um *triclinium* (compartimento 4), orientado para norte, para o peristilo, com uma área de 57,80 m². A oeste situava-se um compartimento que poderá corresponder a um *cubiculum* (compartimento 3), localizado de frente

para o peristilo, que media aproximadamente 25 pés de comprimento e 18 pés de largura, o que perfaz uma área de 42,79 m². Junto do anterior compartimento localiza-se outro possível *cubiculum* (compartimento 2), este com a particularidade de comunicar com o exterior do conjunto habitacional. No lado oeste do peristilo, deveriam provavelmente situar-se dois *cubacula* (compartimentos 10a e 10b), muito embora se disponha de pouca informação sobre este sector da casa, não sendo possível avançar mais dados. No extremo sudoeste desta *domus*, fixa-se um compartimento destinado ao domínio público, ou seja, uma *taberna* (compartimento 1), que provavelmente deveria ser explorada pelo dono da habitação, uma vez que tinha acesso directo ao interior da casa, através do compartimento 2. Na direcção oposta, na zona sudeste desta unidade habitacional localizavam-se possivelmente três *tabernae* (compartimentos 8, 9a e 9b), sendo o acesso efectuado através do pórtico este (Apêndice 17).

Na terceira fase a casa mantém a mesma orgânica da fase anterior, efectuando-se apenas algumas remodelações em alguns espaços (Apêndice 16). O compartimento 2 deixou de ter acesso ao exterior, pois a abertura que existia no muro 23 foi fechada com a construção do muro 23A (UE539). Esta estrutura sugere que a *taberna* deixou de ser explorada pelo senhor da casa. Por outro lado, este espaço deixou também de ter acesso directo ao peristilo, dado o fecho da abertura do muro 5, passando a comunicação com este espaço a fazer-se através do compartimento 3, um *cubiculum* (Apêndice 18).

Neste período, foram implantadas as canalizações 2 e 3 (UEs 564 e 597), as quais deveriam estar destinadas a escoar as águas acumuladas na zona aberta do peristilo.

Na zona sudeste, desta unidade habitacional foram implantados novos muros, designadamente os M17 e M22 (UEs 719 e 772), tendo o primeiro reforçado um muro já existente, o muro M18 (UE727), enquanto o outro subdividiu presumivelmente o espaço de duas *tabernae*. A divisão criada pelo muro M22 transformou a área útil de dois espaços comerciais, enquanto o compartimento 8 aumentou a sua superfície. Por outro lado a loja correspondente à zona 9 b ficou com dimensões mais reduzidas.

Como já referimos anteriormente a quarta fase corresponde ao fim da *domus*, que foi entulhada, entre meados e finais do século II, para a construção de um edifício público, tendo vários muros da estrutura da casa sido inutilizados.

3.3.3 Elementos exteriores ao núcleo da habitação

Foram individualizados os seguintes elementos: os cunhais 1 e 2, equivalentes às UEs 872 e 884 e o pilar 2 (UE936), elementos associados ao pórtico oeste da casa. O cunhal 2 traçava presumivelmente o canto da rua que seguia no sentido O/E, correspondente a um *decumanus*, situado a sul desta unidade doméstica.

As evidências relacionadas com o pórtico estão presentes logo no primeiro projecto construtivo da casa. Com base nas evidências arqueológicas foi possível traçar um pórtico com uma largura de 10 pés (3,10 m), sendo o vão entre pilares de 9 pés (2,80 m) (Freitas, 2003:168). Esta proposta de construção conjugada com a forma quadrangular dos pilares identificados leva a uma solução arquitectónica apoiada numa colunata. Associada provavelmente à coluna que compunha o pórtico foi identificada uma base em toro (EA227), um fuste completo (2001.0970) e um capitel toscano (EA226). Este pórtico deveria ter uma altura de aproximadamente 9 pés (2,74 m) (Ribeiro, 2010).

3.3.4 Estruturas relacionadas com a água

Ao primeiro período construtivo reporta-se uma canalização (UE885), que correspondia a uma estrutura constituída por paredes com elementos de granito e o leito em *tegula*. Localizava-se junto à fachada sul da habitação, destinando-se, provavelmente a desempenhar funções de drenagem, estabelecendo uma ligação com a cloaca máxima.

Na terceira fase, foram construídas duas canalizações em material laterício, a número 2 (UE597) e número 3 (UE564), que se encontravam muito destruídas, sendo apenas possível observar que possuíam uma secção rectangular. Estas duas estruturas deveriam estar relacionadas com a drenagem das águas armazenadas na área do peristilo (Apêndice 19.16).

3.3.5 Elementos decorativos

Pavimentos

Foi detectado um pavimento revestido a material laterício (UE686) no possível *triclinium* deste núcleo habitacional. Os elementos identificados eram de forma rectangular, medindo

aproximadamente 0.50m por 0.30m, podendo o pavimento da referida sala ter sido executado com tijolos de tipo *lydion*. Ainda se identificou um pavimento em *opus signinum*, equivalendo à UE617, localizado num corredor a sul do peristilo, provavelmente numa *ala*.

Decoração mural

Foram identificados numerosos vestígios de reboco e de pintura em diversos muros, o que poderá indicar que diversos compartimentos deste conjunto habitacional eram revestidos com pintura mural. Identificaram-se restos de reboco composto por uma argamassa acinzentada no muro M17 (UE719), o que pode indicar que as paredes do compartimento 9, uma provável *taberna*, eram pintadas. Por outro lado, na segunda fase o muro M5 (UE504) também foi rebocado, sendo as suas evidências mais proeminentes no alçado norte do muro.

Na terceira fase também rebocaram o muro 5A (UE537), apresentando o muro M23 (UE516) vestígios de reboco no alçado este. A presença de vestígios de reboco nos muros M5, M5A e M23 demonstra ainda que o *cubiculum*, formado pelo conjunto destes muros, seria igualmente pintado. Salientamos ainda, o muro M8 (UE624) que também preservava indícios de pintura no alçado este, o que pode indicar que a plausível *exedra* deste núcleo habitacional era decorada com pinturas, o que vai de encontro ao carácter sumptuoso que possuía este tipo de sala. Finalmente, também foi possível detectar sinais de reboco no muro 18 (UE727), o qual definia a parede norte de uma *ala*.

Foram ainda identificados diversos fragmentos de pintura em níveis de demolição associados a compartimentos como a possível *exedra* e a *ala*, que se caracterizam pela presença de motivos geométricos, formando por exemplo losangos, usando como cores o amarelo, o castanho e o azul acinzentado. Foram também registadas linhas verticais e horizontais, com uma variedade policromática onde sobressaem cores como o vermelho pompeiano, o preto, o branco e o castanho (Apêndice 19.5; 19.8; 19.9; 19.10; 19.11; 19.12; 19.14).

Também foram assinalados diversos fragmentos de pintura mural monocromática, de vermelho pompeiano, azul acinzentado, branco e castanho.

Elementos arquitectónicos

Neste sítio arqueológico foram identificados diversos elementos arquitectónicos que podem pertencer à primitiva habitação aí instalada, bem como ao pórtico da fachada oeste. Entre eles realçamos dois capitéis toscanos, oito fragmentos de fuste, um dos quais inteiro, três pilastras e uma base em toro. Todas as peças foram talhadas em granito. Apenas uma das peças pode ser datada com rigor. Trata-se de um capitel toscano, cuja cronologia aponta para os séculos I e II (EA226) (Ribeiro, 2010). A base em toro tem de diâmetro 0,31m e uma altura de 0,24m (EA227) (Ribeiro, 2010). Por sua vez, os capitéis toscanos medem 0,28m e 0,39m de diâmetro e 0,26m e 0,45m de altura (EA226, EA195) (Ribeiro, 2010), enquanto o fuste monolítico troncocónico inteiro apresenta como diâmetro menor 0,28m e maior 0,31m, possuindo uma altura de 2,14m (2001.0970). Os outros fustes exibiam diâmetros visíveis de cerca 0,37m, encontrando-se integrados tanto no muro M4 (UE507) como no muro M10 (UE581), constituindo, certamente, elementos reaproveitados da construção anterior.

No paramento do muro M4 também foi identificado um fragmento de pilastra, com 0,39m de largura, enquanto as outras duas partes tinham 0,44m e 0,46m de largura por 0,86m e 1,11m de altura (1998.0985, 2001.0973).

Tendo em linha de conta as dimensões apresentadas por este conjunto de elementos é possível constatar que a base de toro deveria formar conjunto com o fuste monolítico troncocónico (2001.0970) e o capitel toscano (EA226), compondo assim uma coluna que deveria inserir-se na colunata do pórtico oeste da unidade residencial. A coluna possui uma altura total de 2,64 m (8 ½ pés).

Por outro lado, é provável que os restantes fustes amortizados nos muros que compõem o edifício público, construído no século II, tenham estado associados a diferentes espaços da unidade habitacional, fazendo parte de colunatas com alturas superiores às do pórtico oeste, tendo em conta o diâmetro médio das mesmas, de 0,37m. Com base nos módulos estipulados por Vitruvius e nos diâmetros dos fustes, é possível calcular uma altura de cerca de 2,60m para os fustes, o que nos permite conjecturar que os mesmos poderiam pertencer à colunata do peristilo da *domus*.

As pilastras amortizadas no edifício público do século II devem igualmente ter pertencido à *domus* anterior, podendo associar-se a diferentes compartimentos da casa.

4 ZA da Casa Grande de Santo António das Travessas – Ex Albergue Distrital

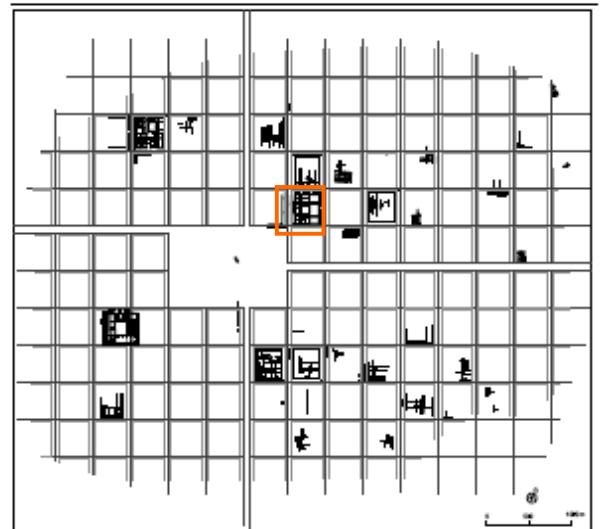


Figura 7 – Malha urbana com a localização da ZA da Casa Grande de Santo António das Travessas⁴

4.1 Os dados da escavação

4.1.1 *Datas dos trabalhos arqueológicos*

Esta zona arqueológica foi intervencionada em diferentes momentos, ao longo de várias campanhas, algumas das quais com intervalos de vários anos. Assim, a 1ª campanha de escavações aí realizada decorreu entre 01/07/1982 e 15/09/1982 e destinou-se a avaliar a potencialidade arqueológica do logradouro do ex Albergue Distrital. A 2ª campanha teve lugar entre 03/02/1992 e 03/12/1992 e inseriu-se já no contexto da previsível adaptação do local ao edifício da Bibliopolis. Seguiram-se três outras campanhas, que decorreram entre 1995 e 1997. A 3ª campanha decorreu em dois momentos distintos (01/03/1995 a 30/06/1995 e 01/10/1995 a 31/12/1995), a 4ª campanha decorreu ao longo de todo ano de 1996 (01/01/1996 a

⁴ Proposta de restituição da malha urbana segundo M.C. Ribeiro (2008:247)

31/12/1996) e, finalmente a 5ª campanha teve a duração de seis meses até à conclusão de todos os trabalhos arqueológicos (01/01/1997 a 18/06/1997)

4.1.2 Responsáveis

As diferentes campanhas de escavação tiveram diferentes responsáveis, integrados na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. A 1ª campanha, de 1982, foi dirigida pela Dra. Alexandra Gaspar, tendo as seguintes tido como responsáveis o Dr. Francisco Sande Lemos e o Dr. José Manuel Freitas Leite, tendo a campanha de 1997 tido também como arqueóloga responsável a Dra. Rute Palmeirão Silva.

4.1.3 Tipo de intervenção

As escavações realizadas nesta zona arqueológica foram determinadas por diferentes propostas de instalar no edifício do ex Albergue Distrital e logradouro anexo novos equipamentos. A primeira proposta visava a instalação no local do futuro edifício do Museu D. Diogo de Sousa, que resultou na realização da 1ª campanha, de 1982. Uma vez abandonado este primeiro projecto, foi projectado para o local a instalação do edifício da futura Bibliopolis, facto que viria a justificar a escavação integral do logradouro, ao longo de quatro campanhas sucessivas, as quais contemplaram também trabalhos de acompanhamento das obras realizadas no interior do edifício do ex Albergue Distrital. A área escavada corresponde a cerca de 700 m² (Apêndice 20).

4.1.4 Estado de conservação

Parte das ruínas identificadas achava-se em razoável estado de conservação. Apesar de ter sido possível identificar elementos que apresentavam dimensões apreciáveis, como a cloaca e os pavimentos das ruas que a sobrepunham e parte dos silhares que definiam um duplo porticado que se desenvolvia ao longo da rua romana (cardo máximo), outros encontravam-se em mau estado de preservação uma vez que estiveram sujeitos a uma ocupação continuada o que provocou sucessivos arrasamentos e saques de estruturas.

4.1.5 Ruínas identificadas

Neste sítio arqueológico foram colocados a descoberto vários vestígios associados ao urbanismo da cidade romana, mas também a diferentes momentos da ocupação deste espaço, designadamente no período tardo-antigo, medieval e moderno.

Entre os elementos mais significativos contam-se uma cloaca romana que corria sob o cardo máximo, que viria a transformar-se numa artéria periférica da cidade medieval, conhecida por Rua Verde, da qual foi identificada a respectiva calçada, que serviu ainda de eixo de circulação da cidade moderna. Destacam-se também vestígios de outras estruturas medievais que se encontravam associadas à utilização deste sector periférico da cidade. Sob as construções medievais identificaram-se elementos pertencentes a uma *domus*, circunscrita por pórticos a oeste e a norte pelo cardo romano, com a orientação NO/SE, localizado a poente da habitação. Foram ainda exumados os vestígios de outro pórtico, situado a oeste do supracitado cardo, o qual demarcava outro quarteirão da cidade de *Bracara Augusta*. Com estes dados foi exequível traçar a largura da totalidade da rua bem como dos pórticos contíguos e ainda estabelecer a dimensão total da *insula* onde se insere a *domus* corresponde a 150 pés sendo a área construída de 120 pés, no sentido N/S (Ribeiro, 2008: 230).

4.2 Os dados cronológicos e as fases de construção

Neste núcleo habitacional foram individualizadas três fases construtivas. A primeira fase corresponde ao período de Augusto/Tibério, podendo nela ser inseridas algumas das infra-estruturas detectadas no local, designadamente a construção da cloaca e os embasamentos de pórticos que delimitam o cardo máximo norte, bem como alguns alinhamentos da casa. A referida cloaca está datada da primeira metade do século I, através dos materiais identificados sob as lajes do fundo, aquando do desmonte de uma parte dessa estrutura, tendo a cerâmica detectada fornecido uma cronologia júlio-claudiana. No sector L1/L2 foram diferenciados fragmentos de paredes finas de produção itálica, da forma híbrida Mayet XXXIII / XXXV, oriundos da área Centro Ocidental do Vale do Pó, datáveis entre finais do século I a.C. e o reinado de Cláudio, fragmentos de *terra sigillata*, designadamente um fragmento de tipo itálico *Consp.* 22.1. [2], datável de 15 a.C. a 14 d.C. e um

fragmento da forma Drag. 15/17, gálico, de La Graufesenque, datável dos reinados de Tibério a Nero (Morais, 2004:134).

A segunda fase corresponde ao período Flávio. Deste segundo momento datam algumas partes de muros com aparelhos e fundações idênticas aos individualizados na *insula* das Carvalheiras. Por exemplo, no enchimento de fundação de um muro divisório de uma *taberna* correspondente à UE714 foi distinguido um fragmento de *terra sigillata* com a forma Drag. 37, 2ª série datável e 70 -100.

A terceira fase corresponde a uma reorganização desta unidade habitacional no Baixo-império, datável entre os finais do século III e os inícios século IV. Os muros referentes a este período caracterizam-se por um tipo de aparelho que aponta para uma cronologia mais tardia, como evidenciam os fragmentos cerâmicos presentes nos interstícios. Outro indicador a ter em linha de conta para esta datação são os materiais presentes quer nos enchimentos das valas de fundação, quer em níveis de ocupação, como acontece com a ânfora inteira do tipo Beltran 72, variante B (Apêndice 24.2), datável entre o século III e os meados do século IV, ou com os fragmentos pertencentes a peças em vidro, como a taça ampla de bordo em aba oblíqua datável de finais século I d.C. a meados do século III, ou possivelmente ainda século IV, o jarro de bocal afunilado, datado entre finais do século III e o século IV e ainda taça arqueada funda, com decoração por gravação, com uma cronologia entre as décadas de 40 a 80 do séc. IV (Cruz, 2009:93).

À semelhança do que se verificou noutros edifícios da cidade, designadamente na *insula* das Carvalheiras, existem elementos que evidenciam uma remodelação urbanística por volta do século IV, que se sobrepõem a estruturas anteriores. Neste núcleo habitacional pode-se constatar que a orientação geral do conjunto arquitectónico tardio se conservou semelhante ao antecedente, apesar do aparelho construtivo se ter tornado menos regular e de se verificar um generalizado reaproveitamento de algumas estruturas anteriores, que são remodeladas.

Este edifício permaneceu provavelmente em actividade como espaço habitacional até ao período tardo romano, tendo perdido essa vocação no período medieval, conforme parece sugerido pela presença de estruturas artesanais, designadamente de um forno.

Neste local verificou-se uma ocupação contínua do espaço, tendo o eixo viário romano persistido nos vestígios da medieval rua Verde (UE566), registando-se, igualmente alguns muros que

podem ser datados desse período, muito embora não seja possível perceber a que tipo de construções pertenceriam. A atestar a longa ocupação do local temos ainda uma forte quantidade de materiais cerâmicos de cronologia medieval, moderna e até contemporânea.

4.3 Descrição arquitectónica e funcional

4.3.1 Materiais e técnicas construtivas

Muros

Grande parte dos muros identificados nesta área arqueológica encontravam-se ao nível do alicerce ou conservavam apenas as primeiras fiadas, o que torna difícil descrever as suas características. Assim, podemos apenas analisar os aspectos relacionados com as suas fundações. Estas são normalmente largas, apresentando uma sapata formada por pedras miúdas, sobre as quais assentavam os muros. Alguns revelam ainda pedras de travamento lateral que sobressaem em relação às restantes. A maioria dos muros foi construída com um aparelho em *opus incertum*.

Pavimentos

Não se assinalaram nem pavimentos em mosaico, nem em *opus signinum*, tendo apenas sido individualizado um pavimento em material laterício (UE551). Corresponde a um pavimento muito destruído de uma *taberna*, do qual se conservaram apenas vestígios de alguns elementos rectangulares em material laterício. Ainda se individualizou o lajeado da rua romana que foi desmontado em data incerta. Foram identificadas *in situ* inúmeras pedras muito polidas, correspondentes à calçada medieval.

4.3.2 Espaços e funcionalidades

Os elementos que permitem a reconstituição arquitectónica desta unidade habitacional são escassos. No entanto, é possível determinar a funcionalidade de alguns compartimentos, principalmente na fachada oeste da *domus*, os quais pertencem já à segunda fase de ocupação do local.

Os muros reportáveis a esta fase sugerem uma unidade habitacional estruturada com base num espaço aberto, porticado, possivelmente um peristilo central, em redor do qual provavelmente se dispunham diversos compartimentos da casa. Lamentavelmente, dispomos apenas de informação fragmentada e diminuta sobre esta área aberta da habitação. Como indícios do plausível *peristylum* (área 3) temos a sapata de um dos pilares que suportava a colunata e uma parte do muro sul (UE802) que delimitava essa área aberta. Ainda associada ao possível peristilo foi identificada uma canalização (UE759) que deveria drenar as águas de um possível tanque que aí existiria (Apêndice 21).

Centrada com este espaço temos a entrada principal da casa, que abria para o pórtico oeste. Relacionado com esta entrada existe um pequeno *vestibulum*, com cerca de 9,80 m², (compartimento 1) que possibilitava o acesso ao interior da habitação, sendo a fachada constituída por uma pequena colunata. Este espaço comunicava directamente com um *fauces* (área 2), corredor com aproximadamente 23,70 m², que permitia a passagem directa ao peristilo. Este tipo de entrada com *vestibulum* e um *fauces*, com acesso aberto ao *peristylum*, é muito semelhante à que se encontra na *domus* de los Pájaros, em Itálica (Rodríguez Hidalgo, 1991:292). A sul destes dois compartimentos poderia existir um vão de escadas (área 4) que possibilitaria o acesso a um eventual piso superior. A funcionalidade atribuída à área 4 resulta das reduzidas dimensões da mesma, bem como da sua proximidade relativamente à entrada da unidade habitacional.

A norte da entrada da casa situava-se presumivelmente um *tablinum* (compartimento 10), o escritório da habitação com 31,90 m², que ligava directamente à área aberta do edifício. A funcionalidade deste espaço é sugerida pela sua centralidade relativamente ao peristilo e pela sua proximidade em relação à entrada da habitação.

A sul do presumível peristilo localiza-se outro pequeno corredor (área 5), que correspondia a um acesso lateral ao interior da casa, através do *decumanus*. Nesta zona da casa, na ala sul, situava-se um *cubiculum* (compartimento 7) que deveria estar orientado para o possível peristilo, com uma área de 31 m². A norte deste espaço aberto deveria localizar-se um *triclinium* (compartimento 13), apesar da informação disponível para esta zona da casa ser bastante reduzida.

Os restantes compartimentos identificados estão abertos aos pórticos e destinavam-se ao comércio. Assim, na fachada oeste da unidade habitacional foram individualizadas três *tabernae* e

uma outra na zona sul (compartimentos 6, 8, 11, 12). Em alguns destes espaços foram identificados indícios que atestam a sua utilização comercial. Por exemplo, na loja assinalada como compartimento 8 foi identificada uma placa de mármore que julgamos poder ter feito parte de um *thermopolium* (Lemos e Leite, 2000:27). Outro elemento caracterizador da função comercial a que estavam destinados estes espaços é uma ânfora encontrada intacta e disposta sobre o subsolo, na área do correspondente ao compartimento 6. Este contentor anfórico destinava-se ao transporte de *garum*, que seria vendido nas *tabernae* (Lemos e Leite, 2000:27).

Na terceira fase registam-se algumas reformas em alguns espaços da casa e subdivisões de outros, não sendo, todavia, perceptível uma remodelação que tenha afectado toda a estrutura da habitação (Apêndice 22). Aparentemente, nesta fase, pretendeu-se aumentar a área comercial, directamente associada aos pórticos. De facto, regista-se o encerramento do pátio oeste, que terá ampliado o espaço útil das lojas. Assim, foi erigido um novo espaço (compartimento 9) junto à loja correspondente ao compartimento 8, tendo este passado a ser acessível através do pátio sul. A norte, também nasceu um novo compartimento (14) que permitia prolongar a área das *tabernae* 12 e 11, sendo a sua entrada efectuada pelo pátio norte.

A entrada da casa continuou a ser realizada pelo mesmo local, pois nessa zona o muro que fechava o pátio era descontínuo. Outra transformação que foi operada foi o fechamento da entrada sul da casa (área 5), com o intuito provável de aumentar a área útil da loja situada na fachada sul (compartimento 6). Inicialmente, era possível que tivesse acesso ao interior da casa o que pode evidenciar que a sua exploração seria efectuada pelo dono da casa. Ao fecharem a entrada sul da habitação, foi igualmente inutilizada a ligação entre a *taberna* e o interior do núcleo residencial.

A presença de um grande número de lojas nesta unidade residencial pode ser explicada pela sua proximidade relativamente à área do *forum*, bem como pelo facto da sua fachada oeste acompanhar um dos eixos mais importantes da cidade: o *cardo máximo*.

4.3.3 Elementos exteriores ao núcleo da habitação

Salientamos a presença neste sítio arqueológico dos vestígios do *cardo máximo* da cidade, com orientação NNO/SSE, cujo pavimento lajeado não se conservou. Esta rua teria 7 m (22 ½ pés) de largura, sendo ladeada por dois pórticos, com uma largura distinta a poente e nascente,

respectivamente, 10 $\frac{1}{4}$ pés (3,10 m) e 11 $\frac{1}{2}$ pés (3,50 m). Nestes dois espaços havia a particularidade de os vãos dos módulos extremos serem mais pequenos, com cerca de 7 $\frac{1}{4}$ pés (2,15 m), devido a questões formais e estruturais, que se prendiam com as dimensões dos cunhais, uma vez que estes eram mais largos (Freitas, 2003:166). Por outro lado, a divergência apresentada na largura dos dois pórticos também parece algo estranha, uma vez que, teoricamente, deveriam ser simétricos. Na realidade apresentam amplitudes diferentes, apesar de exibirem fachadas idênticas (Freitas, 2003:167).

Do pórtico da casa que ocuparia a *insula* situada a oeste da rua sobreviveram vários embasamentos para pilares, perfazendo um total de oito (UEs 502, 507, 539, 545, 571, 574, 836, 837), localizados no canto sudeste da área intervencionada. Estes pilares estavam implantados a uma distância regular de 8 $\frac{1}{2}$ pés, ou seja, cerca de 2,5 m entre si, medindo cada elemento entre 1 m e 0,80m de comprimento e 0,55 m a 0,42 de largura. As medidas obtidas nos pilares conservados *in situ* permitem-nos conjecturar sobre a estrutura arquitectónica do referido pórtico, pois os elementos identificados apresentam uma largura pequena, o que não possibilitaria a colocação de uma base de coluna para suportar uma colunata. Assim, provavelmente estes pórticos terão sido formalizados com uma solução arquitectónica não de colunata, mas sim de silhares sobrepostos encimados por arcos, eventualmente formados por material laterício (Freitas, 2003:171). Tendo em linha de conta o espaço entre pilares e a largura do pórtico, os arcos deveriam ter uma altura provável de 10 $\frac{1}{2}$ pés (3,10 m) (Freitas, 2003: 171). Esta hipótese pode ser reforçada pela presença de uma enorme quantidade de blocos graníticos, de talhe rectangular, presentes tanto em níveis de derrube como no muro que delimitava o logradouro da Casa Grande de Santo António das Travessas.

Do pórtico do lado nascente da rua apenas se preservou quatro embasamentos de pilares *in situ* (UEs 624, 678, 1021,1027), tendo-se igualmente conservado o canto norte (Apêndice 23). Os dados fornecidos pelos elementos conservados dos pórticos possibilitaram definir os limites do quarteirão, onde se insere esta unidade habitacional, que apresenta aproximadamente cerca de 35,5 m (117 pés) de comprimento (N/S), valor que a aproxima da *domus* das Carvalheiras (Lemos e Leite, 2000:24).

4.3.4 Estruturas relacionadas com a água

Nesta unidade habitacional foram detectadas várias estruturas relacionadas quer com a drenagem quer com o sistema de abastecimento de água.

Em termos arqueológicos, os elementos detectados com mais interesse referem-se ao troço da cloaca que corria sob o cardo máximo, encontrada em óptimo estado de conservação. Esta grande estrutura de drenagem corre de sudeste para noroeste, representando uma estrutura de porte significativo, tendo sido implantada na rocha. Apresentado um aparelho irregular, com o fundo revestido de lajes, sendo fechada no topo com grandes blocos de granito, de formato sub-retangular. Tinha uma altura interior de cerca de 1,20 m, apresentando, no lado nascente sete aberturas para drenagem de águas pluviais e domésticas (Martins e Ribeiro, 2010).

Associando-se ao sistema de drenagem das águas da área aberta do peristilo, provavelmente de um tanque que recolhia as águas das chuvas, identificaram-se duas canalizações correspondentes às UEs 660 e 759. A primeira drenagem era architectada por elementos de material laterício de forma rectangular, apresentando uma extensão máxima visível de 3.40 m. Sendo constituída por *tegulae* que mediam 0,58m de comprimento, 0,22m de largura e 0,02m de espessura, as tampas eram também formadas por elementos com as mesmas dimensões. A estrutura correspondente à UE759 era composta por um leito em material laterício, sendo as paredes formadas por fiadas de pedra sobrepostas (Apêndice 24.1; 24.16).

Foi individualizada ainda uma canalização correspondente à UE598, na zona do pórtico oeste, provavelmente destinada a escoar as águas da habitação. Pelo seu pendor cursava para norte, devendo ligar com a cloaca que se localizava sob o cardo máximo. Tratava-se de uma canalização de tubo em material laterício, composta por diversos módulos de secção circular, apresentando uma extensão conservada de 11,60m. Cada módulo tinha de comprimento 0,70m, uma largura de 0,08 na extremidade, tendo a secção um diâmetro de 0,18m.

Identificou-se ainda uma canalização que deveria estar relacionada com o escoamento das águas acumuladas numa *taberna*, virada para o pórtico oeste. Trata-se de uma drenagem em material laterício, com uma secção interna em U, composta por módulos *bipedalis*, possuindo as paredes 0,02m de espessura.

Distinguimos ainda outras três canalizações (UEs 583, 610, 611) que, presumivelmente se relacionavam com o abastecimento de água ao interior da casa. Tal funcionalidade prende-se com a localização das estruturas, pois estavam limitadas junto ao pórtico oeste da habitação, com uma orientação sul/norte. Duas das construções (UEs 583 e 611) eram formadas por elementos de material laterício, formando uma secção rectangular, com tampas com o mesmo tipo de corte. A canalização UE583 tem uma extensão conservada de 0,76m de extensão, uma altura máxima de 0,20m e uma largura de 0,14m. Conservou-se um elemento completo da base, com o comprimento de 0,60m e 0,15m de largura. O elemento de tampa tem 0,30m de comprimento por 0,14m de largura e 0,05m de espessura. A tubagem UE611 tem uma extensão projectada de 6,60m, com uma altura de 0,20m e uma largura de 0,15m.

Finalizando, detectou-se também uma canalização em caixa (UE610) com o leito em tijoleira e as paredes de pedra. Esta tem uma extensão visível de 4,20m, com uma largura média de 0,30m e uma espessura de 0,05m.

4.3.5 Elementos decorativos

Pavimentos

Apenas se identificaram pequenos vestígios do que resta de um pavimento em material laterício, localizado numa das *tabernae* (compartimento 8).

Elementos arquitectónicos

Foram identificados numerosos elementos arquitectónicos que podem estar associados à estrutura da casa, designadamente capitéis, bases e fustes de coluna.

Individualizaram-se dois capitéis coríntios, em granito, datáveis dos séculos I – III, com um diâmetro de 0,39m (MPXII.LIT.114, MPXII.LIT.1). Foram também descobertos dois capitéis toscanos, também em granito, com diâmetros entre 0,37m e 0,28m, apresentando uma cronologia entre os séculos I-II (MPXII.LIT.1B, 1997.0197) (Fontes *et al.*, 2009:16,17,22).

Identificaram-se, também, dez bases de coluna em granito, sendo de destacar um exemplar de uma base monotórica, com um plinto de 0.25m (1997.0207), bem como uma base em toro, com 0,46m de diâmetro (1997.0195). Outras bases encontradas na escavação possuem diferentes

diâmetros (1997.0055; 1997.0202; 1997.0194; 1997.0204; 1997.0210; 1997.0214; 1997.0242; 1999.0116; 1999.0118), sendo de referir que a grande maioria se situa entre os 0,37m e os 0,59m, com alturas entre 0,17m e os 0,37m.

Foram ainda referenciados oito elementos de fuste, em granito, com 0,31m e 0,30m de diâmetro (1995.0972, 1997.0196; 1997.0208; 1997.0209; 1997.0213; 1997.0969; 1999.0112; 1999.0113;) (Ribeiro, 2010).

Os capitéis coríntios poderiam provavelmente estar relacionados com os elementos que constituíam a colunata que rodearia o peristilo da *domus*. Com base na altura dos capitéis, de 0,39m e seguindo as medidas ideais defendidas por Vitruvius para esta ordem, em que a altura do capitel seria igual ao diâmetro do fuste, é possível considerar uma altura de coluna provável com aproximadamente de 3,80 m (12 ½ pés) para o referido espaço aberto. Por outro lado, a altura da colunata também poderia ser calculada com base na largura do pórtico do peristilo, pois Vitruvius aconselhava a que a altura da coluna fosse igual à largura do pórtico. Seguindo esta linha de pensamento a altura da colunata seria de 2,70 m (9 pés), cálculo que nos parece mais realista que o de 3,80 m.

As colunas da porta da entrada da casa podem ser sugeridas pelo capitel toscano, (MPXII.LIT.1B), pela base monotórica (1997.0207) e por um elemento de fuste (1997.0969), sendo provável que possuíssem aproximadamente 3 m (10 pés). Esta medida pode ser estimada pela base, encontrada *in situ*, com 0,42 m de diâmetro, que deveria ter associado um fuste troncocónico, como é habitual nas colunas toscanas, neste caso com cerca de 0,43m de diâmetro, podendo rematar num capitel com 0,37 de diâmetro.

O outro capitel toscano, bem como as restantes bases e os fustes apresentam dimensões variadas, facto que nos leva a supor que podem estar relacionados, tanto com outros compartimentos deste núcleo residencial, como com espaços da habitação localizada a oeste do cardo, visto que a maioria destes elementos foram integrados no muro do logradouro da antiga Casa Grande de Santo António das Travessas.

Distinguimos ainda pilares com arranque de coluna (UEs 822, 823,824), em granito, bem como um bloco com um elemento de fuste em tijoleira (UE818), um tambor de coluna (UE956) e diversos pilares do pórtico, de talhe rectangular que deveriam suportar uma colunata de silhares

encimados por arcos (UEs502, 507, 539, 545, 571, 574, 584, 624, 678, 696, 836, 837, 1021, 1027).

5 ZA do Cardoso da Saudade (antiga fábrica)

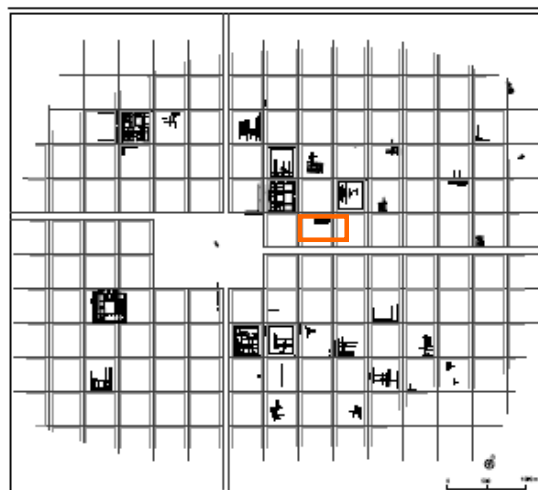


Figura 8 – Malha urbana com a localização da ZA do Cardoso da Saudade (antiga fábrica)⁵

5.1 Os dados da escavação

5.1.1 *Datas dos trabalhos arqueológicos*

Esta zona arqueológica foi intervencionada em diferentes momentos, ao longo de várias campanhas. Assim, a 1ª intervenção aí realizada data de 1968 e corresponde a uma sondagem. Os trabalhos subsequentes datam já dos anos de 1982 (01/10/1982 a 31/12/1982) e 1983 (02/01/1983 a 30/06/1983), tendo aí sido realizada uma última intervenção em Junho de 1993.

5.1.2 *Responsáveis*

As diferentes campanhas de escavação tiveram diferentes responsáveis. A sondagem de 1968 foi dirigida por J.J. Rigaud de Sousa e Maria de La Salette Ponte. A segunda fase dos trabalhos desenvolvida entre 1982 e 1983 foi da responsabilidade do Dr. Lino Augusto Tavares Dias, do ex

⁵ Proposta de restituição da malha urbana segundo M.C. Ribeiro (2008:247)

Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte ex IPPC), tendo a última intervenção sido dirigida no quadro dos mesmos serviços pelo Dr. Orlando Sá e pela Dra. Anabela Lebre.

5.1.3 Tipo de intervenção

A sondagem efectuada em 1968 teve por objectivo verificar a possibilidade de o edifício encontrado no claustro do Seminário de Santiago se prolongar para a área do Largo de S. Paulo (Sousa e Ponte, 1970:393). Já os trabalhos subsequentes inserem-se no âmbito de escavações preventivas tendo em vista a minimização de impactos, devido à proposta de construção no local de um empreendimento privado, que iria ocupar os terrenos da antiga fábrica do Cardoso da Saudade (Dlegado *et al.* 1984:95). O conjunto das intervenções abrangeu uma área com 330m² (Apêndice 25).

5.1.4 Estado de conservação

Algumas das ruínas identificadas encontravam-se em razoável estado de conservação, tendo sido exumado material cerâmico em quantidade e variedade notável. No entanto, a ocupação continuada deste local determinou grandes revolvimentos dos sedimentos, bem como arrasamentos e saques de estruturas, que tornam difícil a sua adequada interpretação

5.1.5 Ruínas identificadas

Os trabalhos arqueológicos realizados nesta área em diferentes momentos confirmaram a existência de vestígios de diversas construções datáveis de períodos cronológicos distintos, perceptíveis através dos muros, canalizações e pavimentos identificados. Destacamos as estruturas da fase romana, correspondentes a uma plausível *domus*, apesar da dificuldade em definir os seus limites e características. Correspondia a um núcleo habitacional, que conservou alguns compartimentos, bem como uma pequena piscina revestida a mosaicos e pórticos de circulação (Ribeiro, 2008:17). Já em 1918 J. Leite de Vasconcelos referia para este sítio a presença de um tanque com mosaicos e várias inscrições romanas.

5.2 Os dados cronológicos e as fases de construção

Esta intervenção forneceu materiais em grande quantidade, lamentavelmente dissociados, na sua maioria, de uma sequência estratigráfica fiável, pois toda a área foi afectada por grandes revolvimentos. No entanto, é possível através do estudo dos referidos materiais datar algumas das estruturas identificadas como pertencentes a um conjunto habitacional dos séculos IV e V (Delgado *et al.*, 1984:96). Assim, a maioria dos vestígios referenciados nesta zona encontra-se balizada cronologicamente na época tardia, podendo ser interpretados como uma remodelação de um conjunto habitacional. Esta hipótese é sustentada pela presença de alguns elementos que evidenciam ter sido cortados pela implantação de novos muros, como é o caso observável, por exemplo, com a canalização identificada com a UE38.

Assim, apesar das limitações em atribuir datações para este local, julgamos poder individualizar duas fases construtivas distintas.

Atribuível a uma primeira fase poderá ser o material que se situa num limite cronológico entre o século I e II, onde destacamos fragmentos de uma taça canelada com gomos curtos em vidro, datável dos inícios de Augusto até aos Flávios, descobertos num enchimento de nivelamento (UE29) anterior aos muros correspondentes às UEs 26 e 32. Também foram recolhidos fragmentos de cerâmica *terra sigillata* itálica, uma tigela de *terra sigillata* gálica, forma Drag. 29, partes de pratos em *terra sigillata* gálica, forma Drag.18 e variados fragmentos de *terra sigillata* hispânica, designadamente uma tigela Drag. 37. No enchimento da vala de fundação da canalização UE10 foram identificados fragmentos de ânfora da forma Haltern 70, de produção Bética /Guadalquivir, datável entre 15 a.C. e os Antoninos e um fragmento de uma Dressel 7/11, proveniente da Bética, de Cádiz, também datada entre 15 a.C. e o século II.

Relacionados com uma segunda fase da construção estão os materiais presentes na vala de fundação do muro UE37, com cronologias entre o século I e o IV, destacando-se fragmentos de cerâmica de tradição indígena, cerâmica comum, cerâmica cinzenta fina polida, datada dos séculos I e II, cerâmica bracarense, inúmeros exemplares de ânforas e fragmentos de *terra sigillata* itálica, de forma indeterminada bem como exemplares de tigelas da forma Drag.37, de produção hispânica

tardia. A variedade de material cerâmico presente nesta unidade estratigráfica atesta o revolvimento destes níveis arqueológicos.

Salientamos ainda, os diversos exemplares de peças em vidro identificados no solo numerado com a UE50, maioritariamente datadas dos séculos IV e V. Destacamos quatro taças campanuladas fundas lisas, datadas entre a 2^a metade do século IV e o século V, uma taça campanulada alta lisa do mesmo período e ainda uma taça arqueada ampla com fios aplicados datável entre os séculos IV e V.

5.3 Descrição arquitectónica e funcional

5.3.1 Materiais e técnicas construtivas

Muros

A maioria dos muros identificados nas escavações encontrava-se muito destruída conservando apenas as primeiras fiadas, ou apenas o alicerce dos mesmos. Os muros estavam articulados entre si, com travamentos de fraca qualidade, apresentando características de pertencerem ao interior de uma habitação. Exibem um aparelho irregular com um talhe predominantemente rectangular. Existe ainda a particularidade, de dois destes muros, correspondentes às UEs 37 e 42, apresentarem pedras de travamento nos seus paramentos. Os interstícios são constituídos por pedra miúda e material laterício.

Pavimentos

Apenas se individualizou um pavimento em *opus signinum* equivalente à UE29. Este caracterizava-se por ser muito grosseiro e deveria ter funcionado como piso do compartimento 5a da habitação.

Numa área situada a nascente foram identificados vestígios de um pavimento composto por pedras e seixos, equivalente à UE60.

Por outro lado, a pequena piscina que foi identificada em 1993, que devia integrar um balneário privado da casa, era revestida por um mosaico.

5.3.2 Espaços e funcionalidades

Os elementos construtivos reportáveis a uma primeira fase da habitação são diminutos, sendo apenas possível individualizar a funcionalidade de três compartimentos (Apêndice 26).

O compartimento 1 é aquele que apresenta maiores dimensões, tendo cerca de 21 pés de comprimento por 18 pés de largura, com uma área de 35 m². Tendo em conta estes dados, bem como a proximidade daquele espaço relativamente à entrada da casa, podemos considerar que deveria corresponder a um *tablinum*. Junto deste espaço, a oeste, deveria localizar-se um pequeno corredor (área 2), que funcionaria como um acesso lateral ao exterior da habitação, dadas as suas exíguas dimensões muito reduzidas. Já no extremo nordeste deste núcleo habitacional situava-se o pórtico este da casa, (área 3) (Apêndice 27).

Uma presumível entrada da habitação (área 3a) seria feita a partir do pórtico este, podendo ser traçada com base num pilar (UE73) que se encontrava alinhado com um dos pilares do pórtico (UE74). Esse pilar interior (UE73) poderia marcar o local onde se situava a porta principal (*ianua*). Uma vez que este tipo de entradas podia ser enquadrada por pilastras ou colunas decoradas com capitéis, rematados com arquitraves e até com frontões, é possível admitir que o pilar identificado com a UE73 servisse de apoio a uma base, onde estaria colocada a coluna ou pilastra.

A maior parte dos vestígios conservados deste núcleo habitacional relacionam-se com o segundo período construtivo, correspondendo provavelmente a uma reforma tardia da habitação (Apêndice 26).

Aparentemente esta fase estará associada a um aumento da área útil da habitação. Assim, o possível *tablinum da primeira fase* manteve a sua localização tendo, contudo visto diminuídas as suas dimensões, passando a ter uma extensão maior com cerca de 25 pés, mas uma menor largura (11 pés). O novo *tablinum* corresponde ao compartimento 4, da nova planta da habitação. A funcionalidade atribuída a este espaço resulta da sua disposição em relação à entrada do conjunto residencial, pois era habitual nas *domus* que este tipo de espaço se situasse nas proximidades da entrada da casa, pois era aí que o senhor da casa recebia os seus clientes, funcionando este espaço como escritório. Junto ao *tablinum*, a este, continuou a situar-se o pórtico nascente da habitação (área 3) (Apêndice 28).

O espaço ocupado pela área 6 poderá corresponder aos vestígios de um vão de escadas que permitiria o acesso a um presumível piso superior deste conjunto habitacional. A entrada para este vão de escadas era efectuada a partir da rua que passava a norte da *domus*.

O outro compartimento identificado corresponde a uma *taberna*, com abertura para a rua que passava a norte do conjunto residencial. A loja identificada como compartimento 5 ocupou parte da rua norte, diminuindo a sua área de circulação, fazendo avançar a fachada norte do núcleo residencial. Trata-se de uma loja de grandes dimensões, medindo cerca de 6,60m (22 pés) de comprimento por aproximadamente 4,25m (14 pés) de largura, sendo possível que possuísse balcões.

Em relação aos outros espaços da habitação não é possível avançar quaisquer interpretações considerando o carácter fragmentário dos dados disponíveis.

Podemos, contudo admitir que esta *domus* deveria possuir um balneário tendo em conta os vestígios individualizados de uma pequena piscina, descoberta no decorrer dos trabalhos de acompanhamento realizados em 1993. Lamentavelmente, desconhece-se a localização exacta dessa estrutura, muito embora seja possível relacioná-la com a casa em estudo. A informação disponível permite-nos concluir que esta piscina tinha uma forma rectangular, aproximadamente 1m de profundidade, sendo composta por três degraus e toda revestida a mosaicos. A corroborar a hipótese da existência de um balneário na parte oeste deste conjunto residencial temos ainda uma grande quantidade de tijolos, aparecidos, quer em níveis de derrube ou fora de contexto. O material laterício identificado corresponde na grande maioria a *lateres bessalis*, que poderiam formar as *pilae* que compunham os colunelos das salas quentes que deveriam integrar o balneário⁶. Os tijolos identificados têm medidas médias de 18,8 cm por 20,5 cm e 19,8 cm por 20,4 cm.

5.3.3 Elementos exteriores ao núcleo da habitação

Neste sítio arqueológico foram individualizados dois elementos que se relacionam com o pórtico este da *domus*. Trata-se de um cunhal, equivalente à UE93 e de um pilar correspondente à UE74. O cunhal UE93 traçava presumivelmente o canto nordeste da casa, delimitando o início da

⁶ Estes dados foram gentilmente cedidos pelo Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, pertencendo a informação a uma recolha efectuada por Filipe Antunes.

fachada este e norte da habitação. O pilar detectado (UE74), conjugado com o cunhal do pórtico permitem-nos estabelecer a distância dos intercolúnios, de aproximadamente 3m.

5.3.4 Estruturas relacionadas com a água

As canalizações individualizadas nesta área arqueológica apresentavam todas um sistema construtivo muito idêntico. Eram compostas por um leito com elementos em material laterício, sendo as paredes constituídas por fiadas de pedra. Tendo em conta os vestígios conservados presumimos que as coberturas seriam também em material laterício.

A canalização melhor conservada, e que pode ser datada da primeira fase deste núcleo habitacional, corresponde à UE38. Trata-se de uma estrutura que, tendo em conta a sua orientação, deveria estar associada à drenagem das águas do interior da residência para o exterior. Apresentava um leito constituído por elementos de material laterício, rectangulares, que mediam 0.60m por 0.40m. Os elementos da cobertura eram do mesmo material e exibiam as mesmas medidas, sendo as paredes em pedra.

As restantes canalizações que foram individualizadas relacionam-se com a fase tardia desta *domus*. Uma delas, equivalente à UE57, foi identificada na área do pórtico este devendo ter por função drenar as águas do interior da casa para a rua. Esta estrutura estava orientada N/S, o seu leito era em material laterício, com elementos rectangulares que mediam 0.50m de comprimento por 0.30m de largura.

Na zona da rua este foi ainda exumada uma outra canalização (UE56) que se encontrava muito destruída, facto que não permite compreender a sua funcionalidade.

Entre a rua e a *insula* a norte desta *domus* foi identificada outra estrutura associada provavelmente ao abastecimento de água às habitações. Encontrava-se orientada O/E e, apesar de muito danificada, era visível numa extensão de aproximadamente 7m.

5.3.5 Elementos decorativos

Pavimentos

Devido aos grandes revolvimentos a que esta zona arqueológica esteve sujeita apenas se conseguiu individualizar um pavimento em *opus signinum*, muito grosseiro. Mas nos níveis de

remeximento e de destruição foram detectados fragmentos de *opus signinum* o que pode evidenciar que existiam outros exemplares deste tipo de pavimentos que não se conservaram.

Foram ainda detectados vestígios de um mosaico aplicado no fundo, degraus e paredes de uma piscina. Este mosaico estava decorado com florezinhas em aspa feitas com tesselas pretas sobre um fundo de tesselas brancas (Abraços, M. 2005: 27). O fundo da piscina estava rematado com uma meia cana em *opus signinum* (Apêndice 29.5; 29.6; 29.7; 29.8).

6 ZA do Claustro Seminário de Santiago

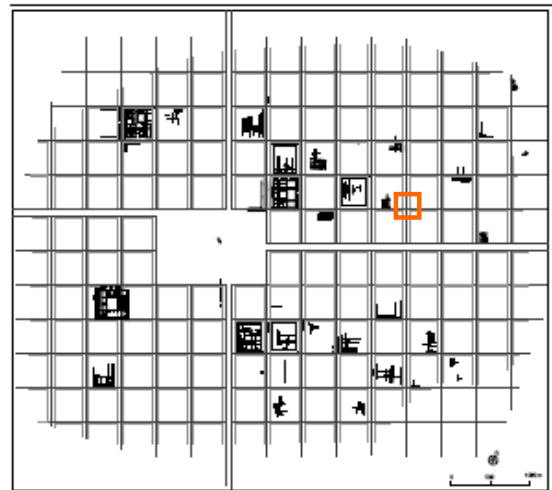


Figura 9 – Malha urbana com a localização da ZA do Claustro do Seminário de Santiago⁷

6.1 Os dados da escavação

6.1.1 *Datas dos trabalhos arqueológicos*

Esta zona arqueológica foi intervencionada em dois momentos diferentes. A primeira escavação realizada no local teve lugar no ano de 1966, tendo permitido por a descoberto o conjunto das ruínas ainda hoje visíveis no Claustro do Seminário. Em 1984, foi realizada uma curta

⁷ Proposta de restituição da malha urbana segundo M.C. Ribeiro (2008:247)

campanha de limpeza e levantamento das ruínas, trabalhos que prosseguiram ainda em 1985. No decorrer desta intervenção foi escavado o canto nordeste da anterior área intervencionada.

6.1.2 Responsáveis

As escavações realizadas em 1966 foram dirigidas pelo. Cónego Luciano dos Santos, então reitor daquele Seminário. As campanhas de 1984 e 1985 foram dirigidas pela Dra. Manuela Delgado e pela Dra. Alexandra Gaspar, da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

6.1.3 Tipo de intervenção

As escavações realizadas em 1966 decorreram no âmbito da execução de obras de restauro no edifício do Seminário de Santiago. Por sua vez as intervenções de 1984 e 1985 visavam a preservação e consolidação das estruturas existentes, bem como o levantamento topográfico das ruínas identificadas anteriormente (Delgado *et al.*, 1985:2). A área escavada corresponde a cerca de 224m² (Apêndice 30).

6.1.4 Estado de conservação

As ruínas encontravam-se em bom estado de conservação, principalmente quando equiparadas com outros sítios arqueológicos da cidade, lamentando-se apenas a área diminuta de escavação e a impossibilidade de a prolongar.⁸

6.1.5 Ruínas identificadas

Os trabalhos arqueológicos colocaram a descoberto uma série de muros pertencentes ao peristilo de uma *domus* (Delgado *et al.* 1989:29). Este espaço caracterizava-se pela presença de um tanque central revestido com mosaicos, com figurações de fauna marinha. Ainda se identificaram vestígios do pórtico que rodeava o peristilo e os indícios de um balneário (Ribeiro, 2008:35). Os outros espaços da casa encontram-se sob o actual edifício do Seminário de Santiago, o que impossibilita o conhecimento das características da *domus*.

⁸ Agradecemos ao Reitor do Seminário Conciliar de S. Paulo todas as facilidades concedidas no acesso às ruínas.

6.2 Os dados cronológicos e as fases de construção

Neste conjunto habitacional foi individualizada uma quantidade diminuta de materiais, facto que dificulta a atribuição de cronologias precisas para as estruturas identificadas. No entanto foi possível distinguir dois períodos construtivos diferenciados para esta *domus*.

A primeira fase desta habitação encontra-se datada da segunda metade do século I, tendo como estruturas pertencentes a este período construtivo o muro 1, os muros 6, 7, 8, 9,10, que delimitam a área do pórtico que ladeava o pátio (UEs 6, 7, 8, 9, 10) e os pilares onde assentava a colunata (UEs 12,13). Para este período foram distinguidos fragmentos de cerâmica micácea, de tradição indígena e alguns fragmentos de cerâmica *terra sigillata* hispânica datada de 80 -120 d.C.

A segunda fase construtiva pode ser datada entre finais do século III / inícios do IV, correspondendo a uma remodelação do conjunto residencial. Associado a esta reforma encontra-se o mosaico do tanque do peristilo (UE17) e a construção de um hipocausto que deveria corresponder a uma sala quente de um balneário privado da casa. Os muros 4 e 5 são atribuídos a esta fase, tendo sido encontrado material nas respectivas valas de fundação que indicam que estes muros foram construídos entre os séculos I e III. Os muros 4 e 5 foram adossados a uma estrutura anterior, o muro 3, o que nos possibilita atribuir uma datação relativa a essa parede. A construção deste conjunto de muros está relacionada com a edificação do hipocausto, uma vez que este espaço está concebido com base nos muros 3, 4 e 5.

Ao mosaico que reveste o tanque do peristilo também foi atribuída uma cronologia que permite inseri-lo nesta segunda fase do conjunto habitacional, tendo por base as suas características estilísticas e construtivas, bem como com os paralelos conhecidos para outras cidades do Império.

6.3 Descrição arquitectónica e funcional

6.3.1 *Materiais e técnicas construtivas*

Muros

Os muros identificados encontram-se bastante arruinados, destacando-se apenas pela sua qualidade o muro 1, que apresenta um aparelho regular, constituído por pedras de talhe regular, com uma extensão visível de 11m. Possui a particularidade de na última fiada ser composto por lajes de maiores dimensões (0.40x0.25m). No entanto, estas lajes parecem corresponder a uma reestruturação desta parede. Os restantes muros caracterizam-se por um aparelho irregular, exibindo até material laterício no seu aparelho de forma a regularizar as fiadas de pedra. Os muros 4 e 5 distinguem-se pelo seu aparelho bastante irregular, sendo os interstícios preenchidos por pedras de pequenas dimensões e por fragmentos de material laterício.

Pavimentos

Neste sítio arqueológico foi detectado apenas um piso de argila batida, correspondente à UE16, que serviu para assentar os colunelos do hipocausto. Lamentavelmente, este solo de argila encontrava-se em muito mau estado de conservação.

No tanque central do peristilo foi identificado um mosaico policromado figurativo, com representações de fauna marinha.

6.3.2 *Espaços e funcionalidades*

As ruínas que constituem a *domus* do Seminário de Santiago correspondem, maioritariamente, a uma área aberta da casa, estando localizadas no extremo sudoeste da *insula*.

Como elementos pertencentes à primeira fase deste núcleo habitacional foram individualizados os muros que delimitavam o pórtico de um espaço aberto (área 1) e os muros onde assentava a colunata do pórtico que circundava essa zona aberta (área 2). Os elementos conservados reportáveis a este período são bastante reduzidos, muito embora seja possível definir uma área aberta que corresponderia a um pátio interior da casa, com uma planta rectangular, encontrando-se rodeada por uma colunata nos lados oeste, norte e sul. O lado este seria fechado

com uma parede (UE1), que se prolonga tanto para sul como para norte, não sendo por isso possível viabilizar um corredor de circulação no lado este. Existindo apenas pórtico em três lados, a planta que se configura é a de um pátio e não de um peristilo. Este tipo de solução arquitectónica também é observável na domus de Los Pajáros, em Itálica, Sevilha (Rodríguez Hidalgo, 1991:292). A localização deste espaço na estrutura da habitação leva-nos a conjecturar que possivelmente este não seria o único espaço aberto da *domus*, podendo existir também um peristilo na zona central da casa (Apêndice 31; 32).

Numa segunda fase, a área do pátio sofreu uma remodelação sendo transformada num peristilo. A parede este do supramencionado espaço foi demolida para ser criado um espaço de circulação aberto, ou seja, um pórtico que rodearia a área aberta. Os muros que iriam suportar a colonata (UEs 1, 8, 9, 10) foram reestruturados, sendo rematados com grandes lajes de granito, assentes ao nível de uma base de coluna encontrada *in situ*, o que nos permite estabelecer a cota de circulação do pavimento do corredor em redor do peristilo, que se situaria a cerca de 193m. Como elementos da colonata conservaram-se *in situ* diversos pilares e uma base de coluna que suportavam a referida estrutura, elementos que nos permitem restituir os intercolúnios. Assim, na extensão menor (limites norte e sul), os intercolúnios eram aproximadamente de 7.5 pés (2.20m), apresentando três colunas. Já no lado oeste e este os intercolúnios eram de cerca de 6 pés (1.80m), com quatro colunas de cada lado. Por sua vez, o pórtico teria uma largura de aproximadamente 6 pés (1.80m). Na zona central do peristilo foi construído um tanque que tinha de comprimento cerca de 15 pés e de largura aproximadamente 10 pés (área 4). Este tanque foi revestido com mosaicos.

Existe ainda outra reforma neste espaço residencial que podemos associar a esta fase, correspondente à criação de um balneário a norte do peristilo (compartimento 3). A construção de balneários privados ou públicos tornou-se prática corrente em *Bracara Augusta* durante o Baixo-Império, sendo observável noutros exemplos de habitações como na *domus* da Escola Velha da Sé. Da área de banhos, conservaram-se as *pilae* (UE15) e os vestígios do pavimento onde assentava os colunelos, a *area* (UE16), tendo sido detectadas as partes dos elementos que compunham o hipocausto de uma sala quente. A *area* da possível sala quente estava à cota média de 192.78m, apresentando os colunelos uma altura conservada de 0.60m, o que permite projectar a cota para o topo da suspensura em 193.78m (Apêndice 33).

6.3.3 Elementos decorativos

Pavimentos

Na parte central do peristilo foi encontrado um tanque revestido com um mosaico decorado com fauna marinha. Trata-se de um mosaico em *opus tessellatum*, rematando com um friso em tesselas de cerâmica. Este mosaico foi aplicado no fundo do tanque.

Em termos de motivos foram distinguidos diversos elementos da fauna marinha como enguias, polvos, ouriços, peixes, conchas e a representação da água. As tesselas caracterizavam-se por uma gama de cores diversificada, destacando-se o vermelho, o branco, o preto e o amarelo. As tesselas em cerâmica mediam 0.03m por 0.35m (Apêndice 34.11).

O referido mosaico foi datado de finais do século III / inícios do IV, com base nas suas características estilísticas, na técnica de execução e pelo friso de tesselas de cerâmica. Este mosaico apresentava características idênticas a um outro que foi individualizado por Rigaud de Sousa, em 1968, nas escavações dos terrenos da antiga fábrica do Cardoso da Saudade.

Elementos Arquitectónicos

Entre os elementos pertencentes a este núcleo habitacional merecem destaque quatro capitéis e três bases de coluna.

Individualizaram-se duas bases de coluna áticas, em mármore, com uma cronologia entre os séculos I – II (MPXII.LIT.668, 671) (Fontes *et al.*, 2009:40,41). Estas bases tinham de diâmetro 0.41m e 0.43m e de altura 0.42m e 0.43m. Trata-se de elementos que poderiam presumivelmente estar associados a um espaço da habitação, possivelmente ao pórtico em redor do peristilo (Apêndice 34.0; 34.10).

Foram identificados, ainda, dois capitéis coríntios de folhas lisas, com 0.30m e 0.29m de diâmetro e 0.46m de altura, em mármore cipollino, datável dos séculos I – III (MPXII.LIT.590 e EA110) (Ribeiro, 2010). Estamos perante peças de grande valor, executadas com mármore importado provavelmente do Egeu, com características particulares, quer em termos de dimensões, quer de execução (Fontes *et al.*, 2009:14,38), sendo possível que integrassem colunas, cujas bases eram igualmente de mármore, já que foram identificadas duas bases feitas com esse material *in situ*. Possivelmente, os capitéis coríntios e as duas bases áticas estariam associados ao mesmo

compartimento, devendo pertencer ao peristilo da casa. A colunata do referido espaço aberto, deveria ter uma altura de aproximadamente 3.50 m (11 ½ pés), medida calculada com base nos diâmetros das bases áticas (Apêndice 34.2; 34.3).

Os outros elementos arquitectónicos correspondem a dois capitéis toscanos, em granito, com diâmetros que oscilam entre os 0.28m e 0.30m e alturas entre os 0.28m e 0.39m. Trata-se de peças também datáveis dos séculos I – II (MPXII.LIT.399, MPXII.750) (Fontes *et al.*, 2009:36). Associada a este contexto residencial, foi ainda individualizada uma base de coluna, em granito, que tinha de diâmetro 0.38m e 0.27m de altura (MPXII.LIT.544). Podemos tentar relacionar o capitel MPXII.750 e a base MPXII.LIT.544 com o possível pátio da primeira fase construtiva deste conjunto residencial, tendo em conta a sua datação e as características estilísticas. A conjugação destes dois elementos arquitectónicos sugere uma colunata toscana envolvendo o primitivo pátio da habitação, com uma altura admissível de aproximadamente 2,60 m (8 ½ pés) (Apêndice 34.5; 34.6).

O capitel MPXII.LIT.399, pelas suas dimensões, deveria estar associado à colunata do pórtico exterior deste contexto residencial que não foi todavia encontrado nos limites da área intervencionada.

7 ZA da R. Gualdim Pais, nºs 28-38

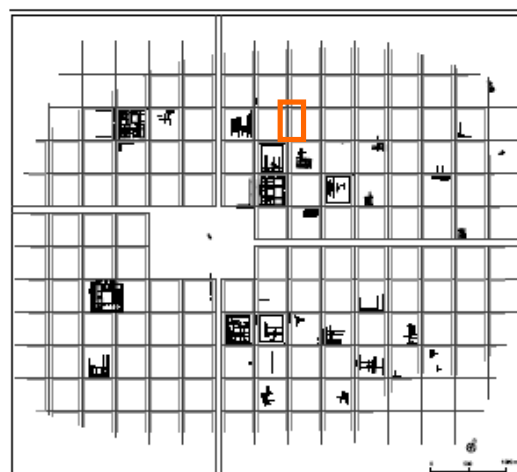


Figura 10 – Malha urbana com a localização da ZA Gualdim Pais ⁹

⁹ Proposta de restituição da malha urbana segundo M.C. Ribeiro (2008:247)

7.1 Os dados da escavação

7.1.1 Datas dos trabalhos arqueológicos

Os trabalhos de escavação realizados nesta zona arqueológica repartiram-se por duas campanhas. A 1ª campanha decorreu entre 16/06/1987 e 07/09/1987 e a 2ª entre 08/03/1988 e 16/08/1988.

7.1.2 Responsáveis

As escavações realizadas foram dirigidas pela Dra. Manuela Delgado e pelo Dr. Francisco Sande Lemos da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

7.1.3 Tipo de intervenção

As escavações realizadas de acordo com trabalhos de acção preventiva, no âmbito da minimização de impactos devido existência de um projecto de construção de garagens no logradouro das casas, situadas no interior do quarteirão. Foi escavada uma área com cerca de 90 m² (Delgado, 1987:188) (Apêndice 35).

7.1.4 Estado de conservação

As ruínas identificadas estavam em mediano estado de conservação, como consequência de uma ocupação continuada deste espaço. Ao longo dos séculos este sítio foi sofrendo destruições das estruturas existentes e grandes revolvimentos, o que contribuiu para a ruína das construções e para as dificuldades de datação das fases mais antigas de ocupação deste espaço.

7.1.5 Ruínas identificadas

As sondagens realizadas no interior de um quarteirão localizado a este da rua Gualdim Pais resultaram na identificação de vestígios atribuíveis ao balneário de uma *domus* romana (Ribeiro, 2008:28). De entre os vestígios detectados destaca-se um compartimento com hipocausto e um outro com pavimento de *opus signinum* que deveria corresponder a uma sala fria do balneário. Após o seu abandono como área residencial, este local deve ter-se transformado em logradouro, como

parece atestado pela espessa estratigrafia que recobria as ruínas, que proporcionou grandes quantidades de cerâmica dos períodos medieval e moderno.

7.2 Os dados cronológicos e as fases de construção

Foram individualizadas unicamente duas fases construtivas para os vestígios detectados deste conjunto habitacional.

A primeira fase pode ser datada dos inícios do século I, período a partir do qual pode ser atestada a presença de ocupação romana no local (Delgado, 1987:190). Este período construtivo é confirmado pela presença de vestígios arquitectónicos, designadamente por dois pilares identificados, um dos quais *in situ* e por uma calçada. A cronologia para estas construções foi atribuída com base nos fragmentos de lucerna que foram detectados, bem como outros fragmentos de peças cerâmicas e vidros.

O segundo período construtivo deste núcleo residencial encontra-se datado dos finais do século III/ inícios do IV, estando associado a uma provável remodelação de uma habitação, que já deveria existir no local, a qual é dotada de um balneário privado. Esta reforma está cronologicamente atestada pela presença de uma grande quantidade de fragmentos de vidro, presentes nos enchimentos que correspondem à ocupação e destruição do hipocausto. Salientamos os fragmentos de uma taça de vidro campanulada funda, lisa, de cor verde-claro, datável entre a 2ª metade do século IV e o século V, os fragmentos de quatro taças campanuladas amplas com fios brancos aplicados, tingidas de verde amarelado, com uma cronologia do século V (CRUZ, 2009: 193). Na área do hipocausto foram ainda detectados fragmentos de diversos exemplares de pratos em sigillata da Forma 3 de fabrico foceiano (Late Roman C) e fragmentos de vasos de cerâmica cinzenta. Estes dados corroboram uma ocupação do edifício ainda nos séculos V e VI (Delgado, 1987:191).

7.3 Descrição arquitectónica e funcional

7.3.1 *Materiais e técnicas construtivas*

Muros

Os muros identificados conservaram-se apenas ao nível do alicerce ou das primeiras fiadas de pedra, o que não possibilita uma caracterização aprofundada dos mesmos. Apresentam um aparelho irregular, com pedras de diferentes dimensões e talhe grosseiro, sendo os interstícios preenchidos por pequenos fragmentos de pedra e material laterício. Os muros 1 e 2 assentavam directamente sobre a alterite granítica. Por outro lado, o muro 4 foi implantado sobre a canalização correspondente à UE5, tendo a particularidade de apresentar no seu paramento blocos de pedra provavelmente reutilizados, à mistura com pedras de pequenas e médias dimensões e fragmentos de tijolo.

Pavimentos

Numa área conservada de 9.50 m² foi individualizado um pavimento em argila batida (UE7), rematado por um friso de quatro tesselas cerâmicas (UE6). Estava associado a um espaço frio do balneário (compartimento 2). Já no espaço onde se situava o hipocausto foram identificados alguns elementos rectangulares, tipo *lydion*, com 0.42m de comprimento por 0.30m de largura, em material laterício, que formavam a *area* do hipocausto de um sala aquecida (UE8).

7.3.2 *Espaços e funcionalidades*

A escassez de informação para o primeiro período construtivo deste núcleo habitacional não nos permite definir compartimentos nem compreender a funcionalidade do espaço. Com efeito os vestígios conservados desta habitação correspondem a espaços de um balneário privado da casa que datam de uma segunda fase da mesma, estando associados à construção de um hipocausto em finais do século III/ inícios do IV.

Numa das salas identificadas existem restos de um hipocausto (compartimento 1), do qual se conservaram alguns *pilae* que deveriam ter uma altura provável de aproximadamente 0.60m, encontrando-se a *area* à cota de 185.97m. O que resta desta sala quente tem uma área de 7m²,

muito embora este espaço devesse ocupar aproximadamente 18m². Este compartimento poderia equivaler a um *tepidarium* ou a um *caldarium*, não havendo certezas quanto à sua exacta funcionalidade, muito embora corresponda indiscutivelmente a uma sala quente. A sul deste espaço situava-se possivelmente uma área fria (compartimento 2), da qual se preservou o que resta de um pavimento em *opus signinum* com um friso em tesselas, podendo corresponder ao piso da sala ou de uma possível piscina. No lado este destes dois compartimentos desenvolvia-se outro compartimento ao qual não foi possível atribuir funcionalidade, devido aos reduzidos vestígios identificados (Apêndice 36; 37).

7.3.3 Estruturas relacionadas com a água

Para o primeiro período construtivo não se identificou nenhuma estrutura relacionada com o abastecimento e drenagem de água à habitação. Na segunda fase, deste núcleo habitacional foi individualizada uma canalização, identificada com a UE5, junto ao muro 1, orientada N/S, que teria provavelmente 5m de extensão. Era constituída por uma base com elementos rectangulares de material laterício, assentes directamente na alterite granítica, ladeados por muretes de pequenas pedras regulares. O alçado oeste da canalização estava adossado ao muro 1. Esta canalização deveria estar associada à drenagem das águas do compartimento 2.

7.3.4 Elementos decorativos

Pavimentos

No compartimento 2 foi individualizado um pavimento em argila batida. O seu nível de preparação era compacto, sendo constituído por uma camada de fragmentos de pedra, tijolos e *tegulae* argamassadas com alterite, assentando directamente no substrato rochoso. Na zona onde se localizava o hipocausto foi identificada a *area* que era constituída por elementos rectangulares, em material laterício, que também assentavam numa preparação compacta, constituída por elementos graníticos de pequena e média dimensão e material laterício fragmentado (UE10) (Apêndice 38.2; 38.3; 38.4).

O pavimento do compartimento 2 era rematado por um friso em *opus tessellatum*. Este remate era formado por quatro linhas de tesselas em cerâmica, de cor branca, de forma

quadrangular, com 0.02m de lado (Apêndice 38.5). Este friso de tesselas é semelhante ao que foi individualizado no tanque do Claustro do Seminário de Santiago.

Parte III

A arquitectura doméstica de *Bracara Augusta*

2 Os espaços das *domus*

No decurso dos últimos anos têm surgido trabalhos que abordam a função da casa como espelho social das classes que as habitavam. Contudo, este tipo de abordagem vê-se confrontado com as dificuldades inerentes à interpretação da funcionalidade dos diferentes espaços que compunham as habitações, ainda mais difícil de estabelecer quando se abordam os espaços domésticos trazidos à luz do dia no âmbito da arqueologia urbana. De facto, nas cidades sobrepostas amiúde os espaços habitacionais encontram-se bastante arrasados, nem sempre fornecendo indicadores, como pavimentos ou pinturas que permitam identificar com clareza a orgânica das casas. Por outro lado, tal como acontece em *Bracara Augusta*, nem sempre possuímos a totalidade das plantas dos edifícios, mas simples partes, cujos vestígios são difíceis de caracterizar funcionalmente.

A análise das áreas que formalizavam uma unidade residencial reveste-se pois de alguma dificuldade, na medida que a casa deve ser considerada um organismo vivo que estava em constante evolução, sendo ocupada por longos períodos de tempo, que abrangiam, por vezes, vários séculos, ao longo dos quais se iam operando reformas, determinadas umas pelo enriquecimento dos proprietários, ou pela mudança dos mesmos, mas também pelas modas, ou por simples necessidades de manutenção das construções (Uribe Agudo, 2008: 515). Salienta-se que algumas dessas reformas não deixaram quaisquer evidências no registo arqueológico, não sendo possível reconhecê-las através das escavações. Desde logo, as reparações de coberturas, ou a substituição de telhados e vigamentos, são imperceptíveis nos vestígios que se encontram nas escavações.

Por outro lado, existe naturalmente um problema de escala, uma vez que a arqueologia incide sobre partes dos edifícios e não na sua totalidade. De facto, existem reformas que podem

afectar espaços não detectados, que fazem parte da história de uma casa, mas que só podem ser valorizadas numa ampla escala, quando possuímos vestígios da totalidade dos edifícios.

No entanto, as grandes remodelações operadas numa habitação são susceptíveis de ser percebidas no registo arqueológico, sobretudo quando as mesmas se constituíram como ampliações, ou subdivisões de espaços, ou mais frequentemente quando foram introduzidos novos equipamentos como acontece com os balneários privados, fáceis de identificar e de datar.

De qualquer modo, assumimos que a nossa capacidade de analisar a complexa evolução de uma casa urbana na sua longa vida, é bastante limitada e que as fases que estabelecemos são sempre grosseiras, caracterizadas que são por reformas que deixaram traços no truncado e fragmentário registo arqueológico das cidades sobrepostas.

Mau grado todos os constrangimentos enunciados e a nossa certeza de que lidamos, no caso concreto de *Bracara Augusta*, com vestígios limitados, julgamos poder ser útil realizar um exercício de valorização da persistência ou alteração das diferentes partes orgânicas das casas.

Assim, um estudo que pretenda interpretar a funcionalidade dos espaços terá que combinar todas as informações disponíveis, desde os vestígios arqueológicos de muros, pisos, rebocos, aos elementos decorativos, aos materiais arqueológicos exumados nas diferentes partes das casas. Toda esta informação poderá, em conjugação com as fontes arqueológicas e literárias ajudar-nos a perceber melhor a arquitectura doméstica de *Bracara Augusta*.

1.1 Áreas de entrada

1.1.1 O vestibulum

O *vestibulum* foi considerado por Isidoro de Sevilha “*o lugar de trânsito e não de permanência*” (Fernández Vega, 1999:79). De facto, estamos perante um espaço que fazia a separação entre a rua e a porta, que permitia o acesso à casa, servindo como espaço de acolhimento.

Este espaço era considerado como uma zona pública da habitação, uma vez que actuava como lugar de espera até que as portas da casa fossem abertas, assumindo as características de uma pequena área, localizada antes da porta principal da casa.

Ao longo dos tempos o *vestibulum* foi sendo interpretado como lugar de espera e de recepção, de acolhimento e propaganda, sendo entendido como o primeiro espaço da casa, apesar de preceder a porta principal (Fernández Vega, 1999:79).

Nos sítios arqueológicos abrangidos pelo presente estudo, foi possível identificar um *vestibulum*, situado na *domus* do ex Albergue Distrital, correspondente à área 1. Localizava-se na fachada oeste da casa, sendo acessível a partir do pórtico que rodeava este lado da habitação. Media aproximadamente 19 pés (5,80 m) de comprimento e (5½ pés) 1,70 m de largura, ocupando uma área útil com cerca de 9,80 m². Trata-se de um espaço que seguia os modelos clássicos característicos deste tipo de áreas funcionais, sendo muito semelhante ao identificado em Pompeia, na casa do Fauno (Hales, 2003:103).

Tendo em conta a funcionalidade e o carácter público do *vestibulum*, entende-se que o mesmo pode ser revelador de um nível social e económico elevado do dono da *domus*, facto que também não surpreende, atendendo à privilegiada localização da casa, situada nas imediações do *forum*.

1.1.2 O *fauces*

Na área de entrada das habitações distinguia-se o *fauces* que corresponde a um pequeno corredor situado entre a porta e o interior da casa, local de passagem que possibilitava o acesso à área privada das *domus*. Era normalmente um espaço restrito em termos de dimensões, normalmente com pavimento de mosaico e paredes pintadas. Quando as dimensões do espaço o permitia podiam nele ser colocados pequenos bancos de pedra, de forma a tornar mais confortável a espera dos clientes que pretendiam ser recebidos pelo senhor da casa (Guillen, 1997:61).

Nos exemplos de arquitectura privada abordados pelo nosso estudo identificámos a estrutura de três possíveis *fauces*, um dos quais na *domus* do ex Albergue Distrital. Situava-se no seguimento do *vestibulum* e desenvolvia-se passando a porta principal da habitação. Trata-se de um

corredor rectangular (compartimento 2), com uma área útil de 23,70 m², que conduz a um espaço aberto da unidade habitacional. Este *fauces* tem semelhanças com o individualizado em La Caridad, na casa de Likine (Vicente Redón *et al.* 1991:108).

Foi individualizado um outro *fauces* na *domus* das Carvalheiras. Este relaciona-se com uma das entradas da habitação, correspondendo ao compartimento 1, localizado na fachada sul da casa, permitindo o acesso ao interior da habitação através do pórtico e uma vez passada a porta. Este pequeno corredor tinha 5.20m (18 pés) de comprimento por 1.50m (5 pés) de largura (Martins 2000:13). Cabe destacar a particularidade deste corredor dar acesso ao interior de uma loja, cuja porta principal se situaria na fachada sul. A possibilidade de aceder á referida loja a partir do *fauces* leva-nos a considerar que este espaço deveria ser gerido pelo dono da casa que poderia a ele aceder a partir deste corredor.

O último *fauces* identificado nas casas de *Bracara Augusta*, abrangidas pelo nosso estudo, situa-se na *domus* da Escola Velha da Sé, correspondendo ao compartimento 1. Situava-se na parte este da habitação e permitia aceder ao interior da casa, depois de se passar a porta principal, situada na fachada este da habitação, acessível pelo pórtico. Equivalia a um corredor estreito, mas longo, com aproximadamente 13.60 m (44 ½ pés) e 2 m de largura (6 ½ pés).

1.2 Áreas de circulação

1.2.1 O atrium

O átrio era um ponto de convergência no interior da casa com características multifuncionais. Servia como espaço de espera, onde se aguardava pela saudação ou para se ser recebido pelo senhor da casa, algo que acontecia no *tablinum*, sempre aberto ao *atrium*, disposto num dos seus eixos. Na casa itálica, ou de átrio, este era considerado o centro da habitação, apesar de se localizar próximo da entrada. As medidas para este compartimento deveriam variar entre 30 a 40 pés (Maciel, 2006:227).

O *atrium* era acedido a partir do *fauces*, constituindo uma área pública da casa, situado perto da porta de entrada, funcionando como um pátio interno aberto, um lugar de transição e de convergência de várias divisões, pois era a partir dele que se distribuíam e articulavam os espaços e circuitos internos da casa.

Funcionava como símbolo de distinção social, lugar de acolhimento das visitas, fonte de luz, de ar e de água, pois a abertura no tecto, o *compluvium*, permitia recolher as águas das chuvas que caíam num tanque, o *impluvium* (Fernandez Vega, 1999:111).

Apesar dos dados conhecidos até à actualidade sobre este importante elemento da casa romana, ele afigura-se ainda como um espaço problemático, suscitando distintas interpretações (Silva, 2000:32).

Segundo Vitruvius o átrio podia apresentar-se com variadas formas, sendo cinco os esquemas possíveis para a sua organização, podendo assumir a forma de *atrium tuscanicum*, *atrium tetrastylum*, *atrium corinthium*, *atrium displuviatum* e *atrium testudinatum* (Maciel, 2006:227).

Com a introdução do peristilo na casa romana, a casa de átrio vai perdendo influência e caindo em desuso, muito embora o átrio se tenha mantido nalgumas casas como espaço decorativo, convertendo-se num lugar de passagem, constituindo uma espécie de antecâmara para se entrar no interior da casa (Pijoán *apud* Guillen, 1997:68).

Até ao momento apenas foi possível encontrar em Braga uma habitação que integrou um *atrium* na sua estrutura interna. Trata-se da *domus* das Carvalheiras, onde este espaço (área 2) possui cerca 49 m² de área útil.

Conservam-se como elementos identificadores deste espaço os vestígios de um pequeno tanque, o *impluvium*, que se encontrava bastante arrasado, tendo contudo sido possível calcular que possuía cerca de 10 m² (Martins, 2000:14).

Tendo em atenção os vestígios detectados é possível conjecturar que o átrio da *domus* das Carvalheiras seria provavelmente de tipo toscano, uma vez que não foram identificados vestígios de pilares para suportar qualquer colunata. Este modelo caracteriza-se pela inexistência de colunas, sendo o peso do tecto sustentado unicamente por vigas de madeira, que se cruzam à largura do átrio. As vigas deveriam estar apoiadas nas paredes, deixando no meio uma abertura, o *compluvium*, da mesma dimensão do *impluvium* que se encontrava encaixado no pavimento.

Em redor do átrio localizavam-se outros compartimentos, desenhados com base numa simetria axial, como o *tablinum*, que estava situado a norte, no seu eixo central.

1.2.2 O peristylum

A outra área de circulação característica das domus romanas está representada pelo *peristylum*, espaço aberto, rodeado por um pórtico colunado, em volta do qual se dispunham diversos compartimentos, mais luxuosos e amplos do que aqueles que rodeavam o átrio. Caracteriza-se normalmente pela presença de um jardim, de razoável dimensão, onde poderiam existir tanques e fontes (Guillen, 1997:69).

O peristilo associa-se a uma transformação introduzida na casa romana, a partir finais do século III a.C. / inícios do século II a.C., sendo um elemento de inspiração helenística (Fernández Vega, 1999:167).

Este novo espaço aparece inicialmente associado à parte traseira da casa itálica, ocupando a anterior área reservada ao *hortus*, combinando a água e a vegetação, mas também a estatuária e os elementos arquitectónicos, como a colunata, que podia usar materiais nobres, como o mármore. A conjugação de todos estes elementos ajudou a elevar os peristilos a uma posição destacada dentro da habitação, transformando-os no centro da *domus*.

Na *domus* das Carvalheiras foi identificado um peristilo, que ocupava aproximadamente 241 m², que se situava na plataforma mais baixa da casa, na parte norte da mesma. Tratava-se da maior área da habitação (área 7), organizada segundo um modelo que seguiu de perto os cânones de construção característicos deste tipo de espaços abertos, sendo organizado com um deambulatório de circulação porticado, em torno de uma área ajardinada, na qual foi detectado um poço e que seria, presumivelmente, decorada com um tanque (Silva, 2000:80).

A colunata deste pórtico do peristilo das Carvalheiras adoptou uma modelação interpolada, tendo nos lados menores sido aplicado um módulo de 10 pés, enquanto nos maiores se utilizou um módulo de 12 pés (3,66m) (Martins, 2000:11). A ladear este pórtico, localizavam-se vários compartimentos da casa, existindo através dele um acesso ao exterior, a partir de uma entrada que se localizava na fachada norte.

Na *domus* do ex Albergue Distrital foi individualizado um espaço aberto, que possivelmente deveria corresponder a um peristilo, identificado como área 3. Pouco sabemos das suas características, uma vez que as evidências arqueológicas para esta zona da casa são muito reduzidas. Na verdade, como já foi referido anteriormente, dispomos apenas da sapata de um dos pilares que suportaria uma das colunas do pórtico e de uma fracção do muro sul (UE802) que deveria delimitar esse espaço. Um outro elemento relacionado com esta zona está representado por uma canalização (UE759) que deveria drenar as águas recolhidas nesta área.

Pese embora as poucas evidências, julgamos possível admitir a existência nesta *domus* de um peristilo central, em redor do qual se deviam dispor os diferentes compartimentos da casa, funcionando o pórtico que envolveria esta área aberta como espaço distribuidor do edifício. Consideramos ser possível estimar uma estrutura organizativa análoga à observada na Casa de Likine, em La Caridad (Vicente Redón et *al.*, 1991:113).

No arqueossítio da Escola Velha da Sé foram identificados vestígios que sugerem que a *domus* do século I contemplava um *peristylum* (área 8), com diversos compartimentos organizados em seu redor. Como elementos identificadores deste peristilo temos um pequeno tanque, constituído pelos muros identificados com as UEs130 e 166, que deveria articular-se com uma canalização (UE251) e um bloco que pode ter servido para apoiar a base de um fuste que integraria a colunata que rodearia esta área aberta. Este espaço localizava-se na zona sudoeste da unidade habitacional e deveria ocupar uma área útil de 114 m². O corredor do pórtico, que rodeava o referido espaço, pode ser estimado em 2,20 m (7 pés) de largura.

Tendo por base os vestígios conservados de dois pilares (UEs 572, 789) que deveriam suportar colunas de um pórtico interior, julgamos ser possível individualizar um outro peristilo na *domus* referenciada na área arqueológica da Rua Frei Caetano Brandão /Santo António das Travessas.

Este espaço (área 5) localizava-se na zona sul do núcleo habitacional, sendo possível admitir que ocuparia uma área útil de 128,64 m². Tal como os anteriores exemplos já referidos, este espaço também estaria articulado com diversos compartimentos que se distribuíam em seu redor.

No Claustro do Seminário de Santiago foram exumados vestígios que se associam ao peristilo de uma outra *domus*. Este exemplar tem a particularidade de apresentar uma cronologia

mais tardia que os anteriormente referidos, uma vez que a sua formalização resultou de uma remodelação de um anterior espaço aberto da casa, ocorrida entre finais do século III / inícios do século IV.

Deste espaço aberto conservaram-se *in situ* pilares e uma base de coluna que suportavam a referida estrutura. Nos lados menores, correspondentes aos limites norte e sul do peristilo, existiriam três colunas, espaçadas entre si com 7.5 pés (2.20m), enquanto nos lados maiores deveriam dispor-se quatro colunas, com intercolúnios de cerca de 6 pés (1.80m).

Os elementos arquitectónicos associados a esta colonata, designadamente as bases áticas e os capitéis coríntios de folhas lisas, em mármore importado, sugerem que estamos perante um peristilo sumptuoso e requintado. Na sua parte central foi implantado um tanque, com 15 pés de comprimento por 10 pés de largura, com fundo de mosaico, com motivos de fauna marinha.

2.3 Áreas residenciais de representação

2.3.1 O tablinum

O *tablinum* cumpria dentro da casa romana funções de escritório, sala de recepção, servindo de área de apoio aos negócios do proprietário e local onde se guardavam as *tabulae* do arquivo doméstico como documentos e contratos (Guillen, 1997:67).

Foi considerada a divisão principal da casa, uma vez que era a sede do poder familiar, sendo aí que o *dominus* exercia as suas funções de administrador da casa, ou tratava dos seus negócios. A partir deste local conseguia controlar todo o átrio e ser visto pelos seus clientes para receber a saudação.

Este espaço teria como localização preferencial o eixo principal do átrio, podendo estar ligeiramente elevado em relação ao seu pavimento, de forma a permitir ao dono da casa controlar melhor as actividades e pessoas que circulavam no átrio.

Este espaço não tinha portas, podendo fechar-se através de cortinas, que resguardavam o senhor dos olhares indiscretos que partiam de quem passasse na rua, sobretudo quando este

espaço possuíam uma localização axial relativamente à entrada (Fernández Vega, 1999:146). A separação deste espaço relativamente ao átrio podia ser marcada por pilastras, que permitiam assentar as arquitraves onde se encontravam instalados os suportes em bronze que permitiam segurar as cortinas (Paoli, 2000:75).

No conjunto de sítios arqueológicos estudados apenas foram identificados três possíveis espaços que podem ser interpretados como *tablinos*.

Um deles integra a *domus* das Carvalheiras, correspondendo ao compartimento 3. Este encontra-se localizado a norte do átrio, no seu eixo central, tendo sido desenhado em simetria axial com o *fauces*, e a entrada sul da casa. Esta sala de recepção ocupava uma área útil de aproximadamente 20 m² (Martins, 2000:15).

O outro exemplo de *tablinum* encontra-se presumivelmente na *domus* identificada na área arqueológica do Cardoso da Saudade, onde julgamos poder classificar com essa função o compartimento 1, pela sua proximidade relativamente à entrada da casa, bem como pelas dimensões apresentadas. Esta área apresenta cerca de 21 pés de comprimento por 18 pés de largura, ocupando uma área útil de 35 m². A remodelação desta unidade habitacional, realizada entre finais do século III/inícios do IV diminuiu a área útil do *tablinum*, reconfigurando o seu espaço, que passou a ter um comprimento de 25 pés, por uma largura de 11 pés.

Julgamos ainda possível considerar a existência de um *tablinum* na *domus* do ex Albergue Distrital, no compartimento, 10, situado a norte da entrada da casa. A funcionalidade atribuída a este espaço resulta da sua centralidade relativamente ao peristilo e da sua proximidade em relação à entrada da habitação. Este presumível escritório ocupava uma área útil de 28,12 m².

2.3.2 *O triclinium*

Os triclinios foram introduzidos na casa itálica quando a sociedade romana adoptou o uso grego de as pessoas jantarem reclinadas. Na verdade, antes de se generalizar este hábito os romanos jantavam no átrio ou no *tablinum* (Paoli, 2000: 78).

Estamos perante salas de jantar que, segundo Vitróvio, deveriam ser estabelecidas para que a sua extensão correspondesse ao dobro da largura, devendo ser orientadas consoante a estação do

ano em que iam ser usados (Maciel, 2006: 229). Nesta circunstância podiam existir três tipos triclinios: de Verão, de Inverno e ao ar livre (Guillen, 1997: 71).

O termo *triclinium* significa que este espaço era constituído por três leitos (*lectus*) que estavam destinados a cumprir as honras da mesa, dispondo-se normalmente em U.

Trata-se de um espaço de representação, no qual se permanecia várias horas, quando se tinha a honra de ser convidado pelo senhor da casa, razão pela qual era habitualmente profusamente ornamentado nas paredes, com decorações pictóricas e nos pavimentos, com mosaicos, podendo os tectos ser abobadados (Fernández Vega, 1999: 253).

No Verão, os pompeianos tinham o hábito de jantar ao ar livre e para se evitar o incómodo de andar a deslocar o pesado mobiliário, construíam-se *triclinia* nos jardins, à volta de uma mesa, sendo os mesmos cobertos com um toldo ou pequeno telhado, para protecção do sol. Este tipo de triclinios ao ar livre representam uma prova do naturalismo romano e do gosto que as classes abastadas da sociedade romana por degustar os prazeres da comida e bebida à sombra de uma árvore ou em contacto com a natureza (Fernández Vega, 1999: 254). Os exemplos mais conhecidos de triclinios ao ar livre são o da Casa das Bodas de Prata e Casa do Meandro, em Pompeia (Etienne, 1992: 284).

Por sua vez, os triclinios de Inverno tinham a característica de possuir um braseiro para aquecer a sala, o que indica, também, que este tipo de espaço seria pouco ventilado para se conseguir conservar o calor. Vitróvio recomendava que neste tipo de triclinio as paredes deveriam ser pintadas com frisos simples ornamentados a preto e que os pavimentos deveriam ser ao estilo grego, de cor enegrecida e pouco vistosos (Guillen, 1997: 71).

Nas unidades habitacionais de *Bracara Augusta* foram detectados quatro exemplos de presumíveis triclinios.

Um dos modelos identificados encontra-se na *domus* das Carvalheiras, estando localizado no lado este do peristilo (compartimento 10), configurando-se como uma grande sala de jantar, funcionalidade estabelecida pelas suas dimensões e localização. Esta grande sala triclinar, que ocupava aproximadamente 62 m², situava-se a nascente, tal como Vitróvio aconselhava, de forma a aproveitar os raios de sol quando eles se dirigem para ocidente, tornando a sala temperada na altura em que normalmente era usada (Maciel, 2006:231).

Na *domus* do Albergue Distrital foi individualizado um espaço (compartimento 13), que poderá corresponder a um *triclinium*, tendo em conta a sua localização em posição central com o peristilo, bem como nas suas dimensões, pois possui uma área útil de cerca de 86,30 m².

Na ala sul do peristilo da *domus* identificada na área arqueológica da Rua Frei Caetano Brandão/Santo António das Travessas foi caracterizado um possível *triclinium* (compartimento 4), que se encontrava orientado a norte, apresentando uma área de 57,80 m². Trata-se de um grande compartimento, de planta rectangular, localizada em redor do peristilo, próximo de uma de uma grande sala de recepção.

Julgamos igualmente poder identificar como *triclinium* um outro espaço identificado na *domus* da Escola Velha da Sé, centrado com o *peristylum*, situado a sul do referido espaço aberto. Corresponderia a uma sala rectangular, onde o comprimento (4,81 m) equivalia ao dobro da largura (2,14 m), com uma área útil de aproximadamente 10,30 m².

2.3.3 As *exedrae*

As *exedrae* são igualmente considerados espaços de representação, pois correspondem a grandes salas de recepção, normalmente de planta rectangular ou circular, sendo entendidas como lugares de reunião. Cícero falava das *exedrae* como locais destinados à conversação, verdadeiros símbolos da cultura e do ócio (Fernández Vega, 1999: 154).

Segundo Vitruvius, estas salas deveriam ser amplas e profusamente ornamentadas. Na verdade, estes espaços deveriam representar o verdadeiro status do proprietário da casa, devendo as suas paredes possuir pinturas murais, mais exuberantes que as das outras divisões da casa, de forma a favorecer a contemplação e o relaxamento dos donos e dos visitantes (Etienne, 1992:286).

Estas salas de recepção encontram-se normalmente em volta do peristilo, tendo a sua inclusão nas casas romanas decorrido da influência helenística, igualmente associada à adopção dos peristilos nas residências senhoriais, em resultado das necessidades sumptuosas e culturais das elites romanas.

No conjunto das *domus* estudadas de *Bracara Augusta* foram caracterizadas quatro possíveis *exedrae*.

Uma delas foi identificada na *domus* das Carvalheiras, localizando-se na ala nascente do átrio (compartimento 4), ocupando uma área útil de aproximadamente 30 m². Admitimos também que a grande sala, compartimento 9, situada a sul do peristilo, que no primeiro projecto construtivo possuía cerca de 49,80 m²., tenha funcionado igualmente como *exedra*, atendendo à sua localização privilegiada, mas também às suas dimensões.

Também na *domus* da R. Frei Caetano Brandão / Santo António das Travessas foi caracterizada uma *exedra*, com 28 pés de comprimento e 21 pés de largura, que ocupava uma área de 56,30 m². Esta sala de recepção (compartimento 6) ficava situada em redor do peristilo e foi certamente ornamentada com pinturas murais, das quais se conservaram vestígios residuais. Esta sala deveria funcionar como uma área complementar em relação ao triclinio da habitação, modelo que encontramos em Celsa, na Casa de Hércules (Beltrán Lloris, 1991:157).

Finalmente, na *domus* da Escola Velha da Sé julgamos poder identificar duas *exedrae*, referentes a fases construtivas diferentes, representadas pelo compartimento 7, associado à primeira fase do conjunto habitacional e pelo compartimento 20, que se relaciona com a segunda fase.

O espaço da primeira fase localizava-se no lado este do peristilo, abrangia uma área de cerca de 22,60 m². Na segunda fase, a sala de recepção situava-se a sul do balneário, introduzido na reforma dos finais do século III / inícios do IV. Esta sala de recepção ocupava uma área de aproximadamente 58,50 m², devendo ser revestida com um mosaico, do qual se encontraram alguns fragmentos.

2.3.4 Os balnea

Importantes espaços de representação das *domus* abastadas eram também os balnea, os banhos privados das habitações, que, à semelhança das termas públicas deveriam ser constituídos por salas quentes (*caldaria*), por salas temperadas (*tepidaria*), por salas frias (*frigidaria*) e por um espaço que deveria funcionar como vestiário (*vestibulum* ou *apodyterium*).

Autores como Fernández Vega consideram que os banhos privados constituem símbolos de luxo, conforto e riqueza, demonstrando o estatuto elevado dos seus donos (Fernández Vega 1999: 220).

Segundo Vitróvio, os banhos privados deveriam estar orientados a oeste, para captarem a luz e o calor da manhã, uma vez que esses espaços normalmente eram usados na parte da tarde (Fernández Vega 1999: 220).

Nos arqueossítios estudados no nosso trabalho foram individualizados cinco balneários.

Na *domus* das Carvalheiras foi construído, durante o século II, um balneário que ocupou uma área útil de 214 m², encontrando-se localizado na zona noroeste da unidade habitacional. As dimensões deste balneário, bem como a acessibilidade que este possuía a partir da rua oeste e a dimensão do seu *apodyterium*, que ocupava uma área útil de 37,90 m², sugerem que não estamos perante um balneum, mas sim perante um balnea, ou seja, perante um balneário público, que tendo ocupado uma área importante da casa deveria ser explorado pelo proprietário da casa (Martins e Ribeiro 2010:25). Nada impedia que o dono da casa fizesse uso daquele espaço, facto aliás sugerido pela existência de uma entrada directa para o frigidário. No entanto, julgamos que este balneário não realiza as características típicas dos *balnea* privados que se instalaram em várias *domus* da cidade, nos finais do século III/ inícios do IV.

Entre as habitações que apresentam vestígios de banhos privados encontra-se a *domus* da Escola Velha da Sé, com um balneário instalado na ala oeste da habitação, no âmbito de uma profunda reforma operada na casa. O conjunto de banhos era constituído por um pequeno *vestibulum*, por um *frigidarium*, por dois *tepidaria* e por um *caldarium*, ocupando uma área de aproximadamente 94,10 m².

A entrada para este espaço era efectuada a partir de um grande corredor interno da casa, que dava acesso a um pequeno vestiário (*vestibulum*), a partir do qual se iniciava o circuito de banhos, com entrada num dos *tepidaria*, ou no *frigidarium*. Daí podia-se passar a um outro *tepidarium*, com acesso ao *caldarium*, terminando o percurso novamente no *frigidarium*, com acesso ao *vestibulum* e daí ao interior da casa.

Um outro balneário foi individualizado na *domus* identificada no logradouro das casas da Rua Gualdim Pais. Apesar do carácter circunscrito das escavações e do adiantado estado de

destruição das ruínas foram identificadas duas salas correspondentes a um espaço de banhos, uma das quais possuía vestígios de um hipocausto (*tepidarium* ou *caldarium*). A sul desta sala situava-se uma área fria, da qual se preservou um pavimento em *opus signinum*, com um friso em tesselas, podendo corresponder ao piso desta sala ou de uma possível piscina.

Na *domus* do Seminário de Santiago apenas foram individualizados vestígios de um hipocausto, com as respectivas *pilae*, facto que indica que na reforma realizada na casa nos finais do século III/IV terá sido construído um balneário privado.

Também a *domus* do Cardoso da Saudade possuía um espaço de banhos privado. Este está documentado pelo achado de uma pequena piscina revestida a mosaico, de forma rectangular, composta por três degraus, com aproximadamente 1m de profundidade. O material laterício reconhecido no local, na sua grande maioria constituído por *lateres bessalis*, parece revelar, por outro lado, o arrasamento de hipocaustos das salas aquecidas, uma vez que este tipo de tijolos era habitualmente usado para formalizar as *pilae*.

Sendo certo que os banhos de um conjunto habitacional nos fornecem uma ideia do nível social dos proprietários, pois a sua construção e manutenção requeriam um grande poder económico (Uribe Agudo, 2004:206), não deixa de ser surpreendente o elevado número de *domus* com banhos que pode ser referenciado em *Bracara Augusta*, sobretudo a partir dos finais do século III/ inícios do século IV. Este facto, já sublinhado por Manuela Martins (2005: 84; Martins e Ribeiro, 2010: 28:) parece demonstrar a presença de uma elite endinheirada na cidade durante o século IV, talvez associada às novas funções administrativas que lhe foram acrescentadas com a sua promoção a capital da nova província da *Gallaecia*, criada por Diocleciano.

2.4 As áreas reservadas: os *cubicula*

Os *cubicula* representam os quartos de dormir na casa romana, constituindo os compartimentos mais íntimos da habitação, que, segundo Vitruvius, deveriam estar orientados a este para apanharem a luz matinal (Maciel, 2006:231).

Algumas casas podiam ter vários *cubicula* quer para a família, quer destinadas aos convidados. Para os escravos existiam as *cella* que correspondiam a espaços muito mais pequenos.

Na caracterização dos quartos de dormir destacamos que o lugar do leito podia estar assinalado por uma ligeira sobre elevação do pavimento, o qual não se encontrava revestido, de forma a delimitar o espaço do *lectus* (Paoli, 2000:77). Existem exemplos em que os tectos dos *cubicula* podiam ser abobadados como acontecia na Casa do Centauro, em Pompeia, sendo frequente que possuíssem uma decoração pictórica nas paredes.

Nos arqueossítios abrangidos pelo nosso estudo foram identificados *cubicula* em quatro deles.

Na *domus* das Carvalheiras, na primeira fase, foram caracterizados cinco *cubicula*, situados na ala oeste da unidade habitacional, ocupando cerca de 54,80 m². Apesar da falta de informação para caracterizar estes espaços acreditamos estar na presença de quartos de dormir, interpretação que é sugerida pelas dimensões apresentadas pelos compartimentos (14 a, 14 b, 14 c, 14 d, 14 e).

Na segunda fase deste conjunto residencial, toda a ala oeste foi modificada com a implantação do balneário, tendo os quartos que se localizavam nessa ala sido transferidos para a zona sul do peristilo (Martins, 2000:29), para a zona onde antes se situaria uma grande sala de recepção. Estes novos *cubicula* passam a ocupar aproximadamente 44,90 m².

Na primeira fase da *domus* da Escola Velha da Sé foram individualizados três *cubicula*, que se situavam na ala este da habitação. A funcionalidade destes espaços foi presumida tendo por base as pequenas dimensões dos compartimentos, circunscrevendo uma área total de 40,50 m². Na segunda fase, os quartos de dormir mantiveram-se, tendo sido criados outros novos na zona sudoeste da casa. Nas proximidades da *exedra*, foram caracterizados mais três *cubicula*, abarcando cerca de 17,50m².

Na *domus* do ex Albergue Distrital, julgamos poder considerar como *cubicula* um espaço situado na zona sul do peristilo, orientado para norte, abrangendo cerca de 27,77 m².

Face aos dados disponíveis pensamos poder descrever como *cubicula* três espaços da *domus* do Frei Caetano Brandão e Santo António das Travessas. Um deles localizava-se de frente para o peristilo, na zona sul, medindo aproximadamente 25 pés de comprimento e 18 pés de

largura, ocupava uma área de 42,79 m². No lado oeste do peristilo, circunscreviam-se dois outros *cubicula* (compartimentos 10a e 10b), que ocupariam cerca de 68,40 m².

2.5 As áreas de serviços

2.5.1 A *culina*

A cozinha na casa romana encontrava-se confinada a um lugar modesto, que embora necessário era pouco apreciado (Fernández Vega, 1999:226). Pertence ao sector da casa que era dedicado aos serviços, que seria maioritariamente ocupado por escravos, não necessitando por isso de quaisquer requintes.

A ideia que existe sobre a cozinha romana é que esta devia ser grande para a preparação dos banquetes, o que na realidade não acontecia, pois as que se conhecem são sempre espaços modestos, de pequenas dimensões, cujos equipamentos principais eram um fogão, uma mesa, uma banca e um forno. Na verdade, as cozinhas eram a antítese do luxo, estando associadas ao fogo, à fuligem, aos fumos e aos odores. Alguns dos textos clássicos romanos descreviam-na como a “cozinha negra” (Fernández Vega, 1999:229).

No conjunto das habitações estudadas, apenas a *domus* das Carvalheiras, apresenta vestígios que podem ser associados a uma cozinha, localizada a sul do triclinio, na ala este da parte norte da unidade habitacional (Martins 1997-98). Possuía uma área com aproximadamente 26,30 m² e era abastecida de água a partir de uma canalização, que se adivinha por um rasgo na alterite, que traria a água da rua sul.

2.5.2 A *latrina*

As latrinas das *domus* eram normalmente espaços reduzidos e individuais, localizando-se quase sempre perto das cozinhas, para aproveitarem as águas aí usadas. De facto, este espaço de serviço deveria encontrar-se o mais afastado possível dos outros compartimentos da casa e perto de condutas que recolhiam as águas sujas (Etienne, 1992:287).

Eram espaços simples, normalmente sem luz natural, possuindo um banco formado por uma tábua, ou placa perfurada, sob o qual se abria uma fossa ou corria um canal onde devia circular sempre alguma água.

Só conseguimos identificar este espaço na *domus* das Carvalheiras, pois este é o único exemplar completo da arquitectura doméstica abrangida pelo nosso estudo.

Na verdade julgamos que a primeira latrina da casa se situaria no vão da escada que ligava as duas plataformas em que se desenvolve a habitação. Sabemos que este vão foi entaipado numa reforma tardia da casa, facto que permitiu criar um pequeno compartimento anexo à cozinha, fechado ao corredor do peristilo, com cerca de 7,20 m² de área.

2 A tipologia das *domus*

Terminada a análise da informação seleccionada sobre as diferentes habitações abordadas pelo nosso estudo, subsiste o problema da classificação tipológica das mesmas, considerando que elas apresentavam diferentes modelos de organização do espaço.

Do conjunto das habitações que foram estudadas, apenas cinco possuem dados suficientes susceptíveis de permitir uma abordagem da sua tipologia e mesmo assim com reservas. De facto, não é demais salientar que só conhecemos uma planta completa de uma das unidades residenciais de *Bracara Augusta*, a única que foi escavada na totalidade. Neste contexto, importa sublinhar que as classificações que foram estabelecidas possuem sérias limitações, não só pelas dificuldades de interpretar as funções dos compartimentos, mas também pela complexidade do registo associado às remodelações que as casas foram sofrendo ao longo da sua existência. A estas dificuldades acrescem, naturalmente, as que resultam de não possuírmos as plantas completas e de lidarmos com partes de habitações e não com a totalidade dos edifícios, que raramente podem ser totalmente escavados no âmbito dos trabalhos de arqueologia urbana.

Existem diversos factores que determinam a morfologia da arquitectura privada o que torna complicada a tarefa de definir as suas tipologias. Desde logo, o carácter privado da habitação pode estabelecer que os modelos canónicos não sejam cumpridos. Por outro lado, o poder económico do

proprietário e os seus gostos pessoais, bem como o espaço disponível para a construção da unidade residencial constituem outros tantos factores que em muito influenciam a morfologia da arquitectura privada.

Assim, tal como conclui Uribe Agudo não existiu “uma casa romana” mas sim “casas romanas” adaptadas às diversas condicionantes (Uribe Agudo, 2008:616).

Tendo como referência as classificações conhecidas para a arquitectura doméstica romana, julgamos poder identificar nos exemplos analisados neste trabalho três tipos de habitações. Um deles está definido pela casa de átrio e peristilo, testemunhado na *domus* das Carvalheiras. O outro está representado pelas casas de peristilo, existindo um exemplar que aponta para o modelo de casa de pátio porticado.

Como elementos definidores das tipologias de habitação distinguem-se as áreas de circulação da casa, pois é a existência ou não de determinados espaços no interior da *domus* que permite determinar os tipos de unidades habitacionais.

A *domus* das Carvalheiras corresponde a um modelo de casa de átrio e peristilo, existindo, por conseguinte dois espaços abertos no interior da casa. Este exemplo da arquitectura doméstica de *Bracara Augusta* encontrava-se estruturado em redor do *atrium* e o do *peristylum*, cada um com entradas próprias. Assim, a partir do pórtico sul tínhamos acesso ao átrio, enquanto através da rua norte tínhamos passagem para o peristilo.

Os dois espaços abertos cumpriam funções diferentes na organização da vida familiar do proprietário do conjunto residencial, uma vez que o núcleo do átrio estaria destinado a cumprir a função pública da habitação, onde estava localizado o *tablinum*, enquanto o peristilo tinha um carácter privado, situando-se nessa zona o *triclinium*, uma *exedra* e os *cubicula*.

A disposição interior da *domus* era constituída por uma sequência rígida, sendo os compartimentos desenhados com base numa simetria axial, pois da porta abria-se uma pequena passagem através de um pequeno corredor (*fauces*), que conduzia ao átrio, à volta do qual se estruturavam diversos compartimentos, designadamente uma *exedra* e o *tablinum* que se situava no eixo central da entrada.

A presença de um peristilo na casa itálica veio enriquecer toda a sua estrutura, acrescentando-lhe mais uma área aberta, com funções organizadoras do espaço doméstico, que mereceu investimentos consideráveis em termos de decoração e embelezamento.

Segundo Beltrán, a *domus* de peristilo corresponde ao tipo de habitação mais representado na Hispânia, sendo também o modelo mais representativo em *Bracara Augusta*, sendo o protótipo que perdura na arquitectura doméstica até finais do século IV (Uribe Agudo, 2008:637).

No conjunto dos exemplos de *domus* analisadas neste estudo, pensamos ter identificado três habitações organizadas em torno de um peristilo, muito embora a sua caracterização detalhada seja impossível devido ao carácter fragmentado das evidências arqueológicas disponíveis.

O peristilo aplicava conceitos de ordem, simetria, distribuição harmoniosa dos espaços, configurados numa área aberta que se converteu num espaço de ócio, onde se podia desfrutar da natureza, através da presença de um jardim interior.

A denominada *domus* do Albergue Distrital corresponde a um modelo de casa de peristilo, caracterizando-se pela presença de um espaço aberto central, composto por um pórtico a ladeá-lo, que seria constituído, presumivelmente por uma colunata no eixo maior, com cinco colunas e, no menor, com quatro. Contudo, ignora-se por completo a configuração do interior do peristilo, não sendo possível perceber se estava pavimentado ou estruturado com um jardim. Conservou-se *in situ* apenas uma canalização que poderia relacionar-se com o escoamento de águas provenientes das chuvas, provavelmente recolhidas num tanque, do qual não temos vestígios. Em redor, desse núcleo central foram construídos diversos compartimentos, como o *triclinium*, o *tablinum* e *cubicula*. Por outro lado, o peristilo estava também centralizado com a entrada principal da casa.

A *domus* identificada na área arqueológica da R. Frei Caetano Brandão/Santo António das Travessas integra-se, também, na categoria das casas de peristilo. Toda a parte sul da habitação, que corresponde à área conservada, encontra-se organizada em volta de um espaço aberto, constituído por um pórtico que acompanhava a zona nos quatro lados, com quatro colunas no eixo maior e três no menor. Em redor desse espaço estavam localizadas áreas de representação como uma *exedra* e um *triclinium*, áreas reservadas como *cubicula* e ainda o acesso a uma zona pública da habitação, uma *taberna*.

Dentro do grupo das casas de peristilo temos, ainda, a *domus* da Escola Velha da Sé, no seu primeiro projecto construtivo. Aparentemente na primeira fase desta casa o peristilo funcionaria como elemento ordenador e distribuidor dos outros espaços da casa. O referido espaço era constituído por uma área aberta que deveria apresentar um pequeno tanque na área central, provavelmente para recolher as águas da chuva e com funcionalidade ornamental. À volta deste espaço existiria um pórtico com uma colunata disposta com cinco colunas em cada um dos lados. Para esse espaço abriam-se diversos compartimentos, designadamente *cubicula*, um *triclinium* e uma *exedra*.

Nos exemplos acima referidos o peristilo funcionou como elemento organizador e distribuidor do espaço, com um significado decorativo e como fonte de luz e ar para o interior da habitação.

Finalizando a caracterização dos tipos de casas de *Bracara Augusta*, cabe referir as casas de pátio porticado, modelo identificado na fase inicial da *domus* do Seminário de Santiago.

Trata-se de uma habitação com um espaço aberto rodeado por um pórtico apenas em três lados, correspondendo um deles a uma parede fechada, na circunstância situada no eixo maior. Tal como acontecia com os átrios e os peristilos os pátios funcionavam como fonte de luz, ar e água para o interior da casa, cumprindo funções decorativas na estrutura da habitação, permitindo, também a existência de um espaço onde se podia contemplar a natureza. Na verdade este tipo de espaço demonstra, tal como a casa de peristilo, o carácter sumptuoso e luxuoso das casas.

A presença deste espaço no esquema da *domus* do Seminário de Santiago evidencia as possibilidades pecuniárias do seu proprietário, uma vez que criou um espaço com uma área útil de 66,13m² com funções decorativas, não tendo uma utilidade evidente na organização estrutural da casa. De qualquer modo, a sua substituição por um peristilo porticado, em finais do século III/inícios do IV, cujas colunas oferecem capitéis e bases de mármore demonstram mais uma vez o elevado poder económico da família que residia nesta *domus*.

Considerações Finais

A edificação privada romana constitui um excelente meio para estudar os graus de adaptação das populações das províncias ao modo de vida romano. De facto, os modelos de casas usados no mundo provincial tentavam cumprir os ideais construtivos e estéticos vindos de Roma, muito embora tivessem que se adaptar às condições geográficas e climáticas das diferentes regiões, ou às características específicas do plano urbano de cada cidade, bem como às tradições construtivas das populações.

A arquitectura doméstica das cidades romanas representa assim o resultado de uma negociação entre os modelos emanados da capital do Império e as variadas condicionantes que interferiam no processo construtivo, razão porque os exemplares de casas urbanas registam uma considerável variabilidade.

No entanto, mais do que a arquitectura pública, a arquitectura privada fornece-nos indicadores preciosos para valorizar o grau de romanização das populações integradas e para compreender, quer os mecanismos da vida pública de relação, quer a intimidade da vida quotidiana que se desenrolava nos espaços da casa.

A casa urbana surge-nos, assim, como um precioso contexto para avaliar a assimilação de numerosos aspectos do *modus vivendi* romano, bem representado na prática dos banhos privados, ou no modo de comer em salas triclinares. Por isso, a casa romana não pode ser entendida como um simples edifício, mas sim como um espaço complexo no qual se materializam actividades sociais, económicas e culturais.

Verdadeiro microcosmo, a casa desdobra-se na sua plurifuncionalidade representada nos seus diferentes espaços. É nela que o proprietário recebe e trata dos seus negócios, usando os espaços associados ao átrio, em que se podem incluir o *tablinum* ou as *exedrae*. É na casa que se assegura a reprodução da família, se educam os mais novos e se estabelecem os vínculos aos antepassados. É na casa, mas também através dela, designadamente nas salas de recepção e nos salões triclinares, com as suas ricas decorações, mas também nos *balnea* que o proprietário revela o seu status, o seu poder económico e o seu nível cultural.

No decorrer da investigação realizada tivemos oportunidade de conhecer melhor a casa romana, ela própria um organismo em mudança. Tivemos igualmente oportunidade de conhecer aspectos concretos das casas de *Bracara Augusta*, pese embora o carácter parcelar e fragmentado dos vestígios analisados, quase sempre avaros de elementos decorativos,

susceptíveis de nos ajudar a compreender melhor a funcionalidade dos espaços, ou o status dos seus ocupantes.

Na ausência de elementos decorativos foram os espaços funcionais das casas e os balneários que nos forneceram indicadores para pensar quem eram os moradores e como se esforçaram por adoptar os hábitos romanos. Por outro lado, foram as evidências de remodelações que nos demonstraram o carácter vivido dos seus espaços, a exigir reparações, que por vezes nos escapam no registo arqueológico, e reformas que quase sempre trouxeram consigo melhoramentos aos ocupantes e novos sinais de riqueza.

De facto, não podemos compreender a casa como algo estático, mas sim como um organismo dinâmico, pois sabemos que os seus projectos iniciais foram sendo acrescentados ou alterados, como aconteceu na casa das Carvalheiras, por simples necessidade de manutenção, mas, também conforme as exigências da época, por questões sociais relacionadas com as necessidades e capacidade económica do senhor e da sua família, tendo sempre em linha de conta os ideais vindos de Roma que se difundiam por todo o Império.

Quando analisamos a habitação romana, nunca podemos encará-la como um achado isolado, pois esta tem que ser integrada na história da cidade, tendo em conta os materiais disponíveis, o parcelamento, ou a sua localização na trama urbana, factores que em muito influenciam as características da arquitectura privada.

Geralmente, a casa obedece a regras menos rígidas, quando comparada com os monumentos e edifícios públicos. No entanto, pelo que nos foi possível observar e no contexto urbanístico da cidade de *Bracara Augusta* parece confirmar-se um manifesto cumprimento das regras de implantação imobiliária, pelo menos no Alto Império, quando as unidades habitacionais encheram os quarteirões da cidade (Silva, 2000:127). Já as remodelações do Baixo-Império registam um avanço sobre os pórticos, e por vezes algum enviesamento das estruturas, algo que é comum a outras cidades.

No decorrer do nosso estudo tomámos consciência de que não existem modelos rígidos, pois a casa urbana é sempre um edifício marcado pela subjectividade do proprietário e do arquitecto. De facto, embora a casa de peristilo corresponda ao modelo dominante da *domus* da cidade, não parecem existir duas casas com peristilos iguais, ou localizados no mesmo local.

Bibliografia

- Abraços, M. (2005). *Para a história da conservação e restauro do mosaico romano em Portugal*, Tese de Doutoramento (policopiada), Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa
- Adam, J. P. (1994). *Roman Building, Materials e Techniques*, B.T. Batsford Ltd, London
- Alarcão, J. (1985). Introdução ao estudo da casa romana, In *Cuadernos de Arqueologia e Arte*, 4, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, Coimbra
- Alarcão, J. (1999). *Conímbriga, o chão escutado*, Círculo de Leitores, Edicarte, Edições e Comércio de Arte, Lisboa
- Alarcão, J. e Etienne, R. (1977). *Fouilles de Conimbriga - I - L'architecture*, Mission Archéologique Française au Portugal e Musée Monographique de Conímbriga, De Boccard, Paris
- Amaral, L. (2007). As moedas das Carvalheiras. Contributo para o estudo da circulação monetária em *Bracara Augusta*. In Martins, M. (coord.) *Bracara Augusta – Escavações arqueológicas*, 3, Ed. UAUM/NARQ. Braga
- Balil, A. (1991). *Domus Parva Sed Mea*. El sentido de la casa y el hogar a través de la distribución de sus elementos y partes. In *La Casa Urbana Hispanorromana Ponencias y comunicaciones*, Institución Fernando El Católico, Zaragoza, pp.11 - 13
- Beard, M (2010). *Pompeia, O dia-a-dia da mítica cidade romana*, Esfera dos Livros, Lisboa
- Beltrán Lloris, M. (1991a). La Casa Urbana Hispanorromana. In *La Casa Urbana Hispanorromana Ponencias y comunicaciones*, Institución Fernando El Católico, Zaragoza, 7-13
- (1991b). La Colonia Celsa. In *La Casa Urbana Hispanorromana Ponencias y comunicaciones*, Institución Fernando El Católico, Zaragoza, pp.131-164
- Carpiceci, A. C. (2004). *Pompeia, Hoje e como era 2000 anos atrás*, Bonechi Edizioni “IL Turismo”, Florença
- Correia, V. H. (2003). *Conímbriga. Guia das ruínas*, Instituto Português dos Museus, Lisboa
- Cortés Vicente, A. (2009). *L'Arquitectura domèstica de les ciutats romanes de Catalunya, en época tardorepublicana i alto imperial*, Tesi Doctoral, Facultat de Filosofia i Letras Universidade Autònoma de Barcelona, Barcelona
- Cruz, M. (2009). *O Vidro romano no Noroeste Peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta*. Tese de Doutoramento (policopiada), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga

- Delgado, M. (1987). Notícia preliminar sobre o salvamento no quarteirão da R. Gualdim Pais, *Cadernos de Arqueologia*, 4, Série II, pp. 187-199
- Delgado, M., Tavares Dias, Lemos, F.S. e Pascoal, A.G. (1984). Intervenções na área urbana de *Bracara Augusta*, 1983, *Cadernos de Arqueologia*, 1, Série II, Braga, pp.95 – 106
- Delgado, M. Santos, C.L. e Gaspar, A.L. (1985). *Intervenção do Claustro do Seminário de Santiago, Relatório das escavações*, UAUM, Braga (Relatório policopiado)
- Delgado, M e Lemos, F.S. (1985). Zona das Carvalheiras: notícia das campanhas de escavação de 1984 e 1985, *Cadernos de Arqueologia*, 2, Série II, pp.159-176.
- Delgado, M. Martins, M. e Lemos, F.S. (1989). Dossier: Salvamento de *Bracara Augusta* (1976-1989), *Forum*, N.º. 6, Outubro, Braga, pp. 3 - 41
- Delgado, M. Morais, R. e Ribeiro, J. (2009). *Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta*, CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar – Cultura, Espaço e Memória), Braga
- Dias, L.A.T. (1984). *Largo de S. Paulo ou Cardoso da Saudade. Relatório das escavações*, UAUM, Braga (Relatório policopiado)
- (1995). *Tongobriga*, Tese de Doutoramento em Pré-história e Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto
- Etienne, R. (1992). *La vida cotidiana en Pompeya*, Colección Historia /14, Ediciones Temas de Hoy, Madrid
- Fernández Vega, P.A. (1999). *La casa romana*, Bernejo Barrera, J. (dir.) Serie interdisciplinar, Akal Universitaria, Ediciones Akal, Madrid
- Fontes, L. Lemos, F.S. e Cruz, M. (1997-98). “Mais Velho” que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: noticia preliminar. *Cadernos de Arqueologia*, 14/15, Série II, Braga, pp. 137-164.
- Fontes, L. Vilar, B. Carvalho, H. e Ribeiro, J. (2009). *Colecção de Epigrafia e de Arquitectura Antigas (séculos I a.C. – VIII d.C.)*, Vol.II, IHAC - Instituto de História e Arte Cristãs, Arquidiocese de Braga, Museu Pio XII, Braga
- Freitas, M. (2003). *Urbanismo de Bracara Augusta. Articulação e restituição arquitectónica de um cardo principal*, Tese de Mestrado (policopiada), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga
- Giuliani, C. F. (2007). *L'edilizia nell'antiquità*, Editore Carocci, Roma

- Gros, P. (2001). L'habitat dans les provinces occidentales, Nicolini, G. (dir.), *L'Architecture Romaine, du début du III^e siècle avant J-C à la fin du Haut-Empire, Maisons, palais, villas et tombeaux*, Vol.2, Chapitre 3, Les Manueles D'art et D'Archéologie Antique, Éditiones A. Et J. Picard, Paris, pp.136 - 213
- Guillen, J. (1997). *Urbs Roma. Vida y costumbres de los romanos - La vida privada*, Vol.I. Quarta Edición, Ediciones Sigueme, Salamanca
- Hales, S. (2003). *The Roman House and Social Identity*, Cambridge University Press, New York
- Lemos, F.S. e Leite, J. F. (2000). Trabalhos Arqueológicos no Logradouro da Casa Grande de Santo António das Travessas (ex-Albergue Distrital), *Fórum*, 27, Jan. – Jun., Braga, pp.15 – 38
- Lemos, F. S. Leite, J.M.F. e Fontes, L. (2003). A Muralha de *Bracara Augusta* e a Cerca Medieval de Braga, In I. Fernandes (coord.) *Actas do Simpósio Internacional Sobre Castelos. Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Edições Colibri, Câmara Municipal de Palmela / IPPAR, Palmela, pp.121-132
- Leite, J.M., Lemos, F.S. e Cunha, A. (2008). *Trabalhos arqueológicos em Bracara Augusta. Logradouro e edifício n.º 183-185 da rua Frei Caetano Brandão 1998/2001 e edifício 20/26 da rua Santo António das Travessas 2001/2002. Relatório final*, UAUM, Braga (Relatório policopiado)
- Macaulay, D. (1978). *A Cidade. Planificação e Construção de uma Cidade Romana*, Publicações Dom Quixote, Lisboa
- Maciel, M.J.P. (2006). *Vitrúvio. Tratado de Arquitectura*, Instituto Superior Técnico, IST Press, Lisboa
- Mar, R (1994). Vitrubio y la tipologia de los teatros augústeos. Un problema de interpretación histórica, *Braça*, Centre d'Estudis del Camp de Morvedre, Núm.10, Sagunto, pp.23-44
- (1995). Las casas de átrio en Pompeya. Cuestiones de tipologia. *Archeologia classica: rivista del Dipartimento di Scienze storiche archeologiche e antropologiche*, n.º 47, pp. 103 – 137
- Martins, M. (1997/98). A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto, *Cadernos de Arqueologia*, 14 / 15, Série II, Braga, pp. 23 – 45
- (2000). *Bracara Augusta Cidade romana*, Ed. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga
- (2000). *A casa romana das Carvalheiras*, In *Bracara Augusta*, Roteiros arqueológicos, 2, Ed. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga

- (2004). Urbanismo e Arquitectura de *Bracara Augusta*. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana. In *Simulacrae Romae. Roma y las capitales provinciales del occidente europeo*, Estudos Arqueológicos, pp.149-173
- (2005). As termas romanas do Alto da Cividade. Um exemplo de arquitectura pública de *Bracara Augusta*, In Martins, M. (coord.) *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas 1*, UAUM /NARQ, Braga
- (2009). *Bracara Augusta. Panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo*, In Dopico Cainzos, D., Rodríguez Alvarez, P. e Villanueva Acuña M. (eds), *Do Castro á Cidade. A Romanización na Gallaecia e na Hispania indoeuropeia, Actas do Curso de Actualización sobre a romanización de Galiza*, Lugo, pp. 167 - 198
- Martins, M. e Delgado, M. (1989-90). História e arqueologia de uma cidade em devir: *Bracara Augusta*, *Cadernos de Arqueologia*, 6/7, Série II, Braga, pp. 11-39
- Martins, M. e Lemos, F.S. (1997-98). Duas décadas de vida de um projecto: o salvamento de *Bracara Augusta*, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 14/15, Braga, pp.9-21
- Martins, M. Ribeiro, J. e Magalhães, F. (2006). A Arqueologia urbana em Braga e a descoberta do teatro de *Bracara Augusta*, *Forum*, 40, Braga, pp. 9-30
- Martins, M. e Fontes, L. (2010). *Bracara Augusta. Balanço de 30 anos de investigação arqueológica na capital da Galécia Romana*. In *Simulacra Romae II. Rome, les capitales de province (capita prouinciarum) et la création d'un espace commun européen. Une approche archéologique*. Bulletin de la Societé archéologique champenoise. Mémoire n°19, pp. 111-124
- Martins, M. e Ribeiro, M. (2010). Gestão e uso da água em *Bracara Augusta*. Uma abordagem preliminar, In *Recursos da Água*, CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar – Cultura, Espaço e Memória), Braga (prelo)
- Mau, A. (1899). *Pompei its life and art*. Washington
- (1908). *Pompei in Leben und Kunst*. Leipzig
- Maulucci, F.P. (1987). *Pompei - Guide archéologique des fouilles de Pompéi avec itinéraires, plans et reconstitutions*, Editions Carcavallo, Naploes
- Morais, R (1998). As ânforas da zona das Carvalheiras. Contributo para o estudo das ânforas romanas de *Bracara Augusta*. *Cadernos de Arqueologia, Monografia 8*, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga

- (1997-98). Importações de cerâmicas finas em *Bracara Augusta*: da fundação até à época flávia. *Cadernos de Arqueologia*, 14/15. Série II, Braga, p. 47-136.
- (2001). Breve ensaio sobre o anfiteatro de *Bracara Augusta*, *Forum*, 30, Braga, pp. 55-76.
- (2004). Autarcia e comércio em *Bracara Augusta* no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade, In Martins, M. (coord.) *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas 1*, UAUM /NARQ, Braga
- Nissen, H. (1877). *Pompejanische Studien zur Stadtekunde des Aertums*. Leipzig
- Overbeck, J. e Mau, A. (1884). *Pompei in seinen Gebäuden, Alterthümern und Kunstwerken*, Leipzig
- Paoli, U.E. (2000). *Urbs. La vida en la Roma Antiga*, Editorial Ibéria, Barcelona
- Patroni, G. (1941). *Architettura preistorica ed itálica. Architettura etrusca*, Milano
- Retolaza, M. (1991). Distribución y evolución de la vivienda urbana tardorrepública y altoimperial en Ampurias, In *La Casa Urbana Hispanorromana Ponencias y comunicaciones*, Institución Fernando El Católico, Zaragoza, pp. 19 - 34
- Ribeiro, M.C. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*, Tese de Doutoramento (policopiada), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga
http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8113/4/MCRibeiro_PhD_Anexos_e_Apendices.pdf
- Ribeiro, J. (2010). *A Arquitectura romana de Bracara Augusta. Uma análise das técnicas edilícia*, Tese de Doutoramento (policopiada), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga
- Rodríguez Hidalgo, J. (1991). Dos ejemplos domésticos en Traianópolis (Itálica): las casas de los Pájaros y de la Exedra, In *La Casa Urbana Hispanorromana Ponencias y comunicaciones*, Institución Fernando El Católico, Zaragoza, pp.291 - 302
- Silva, J.R.C. (2000) *A insula das Carvalheiras. Estudo de um exemplo de arquitectura privada em Bracara Augusta*, Tese de mestrado em Arqueologia (policopiada), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga
- Sousa, J.J. e Ponte, M.S. (1970) Novos elementos para a arqueologia bracarense, In *Actas das I Jornadas Arqueológicas*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Vol. II, Lisboa, pp.389 – 411

Thébert, Y. (1989). Vida privada e arquitectura doméstica na África Romana, In Ariés, P. Duby, G. (dir.), *História da vida privada. Do império romano ao ano mil*, Vol. I, Edições Afrontamento, Porto, pp. 301 - 397

Uribe Agudo, P. (2004). Arquitectura doméstica en Bilbilis: la Domus I, *Salduie*, nº 4, pp. 191 - 220

(2008). *La edificación doméstica urbana romana en el Nordeste de la Península Ibérica (séc. I a.C – III d. C)*, Tese de Doutoramento, Universidad de Zaragoza, Zaragoza

Vasconcelos, J.L. (1918). Coisas Velhas, in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Série 1, Vol.23, nº.1-12 (Jan. - Dez.), Lisboa, pp.356 - 369

Vicente Redón, J. Punter Gómez, M. Escriche Jaime, C. e Herce San Miguel, A. (1991). La caridad (Caminreal, Teruel). In *La Casa Urbana Hispanorromana Ponencias y comunicaciones*, Institución Fernando El Católico, Zaragoza

Zabaleta Estévez, M. (2000). Hallazgos Numismáticos de los comienzos de *Bracara Augusta*. In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, VI. Porto, Adicap, pp. 395-399.

Lista de sites consultados:

<http://commons.wikimedia.org> [consulta em 20-07-09]

http://icozzano.scuole.bo.it/virom/vikings&romans/italy/discov_claterna/img/parti-della-casa.gif
[consulta em 29-07-09]

http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8113/4/MCRibeiro_PhD_Anexos_e_Apendices.pdf
pdf [consulta em 13-05-09]

<http://www.casaromana.com> [consulta em 23-07-09]

<http://www.cm-braga.pt> [consulta em 23-07-09]

http://www.conimbriga.pt/portugues/fotos_ruinas.html [consulta em 29-07-09]

<http://www.parlandosparlando.com> [consulta em 29-07-09]

<http://www.pompeisites.org/> [consulta em 29-07-09]

http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/italica_casa_pajaros_plano.jpg&imgrefurl
[consulta em 29-07-09]

http://www.tarraconensis.com/herculano_romano [consulta em 22-07-09]

http://www.tarraconensis.com/pomei_romano [consulta em 22-07-09]

<http://www.uaum.uminho.pt> [consulta em 23-07-09]